

JORGE CAMPINOS CONTRA O P.P.D.

VI GOVERNO TERÁ DE SER ALTERADO

«Depois da minha experiência na Madeira eu vejo como praticamente inviável a possibilidade de me sentar de novo no Governo ao lado do representante de um P.P.D. Creio que seguidamente às eleições a composição do VI Governo tem de ser alterada e, se o P.S. ganhar as eleições, deve assumir as suas responsabilidades» — declarou-nos esta manhã, pelo telefone, o ministro do Comércio Externo e do Turismo, prof. Jorge Campinos, no decorrer de uma entrevista que nos concedeu a partir da Madeira, onde se encontra, como candidato do Partido Socialista, a fazer a campanha eleitoral do seu círculo.

No decorrer desta entrevista, que passamos a transcrever na íntegra, Jorge Campinos far-nos-ia outras importantes declarações.

«DL» — Em face das limitações às liberdades existentes aí na Madeira, e mesmo do clima de coação e violência de que são vítimas as forças de esquerda, progressistas, nessa região, assim como da demarcação a que se tem assistido, nestes últimos dias, do P.S. relativamente e alguns aspectos da actividade conduzida por alguns membros do VI Governo, e em particular da do ministro do Comércio Interno, Magalhães Mota, e da do ministro do Trabalho, capitão Tomás Rosa, parece-nos difícil que, a partir de segunda-feira, o VI Governo possa prosseguir a sua actividade com a composição actual. Admitindo que o P.S. seja o partido mais votado, creio possível continuar a participar no Governo com a composição actual?

Jorge Campinos — Esta questão é, sem dúvida, muito

importante. Respondendo a título individual, porque será o colectivo do meu partido que colegialmente irá decidir, posso dizer-lhe que depois da minha experiência na Madeira eu vejo como praticamente inviável a possibilidade de me sentar de novo ao lado do representante de um P.P.D. As pessoas que nos insultaram, que utilizaram os argumentos mais falsos, mais sujos, que atiram para cima de nós coisas que nós não praticámos, e que inclusive chegam a chamar-me na rádio de «fascista», não são democratas. Eu vejo como muito difícil poder tomar uma atitude no seio do meu partido que não seja pedir a recomposição do VI Governo.

Creio que seguidamente às eleições a composição do VI Governo tem de ser alterada e, se o P.S. ganhar as eleições, deve assumir as suas responsabilidades como partido maioritário no esquema traçado pelo partido, e mais particularmente pelo nosso secretário-geral, e constituir um Governo socialista com a participação de independentes e, eventualmente, de militares.

«DL» — Jorge Campinos afirmou recentemente em Lisboa que há de facto uma série de indivíduos aí na Madeira que estão organizados e que beneficiam de uma certa passividade em certos meios, que permitem que a sua organização alastre e as suas actividades prossigam. Gostaríamos de saber se esta situação se mantém ainda, e como decorre, nesse contexto, a campanha eleitoral das forças progressistas.

Jorge Campinos — De facto houve carros que explodiram, bombas que foram postas. Ora, toda a gente sabe aqui na Madeira quem são os indivíduos que defendem a ideia da independência, da falsa independência da Madeira. Esses indivíduos continuam tranquilamente a facilitar as actividades da Flama. Essas pessoas não são importunadas. Quem são importunadas são as forças de esquerda, democráticas, é o P. S., que não consegue fazer uma campanha normal porque há possibilidade constante de agressão.

Mas devo dizer que presentemente constato uma mudança muito grande no seio das mais altas autoridades militares, que têm tentado fazer

o melhor possível para que a campanha agora, nestes últimos dias, se desenvolva normalmente.

Eu aproveito a oportunidade que me é dada para lembrar que o P.S. não quer protecção militar nem policial para fazer a sua campanha. Mas o P.S. diz aqui também muito claramente que não quer e não deixará que os acontecimentos ocorridos quando da visita de Mário Soares se repitam. Nós não somos violentos; nós somos contra a violência, mas nós somos em primeiro lugar a favor da liberdade de expressão e de reunião, e não permitiremos a ninguém que venha agora obstar, impedir o P.S. de exercer esse direito.

O P.S. é um partido corajoso e, se for necessário, demonstrá-lo-emos aqui na Madeira. No entanto, uma vez mais o P.S. deseja que todos os partidos se possam exprimir livremente, independentemente da sua ideologia, tanto o P.C.P. como o P.S., como os partidos da extrema-esquerda, como os partidos da direita, nomeadamente o P.P.D. e o C.D.S. O P.S. estará ao lado de todos aqueles que forem agredidos, de todos aqueles que virem a sua campanha eleitoral dificultada. É uma declaração feita aqui como dirigente nacional do P.S.

DL — Quer precisar melhor, Jorge Campinos, a actuação dos partidos de direita, e em

particular do P.P.D. aí na Madeira?

JORGE CAMPINOS — Basta acrescentar que o P.P.D. apresenta aqui uma faceta que é desconhecida no Continente. É de uma agressividade verbal incrível. Faz um aproveitamento da religião que é uma coisa particularmente escandalosa. E a pergunta que eu faço é esta: se por acaso o P.P.D. ganhasse no Continente não apresentaria ele então a mesma faceta que apresenta aqui na Madeira?

DL — Como tem decorrido a campanha eleitoral do P.S. na Madeira?

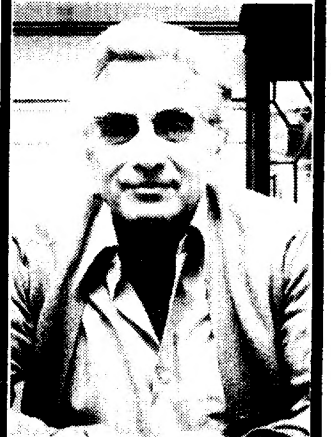
Legitimamente pode-se fazer esta pergunta.

JORGE CAMPINOS — A campanha eleitoral do que respeita ao P.S. apresenta duas fases. Inicialmente foi extremamente difícil porque se encontrou aqui um ambiente duro, repressivo, na medida em que a vida política da Madeira estava dominada, e ainda o está em parte, pelas forças minoritárias de direita, nomeadamente pela Flama. Era um ambiente que lembra muitas vezes o que existia em Portugal até ao 25 de Abril. Inclusive reparei quando aqui cheguei que muitos dos meus camaradas tinham medo de falar dos problemas da Madeira, dos problemas de Portugal, e de falar no P.S.

A segunda fase é marcada por um progresso político do

Continua na pág. 20

Ponto político em tempo eleitoral



Alvaro Cunhal ao "D.L."

É hoje a vez de Alvaro Cunhal estar presente nas nossas colunas respondendo a algumas questões pertinentes acerca da situação política actual e da perspectiva em que nelas se situa o P. C. P., terceiro partido mais votado nas eleições de 1975 e naturalmente o mais forte da esquerda portuguesa no que respeita a implantação operária e bases de apoio social.

Prossegue assim uma série de entrevistas com vários dos mais destacados dirigentes das principais organizações políticas portuguesas. Amanhã e na sexta-feira virão às nossas colunas dirigentes de mais duas formações de esquerda — o M. E. S. e a U. D. P. Hoje, e como habitualmente, o depoimento de Cunhal vem publicado no suplemento «DL Eleições» e inscreve-se na série «Ponto Político em Tempo Eleitoral».

Estudantes franceses procuram obter apoio de trabalhadores

(Pág. 13)

Segundo uma fonte militar

"Pura especulação" eleições para o C.R.

«Pura especulação» — foi como definiu esta manhã uma fonte militar as notícias referentes a possíveis eleições para o Conselho da Revolução. Essa mesma fonte acrescentou tratar-se de tentativas de interferência nas questões específicas das Forças Armadas. E declarou-nos: «Os mesmos indivíduos que antes se queixavam que determinadas forças interferissem nas Forças Armadas estão agora a fazê-lo no sentido que lhes convém».

Fonte próxima do C. R. assegurou-nos que esse assunto

não vai ser discutido no Conselho e o consenso é de que não haverá as tais substituições.

Por outro lado, sabemos também que há uma posição muito firme dos homens que efectivamente fizeram o 25 de Abril no sentido de garantir a irreversibilidade do processo e combater todas as tentativas de divisão que visem atingir as Forças Armadas. Uma eventual substituição de elementos do Conselho da Revolução só poderia ser feita com elementos empenhados nessa mesma Revolução.



Um veleiro canadiano atracou em Belém, trazendo a bordo uma exposição sobre os problemas que afectam a pesca na Terra Nova. O barco, «Norma and Gladys», foi transformado em verdadeiro museu flutuante, e viaja pelo mundo inteiro para alertar a opinião pública para o que se está a passar com os recursos piscatórios, cuja diminuição preocupa os técnicos mundiais de assuntos alimentares. A exposição pode ser visitada hoje, até às 20 horas, e amanhã das 10 às 13 horas, e das 14.30 às 17.30.

A economia portuguesa

vista por Celso Ferreira (Pág. 3)

24 PÁGINAS

Nacional

Política de A a Z

CAMPANHA ELEITORAL

Vai findar a campanha eleitoral para a Assembleia da República. Não se poderá dizer que tenha corrido da melhor maneira, mas, sem dúvida, desiludiu os profetas da desgraça, os que sonham com a violência, com os abismos e os confrontos, com a subversão (de direita) e o caos (generalizado). Houve violência e registaram-se casos lamentáveis. O padre Maximino e a jovem estudante que o acompanhava ficaram, na história desta campanha eleitoral, como símbolos e vítimas de um reaccionarismo que não desarma, de um terrorismo fascista que não hesita quanto aos métodos criminosos. E casos como estes, não poderão ser esquecidos. Todavia, é necessário conhecer que a campanha eleitoral se desenvolveu como noutros países, com incidentes normais, com excessos previsíveis. O povo português não conseguiu ainda varrer da nossa terra a mentalidade reaccionária, a intransigência, a intolerância, o desrespeito, as práticas antidemocráticas. Mas estão criadas condições que em muito diferem das que prevaleciam antes de 25 de Abril de 1974. O caminho percorrido é longo. Longo e difícil o caminho que falta percorrer. Mas a mobilização popular em defesa das conquistas políticas, económicas e sociais, consagradas na Constituição, será uma garantia e um factor de desenvolvimento do «novo curso político». A campanha eleitoral, com todas as limitações que se lhe possam fazer no plano político, com todas as dificuldades que tenha apresentado, com todas as desigualdades que tenha registado, foi uma nova e importante batalha pela Democracia. É preciso dar-lhe continuidade. É preciso que o povo compreenda (e a reacção) e «socialismo» se implicam, que se nos detivermos na «viasocialista», também não progrediremos na «institucionalização da democracia».

OS VELHOS MÉTODOS

No sistema democrático pluralista que a Constituição adoptou, os «partidos políticos» desempenham um papel importante, digamos mesmo: fundamental. São fundamento, estrutura de base, da vida política. Poder-se-á dizer que a institucionalização político-administrativa da democracia, poder ter escolhido outra via: a da «democracia de base». Poder-se-á dizer que a construção que substituiu o «poder-de-Estado-fascista», deveria ter partido de estruturas de base e de participação popular, evitando as mediações político-partidárias (e político-sectárias), as delegações, as transferências de poder, de intervenção, de decisão. Mas não foi uma orientação respeitadora da genuína expressão democrática da «base» local e empresarial, e, portanto, mais directamente acessível à participação popular, aquela que se seguiu foi outra a via escolhida. Dentro dessa via, os «partidos políticos» são necessários. As correntes reaccionárias — e todos os saudosos da «União Nacional» — da «A. N. P.» — iniciaram já a ofensiva contra os «partidos políticos». Haverá que distinguir as críticas que se inspiram numa orientação revolucionária e progressista, e as críticas que são produto de uma deliberada intenção de ataque às conquistas democráticas, às instituições, à Constituição. São velhos métodos. Os reaccionários têm pouca imaginação, repetem-se. Mas são persistentes.

DIVIDIR PARA REINAR

Dividir as forças democráticas não basta; é preciso dividir os próprios «partidos», opondo dirigentes a dirigentes, militantes a militantes, tendências a tendências, distinguindo do exterior pressurosamente, num simplório maniqueísmo, os «bons» e os «maus». Se os «partidos» se não defendem destes analistas de má-fé, ficam à mercê da «intriga divisionista» e da «intoxicação reaccionária». Claro que, neste momento e neste plano do «divisionismo», a batalha fundamental é a da divisão do movimento popular antifascista e do movimento operário. A divisão é uma arma reaccionária. E devemos reconhecer que os reaccionários já conseguiram liquidar a perspectiva política representada pela unidade revolucionária de civis e de militares que assumira a forma de «aliança do M. F. A. e do Povo». Desta já não se fala. Fala-se, sim, da divisão das forças democráticas e trabalha-se para introduzir grãos de desconfiança e sementes de divisão em algumas organizações políticas. Denunciar essas tentativas, trazer à praça pública essas conspirações de «bares» e «bastidores», é uma maneira de defender o espírito e a perspectiva do «25 de Abril».

PERSPECTIVA CONVERGENTE

A unidade dos democratas acabará por se impor. Acabará por se impor na acção concreta, na defesa concreta desta Constituição e do quadro institucional democrático que ela adoptou e da via socialista nela consagrada. A Constituição é progressista, e, portanto, os democratas, os antifascistas, deverão ser capazes de estabelecer as perspectivas de cooperação, as formas de convergência, que antecedam a unidade antifascista actuante de modo a que o povo português não perca em lutas estérteis, e que podem ainda ser evitadas, a radiosa esperança da madrugada de 25 de Abril de 1974. Com este espírito deveremos ir votar. Para essa convergência antifascista deveremos todos trabalhar. Lealmente. Sinceramente.

M.D.P./C.D.E. TOMA POSIÇÃO

Crítica à indefinição do P.S. e apelo ao voto no P.C.P.

«Tal como a situação se apresenta, uma forte votação no P.C.P. é a forma de impedir a entrega do poder a um Governo de direita, pela demonstração de que um grande número de portugueses se empenha em que venha a ser formado um Governo com uma política progressista, baseada numa unidade de esquerda.» «salienta um comunicado da Comissão Nacional do M.D.P./C.D.E. ontem divulgado durante a conferência de Imprensa realizada na sede da-

quele partido. Depois de sublinhar que «até hoje aguardou o País que o Partido Socialista definisse uma intenção clara de praticar uma política de esquerda através dos seus deputados na Assembleia da República e do Governo que viesse a ser formado», o M.D.P./C.D.E. chama a atenção para as tomadas de posições e declarações de responsáveis do P.S. de que não se aliaria nunca ao P.C.P. nem com ele formariam um Governo, e que se o P.S. não dispu-

ser de mais votos do que o P.P.D. e o C.D.S. em conjunto colocar-se-à na oposição».

«Na prática — frisa o M.D.P. — isto significa que o P.S. preferiria a formação de um Governo de direita — P.P.D., C.D.S. — a uma aliança com o P.C.P. Na prática, se tal fizesse, o P.S. entregaria o poder à direita, isto é, a um Governo que a curto prazo poria em causa todas as conquistas democráticas e populares do nosso Povo e abriria as portas

ao regresso do fascismo».

«Para que isso não aconteça, torna-se imperiosa uma forte votação no Partido Comunista Português» diz o M.D.P. que afirma ainda que a «votação no P.C.P. não se apresenta assim como uma adesão ideológica, nem como posição anti-P.S., nem tão pouco como um enfraquecimento do projecto unitário do M.D.P.» e considera ainda que «uma forte votação no P.C.P. cria as condições para a unidade P.S.-P.C.P.».

SÁ CARNEIRO EM RIO MAIOR

“Em vez do partido de mãos limpas preferimos ser o partido dos trabalhadores”

«Quem não trabalha não tem o direito de falar» — afirmou Sá Carneiro ontem à noite em Rio Maior, no uso da palavra durante um comício de propaganda eleitoral do P.P.D. — «É por isso que em vez de nos apresentarmos como partido de mãos limpas, preferimos ser o partido dos trabalhadores que, com os trabalhadores, ao lado do povo, lutou pela salvação da democracia e, em vez das mãos limpas, temos orgulho em ter as mãos calejadas,

na luta pela democracia nestes dois anos.»

O discurso de Sá Carneiro abordou algumas das questões mais prementes da situação política actual. Falando acerca do candidato P.P.D. para a Presidência da República: «Não apoiamos qualquer candidato que sustente que a solução para Portugal é uma aliança entre os partidos marxistas» — disse o secretário-geral do P.P.D., referindo-se ao P.S. e ao P.C.P. Criticou o processo de desco-

lização e dessolidarizou de le o seu partido. Expôs seguidamente os principais pontos do programa de Governo do P.P.D. Em síntese: «o P.P.D. quer construir a social-democracia». E Sá Carneiro acrescentou que esta será «o maior obstáculo quer para o fascismo quer para o social-fascismo». Referindo-se a eventuais coligações, reafirmou que o P.P.D. só não tenciona fazê-las com o P.C.P. Criticou ainda a Reforma Agrária.

O futuro em questão: «O lema do novo Governo — e esse será o nosso lema — disse o líder do P.P.D. — deverá ser «nem um tostão gasto dos fundos públicos sem ser em investimentos reprodutivos». Porque até agora — acrescentou — tem-se falado muito em austeridade para o povo mas a maior parte dos governantes dão muito mau exemplo de austeridade». E pormenorizou: «Desde as festas a convidados estran-

geiros, até às viagens que membros do Governo constantemente fazem, possivelmente com grande projecção pessoal para eles, mas com muito poucos resultados para a Nação, temos tido uma política que não é nada de austeridade».

O secretário-geral do P.P.D. defendeu ainda a propriedade privada, em vida e em morte (direito à herança). «Vamos construir um Portugal novo» — disse — «a partir da arrancada eleitoral do próximo dia 25 de Abril».

Antes de Sá Carneiro falarem tinham usado da palavra Fernando Fernandes, Manuela Marques, Rogério Barbosa, Helela Roseta, Raul Costa e Manuel Machado.

Do fim da tarde e noite adentro, uma caravana automóvel percorreu inúmeras localidades do distrito de Santarém, antes de afluír a Rio Maior, fazendo propaganda eleitoral do P.P.D. Sá Carneiro integrava-a.

PUB

As trabalhadoras suspensas da CORONADO COMUNICADO

Sobre os acontecimentos na «Coronado»

As trabalhadoras suspensas da «Coronado» face à decisão tomada pelo senhor ministro do Trabalho, no sentido de nomear um inquiridor para investigar a situação que o PATRÃO nos criou, vêm, publicamente, definir a sua posição:

1. Consideramos que fomos vítimas de maquinações partidárias a nível dos centros de decisão política, o que desde logo transforma a nomeação de um inquiridor, numa farsa.

2. Consideramos que houve da parte do senhor ministro do Trabalho um recuo, por motivos que não nos parecem muito claros, «DECIDIR A NOMEAÇÃO DE UM INQUIRIDOR».

3. Não acreditamos que TODA A AUTORIDADE DO MINISTRO DO TRABALHO e que ele ameaçou utilizar caso a empresa não nos reintegrasse, «se resume a NOMEAR UM INQUIRIDOR».

4. Apesar de tudo e tendo bem consciência dos limites exactos do «jogo» em que nos querem fazer cair, DECIDIMOS ACEITAR A REALIZAÇÃO DO INQUÉRITO, não esquecendo todos os vícios de que enferma desde o início.

5. Contudo Exigimos da parte do Ministério do Trabalho que demonstre um mínimo de dignidade e isenção.

Para nós o Ministério do Trabalho só «REVELARÁ CONCE- DER UM MÍNIMO DE SÉRIE AO INQUÉRITO SE:

O INQUÉRITO ESTIVER TERMINADO, E A DECISÃO FINAL FOR TORNADA PÚBLICA ATÉ AO FIM DA SEMANA CORRENTE!

6. «SÓ ASSIM ACEITAREMOS PARTICIPAR NO INQUÉRITO». Só assim se demonstra que o inquérito não é uma pura manifestação de oportunismo. SÓ ASSIM, O SENHOR MINISTRO DO TRABALHO NOS CONVENCERÁ QUE NÃO ESTÁ A ESPERAR DAS ELEIÇÕES PARA TOMAR UMA DECISÃO FIRME E INEQUÍVOCA FACE AOS ATROPELOS COMETIDOS PELO PATRÃO DA «CORONADO».

AS TRABALHADORAS SUSPENSAS DA «CORONADO»

Cinco jovens presos quando colavam cartazes do P.R.P.

Cinco jovens foram esta madrugada presos pela P. S. P. Quando colocavam cartazes do Partido Revolucionário do Proletariado. Mais concretamente, os jovens em questão transportavam propaganda do P. R. P. e colavam, por altura da detenção, cartazes onde se via o secretário-geral do P. P. D. com dentes de vampiro, escorrendo-lhe da boca um fio de sangue. Abre a cabeça de Sá Carneiro, lia-se a legenda «Votem em mim» e, em baixo, «Tal como em Angola, prometo mais sangue em Portugal».

As detenções verificaram-se cerca das cinco horas da manhã, na Avenida Gomes da Costa, nos Olivais, próximo da fábrica de tabacos. Com as detenções de três rapazes e duas raparigas, cujas idades oscilam entre os 17 e os 20 anos, foram apreendidos muitos cartazes do P. R. P.

Supõe-se que a intervenção policial se ficou a dever à interferência de um militante do P. P. D. que considerou os cartazes e as frases alusivas a Sá Carneiro uma afronta ao seu partido.

Entretanto, a P. S. P. justificou as detenções ao abrigo do art.º 119.º do Decreto-Lei 93-C/76 (utilização indevida de denominação, sigla ou símbolo).

“Igreja no Norte toma partido”

Dois lapsos alteraram parcialmente a notícia em epígrafe, publicada na nossa edição de ontem. Assim, onde se lia que um sacerdote em visita pascal ostentou em Ruilhe (Braga) o emblema do C. D. S., devia ler-se «P. P. D.»; também não foi «em vão» que simpatizantes cristãos do P.C.P. pediram em Barcelos, Famalicão e Creixomil que o «compasso» os não esquecesse: a visita concretizou-se, a pedido, nas três localidades, não se efectuando, sim, no Centro de Trabalho de Braga.

Para qualquer destes lapsos pedimos a compreensão dos leitores.

post scriptum

Quem envenena e divide as massas populares

A Igreja que controla a maior parte dos jornais da província, pequenos jornais de tiragem semanal e mensal, receituário de efemérides, destaca-se como avalista dos méritos da sociedade capitalista. O papel subversivo, a natureza de classe de certos ideólogos da Igreja colocam-na na vanguarda da reacção. Diariamente, por intermédio também do púlpito e do confessionário a Igreja é o porta-estandarte da reacção. «A Igreja tem muito poder», as pessoas sentem neste princípio um facto consumado, os padres, nas aldeias, impunes, espalham as ideias mais abjectas acerca da Revolução Portuguesa, e não só, mentem descaradamente, quando dizem serem as principais vítimas do processo português, associam o mais vil materialismo com os ideais socialistas. Esta situação tem sido debilmente denunciada pelas forças consequentes, no entanto nada se tem feito para pôr cobro à onda de terrorismo mental que por aí grassa.

Vimos homens como A. Ruella Ramos e Cardoso Pires responderem em tribunal por reportagens que são momentos brilhantes do jornalismo português ao serviço de causas justas. No entanto ainda não vimos ideólogos da mais descarada reacção serem-lhes movidos processos judiciais impugnando-os pelo papel nefasto que têm tido no envenenamento da mentalidade e na divisão das massas portuguesas mais despolitizadas. Nas províncias mais afastadas dos centros urbanos não chegam os jornais consequentes; as notícias, nos que são lidos, são distorcidas, propagadas pelos caciques locais que como forças da reacção lhe dão um travo muito a seu gosto.

Nos jornais da direita, muitos e variados, nas principais cidades, o conjunto de pequenos jornais disseminados pela província, os ideólogos activos da reacção ufanam-se em instigar submeter e derrotar, lançando o seu ódio feroz em tudo quanto de elevado se conseguiu nestes dois anos de Revolução.

Esses ideólogos elaboram conteúdos ideológicos destinados a encobrir a luta de classes, fazem um namoro descarado com o capitalismo. Continua a verificar-se, nesses jornais, a ideologia salazarista, encoberta, vestida com novas roupagens, amenizada e dulcificada com as novas formas que a transformação da sociedade portuguesa proporcionou. A ideologia dominante da direita formada nas universidades portuguesas, de conteúdo essencialmente burguês, continua a negar o papel decisivo, transformador e histórico da classe operária.

A modificação da mentalidade a consciencialização das camadas camponesas do Norte passa pelo esclarecimento, pela divulgação das ideias progressistas, pelo esclarecimento acerca do esforço dos camponeses do Alentejo, da sua luta heróica e do seu papel histórico no actual momento português. Isto só pode ser feito pela informação verdadeira e progressista. Muitos dos aspectos da Reforma Agrária no Alentejo são desconhecidos e só podem ser divulgados pelas fontes informativas, em virtude de não se poder deslocar todos os camponeses, interessados, ao Alentejo, para presenciarem, tomarem experiência directa da grande obra que aí está a ser feita. Por tudo isto, há que fazer-se um aturado esforço de divulgação, mas antes deve-se vencer a relutância e os obstáculos que vedam as ideias e os factos.

Adélio Afonso — Lisboa

Dispostos a vender Cristo e a Igreja

Alguns dirigentes políticos falam hoje, em sessões de esclarecimento, em nome de Cristo e da Igreja. Quem lhes passou tal mandato?

Quando D. António Ferreira Gomes era atacado na antiga Assembleia Nacional, não ouvimos as vozes de tais senhores, que agora andam empenhados em enganar o povo. Quando a Igreja perdeu sacerdotes como os padres Felicidade Alves, Luís Moita, Melro, Fanhais, etc., essas mesmas vozes mantiveram-se caladas. Porquê? Porque as vozes daqueles sacerdotes incomodavam muitos senhores, que se diziam católicos. Essas vozes ainda hoje falam de paz, de justiça. Na altura falavam no fim da guerra colonial. São as vozes que o povo oprimido sente e apoia.

Quem esta carta escreve foi empregado de uma igreja, que de vez em quando era visitada por agentes da PIDE, que iam gravar as homilias do então prior. Quando deixei de ali trabalhar, liguei-me à Sociedade São Vicente de Paulo, da mesma igreja.

Tive a ousadia de levantar a minha voz quando o dr. António Ferreira Gomes era atacado por falar de justiça, de verdade. Fiquei indignadíssimo quando nas cadeias rasgaram a Bíblia do padre Felicidade; quando prenderam os padres Luís Moita e padre Mário de Oliveira, mais conhecido pelo pároco de Macieira da Lixa. Sei que moralmente sofri muito, por isso, é que me chamaram nomes pela posição que assumi.

Vem tudo isto a propósito dos tais senhores, quais Judas, dispostos a vender o próprio Cristo e a Igreja, para defender os seus interesses.

Cristo ama a todos: cristãos, socialistas e comunistas.

E é preciso que se tenha presente que Ele prometeu uma terra que tem de ser procurada, conquistada, pelos povos oprimidos. Por isso, quando esses senhores (sempre escusando-se com a Igreja), atacam homens justos que lutam pelo futuro do nosso país, não o fazem em nome de nenhuma religião; mas sim, no dos seus inconfessáveis interesses de exploração.

Augusto da Silva Gomes — Oeiras

SALÁRIO, PREÇO E LUCRO OU WESTON 76(II)

CELSO FERREIRA

1. A evolução dos salários, dos lucros e dos preços é, no essencial, uma projecção da intensidade antiga no processo de luta de classes, do desenvolvimento atingido pelas forças produtivas e da maior ou menor contradição entre uma e outras. É, por outro lado, dos aspectos mais reveladores da situação das massas trabalhadoras.

Poder de compra a diminuir ou a estabilizar com salários congelados ou semicongelados e preços a subir. Lucros, por sua vez, em expansão acompanhados de maior concentração, são indicadores de um poder político hostil às classes trabalhadoras e de uma economia que funciona em função de outros interesses que não são os seus. Situações como estas são normalmente acompanhadas pela implantação de um sistema de repressão accionado, sempre que necessário, pela burguesia no poder e com a eliminação ou marginalização dos órgãos dos trabalhadores.

2. Neste sentido parece-nos ser importante referir aqui alguns indicadores do que tem sido a evolução dos salários, dos lucros e dos preços da ditadura de Pinochet, cuja filosofia económica se assemelha à da economia social de mercado actualmente defendida em Portugal pelos partidos da direita (ver Economia e Socialismo, n.º 1, «Economia de Chicago no estilo chileno»):

a) Os bens de consumo logo no primeiro mês aumentaram mais de 100 por cento. O preço do pão aumentou 4 vezes em 1973 e 11 vezes em 1974! A política tem sido a defesa(?) do consumidor e a eliminação de «distorções indesejáveis no mercado» através de adequada liberalização e concorrência (princípios que se aproximam dos actualmente praticados pelos responsáveis da política de abastecimento e preços).

b) O poder de compra dos trabalhadores baixou 65 por cento. Com base nos preços de 1974 o rendimento mínimo familiar reduziu-se a um terço do seu equivalente em 1968-69.

c) 85 por cento da população está actualmente abaixo do nível de pobreza, enquanto 60 por cento das famílias (na grande maioria de operários) se encontram em situação de extrema pobreza e subalimentação. Uma família de dimensão média que dirija todos os seus rendimentos para a compra de alimentos, comprará apenas 50 por cento das necessidades calóricas e proteicas mínimas.

d) Em 1967, 5 por cento do grupo de famílias de maiores rendimentos recebia 22,6 por cento do rendimento total. Actualmente apropria-se de 50 por cento! E tudo isto com as fabulosas «ajudas» económicas e financeiras dos USA. Um «custo relativamente pequeno» para salvar a economia chilena pela via da recuperação capitalista, como disse um ilustre professor americano de Chicago.

3. Em Portugal, até ao 25 de Abril os trabalhadores que tudo criam nunca conseguiram deter mais do que 50 por cento do rendimento nacional (incluindo as contribuições patronais para a segurança social). As subidas de preços e o agudizar da repressão responsabilizam-se, entre outros factores, pela quebra para 48 por cento (43 por cento sem contribuições das entidades patronais) em 1973. As classes tra-

balhadoras, em particular dos estratos mais desfavorecidos, sentiam nesta altura uma degradação acentuada das suas condições de vida. Quebra do poder de compra, miséria e analfabetismo, concentração do capital e dos lucros num grupo cada vez mais minoritário, eis uma projecção do «Estado Social» de M. Caetano e que os seus seguidores (incluindo altos funcionários corporativos do anterior regime) pretendem agora chamar-lhe «Economia Social de Mercado».

4. Depois do 25 de Abril, o que tem acontecido? A evolução não tem sido regular, a reflectir a dinâmica do processo de luta de classes e as políticas económicas adoptadas. Em termos globais, pode-se afirmar que nestes dois últimos anos o comportamento dos salários e dos preços tem sido ligeiramente favorável, embora nos últimos meses parte significativa do anteriormente (após o 25 de Abril) conseguido já tenha sido perdido.

O Governo Provisório adoptou medidas que correspondiam a um movimento inicial de recuperação do poder de compra: a) fixou o salário mínimo legal; b) congelou os preços de bens e serviços por 40 dias; c) aumentou as pensões de invalidez e velhice. Ficou igualmente prevista a criação da Direcção-Geral de Preços e a implantação de um sistema de controlo de preços.

No período correspondente ao II e III GP foi iniciada a montagem deste sistema. Todavia, neste período alguns produtos deixaram de ser subsidiados, total ou parcialmente, registando-se durante o Verão de 1974 uma subida acentuada e generalizada dos preços. Agravamento que se fez igualmente sentir no 1.º trimestre de 1975. Nunca chegou, todavia, a ser definida uma política de preços articulada com a política económica geral. No Programa de Política Económica e Social vamos encontrar um quadro geral de definição da política de preços, ainda que entendida num sentido relativamente restrito. Falava-se numa política antiespeculativa. O seu aparecimento tardio e o 11 de Março tornaram o referido Programa ultrapassado na prática.

A política de preços que vem a ser adoptada pelo IV GP e posteriormente continuada pelo V GP assumiu uma natureza mais ampla. Por um lado, através do congelamento de preços dos bens essenciais até final de 1975 e da estabilidade do seu abastecimento, identifica-se o objectivo de garantir o poder de compra dos trabalhadores. Por outro, ao fixar preços de garantia mais elevados para algumas produções agro-pecuárias, regista-se a intenção de melhorar os rendimentos dos pequenos e médios agricultores e fomentar a produção agro-pecuária. Esta inflexão da política de preços reflectia, de algum modo, as pressões que o movimento de massas, por esta altura, fazia sobre as estruturas do poder político-militar. Não se trata ainda propriamente de uma política de preços articulada com uma política económica explicitamente definida. O seu carácter redistributivo e de fomento agrícola só poderá ser compreendido como uma fase preliminar à tal política geral de preços. O que acabou por não se concretizar por razões de todos conhecidos.

A política de preços adopta-

da pelo VI Governo não chegou a ser explicitada concretamente. Todavia, na prática regista-se um recuo sensível a todos os níveis: na lógica, objectivos e instrumentos de controlo que vinham a ser montados desde o I GP (incluindo a Direcção-Geral de Preços). Graves erros técnicos e políticos, por outro lado têm estado a ser cometidos neste domínio. Para depois de um período em que preços dos bens essenciais estavam congelados, não foi preparado e posto em execução nenhum esquema que pudesse controlar a evolução posterior dos preços.

Adoptou-se assim uma política de liberalização. Deixar as águas correr na lógica simplista (e já ultrapassada mesmo nas economias capitalistas liberais) de fazer ajustar preços a custos. Os resultados estão à vista, nomeadamente no domínio alimentar e serão referenciados mais à frente.

Verificaram-se mesmo casos de flagrante inépcia e incompetência, em que entidades responsáveis anunciaram aumento de preços para dentro

çarem a fazer sentir as repercussões da elevação das taxas do .T.

Estas medidas não só não apareceram coordenadas no âmbito de uma política de preços como não tiveram qualquer articulação com uma política de inflexão dos consumos, de apoio à produção e controlo de rendimentos, um recente programa de culinária da RTP é a expressão de tudo isto: «bifinhos Cordon Bleu com arroz de nozes»!

A austeridade assumiu assim um cunho «democrático». Isto é, para todos independentemente do seu nível de rendimento. A tão falada contenção dos consumos e da inflexão do padrão de vida apareceu, desde muito cedo, em embalagem de seda eleitoral. Mas não haja ilusões. Teremos de fazer uma política de dura austeridade. Restará saber para servir que projecto político e quem irá beneficiar. A recuperação capitalista em Portugal passa claramente pela inflação acelerada. A transição para o socialismo pela contenção dos preços.

VARIAÇÕES MÉDIAS MENSAIS DE SALÁRIOS E PREÇOS

SALÁRIOS PREÇOS	Jan.-Abril 74 (Gov. M. Caetano)	Maio-Junho 74 (I G. P.)	Julho 74-Março 75 (II III G. P.)	Abril-Agosto 75 (IV V G. P.)	Setemb. 75-Jan. 76 (VI G. P.)
Preços no Consumidor					
Lisboa					
Total (s. habitação)	3,1	0,6	2,2	0,6	2,5
Alimentação	3,1	0,5	2,6	0,6	3,5
Porto					
Total (s. habitação)	4,1	0,6	2,7	1,1	1,9
Alimentação	5,3	0,8	3,0	1,2	2,1
Salários Nominais					
Rurais (homens)					
Trabalhos Gerais	2,0	5,0	2,5	1,2	1,1
Ind. e Transportes (a)					
Lisboa	2,2	5,0	2,6	0,9	2,1
Porto	2,0	0,8	2,0	2,4	1,9

Fonte: INE — Boletim Mensal

(a) — Variações mensais calculadas a partir dos índices trimestrais e considerando os governos de maior duração em cada trimestre.

de 1 mês! Resultado: açambarcamento, subida efectiva de preços e necessidade de intensificar o ritmo de importações para assegurar o abastecimento.

Paralelamente foram suspensos a maioria dos órgãos directivos dos organismos de coordenação económica. Conclusão: atrasos apreciáveis na fixação de alguns preços de campanha, não cumprimento de programas de compras, desorganização de circuitos de abastecimento.

Simultaneamente ressuscita-se um agente económico que as políticas dos anteriores governos pretendiam eliminar: o grande intermediário. A política de preços deixou de visar a articulação preferencial produtor-consumidor, para ceder a pressões dos intermediários. Consequência: dificuldades de abastecimento e recurso a compras no exterior por qualquer preço (pagos por todos nós) como aconteceu com as recentes aquisições de gado vivo.

Verifica-se ainda que o VI GP acabou por decidir aplicar um conjunto de medidas que incorrectamente foram chamadas de austeridade. Subiram alguns preços legais, aumentou a tributação indirecta (Imposto de Transacções em particular evidência), alteraram-se regras de cobertura e as taxas praticadas pelo sistema de crédito. Na prática estas medidas estão a acumular efeitos para novos e persistentes aumentos dos preços, nomeadamente quando se come-

5. Os números que acabamos de referenciar revelam: a) uma deterioração extremamente rápida do poder de compra nos últimos 4 meses do regime fascista (cerca de 6 por cento); b) forte recuperação do salário real no período Maio-Junho de 1974 (congelamento de preços e fixação do salário mínimo), nomeadamente nos salários rurais; c) estabilização do poder de compra no período de Julho 74/Março 75 (período de alta de preços acompanhada de alta de salários nominiais). Ritmo elevado de crescimento dos preços dos bens alimentares. Quebra no poder de compra dos salários industriais na região Norte, acompanhada de ligeiras melhorias nos salários rurais e dos salários industriais na região de Lisboa; d) nova recuperação acentuada do salário real no período Abril 75-Agosto 75 (congelamento dos preços de bens essenciais acompanhado de redução menos rápida do ritmo de crescimento dos salários nominiais). O crescimento dos preços passou a um ritmo correspondente sensivelmente a metade da expansão dos salários nominiais, em particular evidência para a recuperação do poder de compra na Região Norte; e) finalmente, a partir de Setembro 75 regista-se uma acelerada perda de poder de compra (liberalização de preços e congelamento de contratação colectiva até final de Fevereiro último), nomeadamente nos salários rurais em áreas não abrangidas pela Reforma Agrária, (re-

Continua na pág. 4

Geral

Salário, preço e lucro ou Weston 76

Continuação da pag. 3

dução de 6,5 por cento do poder de compra em 5 meses) e nos salários industriais na Região de Lisboa (redução de 2 por cento no poder de compra em 5 meses). A alimentação apresenta nos últimos meses um agravamento de preços comparável ao verificado nos primeiros quatro meses de 1974 (último Governo de Caetano). Esta situação não melhorou depois de Janeiro do corrente ano já que os grandes contratos verticais, que se encontravam em curso na altura do congelamento da contratação, ainda não foram concluídos, sendo manifestamente prejudicados pela nova regulamentação da contratação colectiva.

6. Um outro aspecto que se refere, tem a ver com a afirmação demagógica de que as classes mais desfavorecidas não têm sido beneficiadas pelo 25 de Abril. Aqui ficam alguns dados e críticas: 1) o salário mínimo legal fixado em Maio de 1974 beneficiou 48 por cento dos trabalhadores dos sectores por ele abrangido. Este salário mínimo terá empurrado, naturalmente os salários dos escalões imediatos, já que a actualização do salário mínimo em Junho de 1975 terá apenas melhorado o salário de 20 por cento dos trabalhadores abrangidos (elementos recolhidos de «Economia e Socialismo» N.º 1); 2) os salários dos escalões mais elevados têm andado normalmente congelados ou semicongelados. Por outro lado, foi fixado em Junho de 1975 um salário máximo para trabalhadores por conta de outrem (48.900\$/mensais ilíquidos); 3) cerca de 58 por cento dos trabalhadores por conta de outrem dos sectores secundário e terciário (Inquéritos dos S. Estatística-M. Trabalho) que em Janeiro de 1974 se encontravam no escalão 1.950\$-3640\$/mês, passaram em Janeiro de 1975 para o escalão de 3650\$-5500\$/mês. Enquanto isto, somente 28,5 por cento dos trabalhadores que em Janeiro de 1974 se situavam no escalão de 4420\$

6240\$/mês passaram em Janeiro de 1975 para o escalão 6500\$-1000\$/mês. Esta elevação dos salários dos escalões mais baixos está igualmente relacionada com o maior consumo de bens essenciais registado nos 2 últimos anos; 4) os salários dos trabalhadores rurais (cuja grande maioria se integra nos estratos mais desfavorecidos), após uma recepção inicial significativa, registaram posteriormente um amortecimento na sua evolução real, para começarem a

ráveis e sem garantias patrimoniais, constituiu um «elemento novo» importante introduzido pelo IV GP.

7. Uma outra questão tem que ver com a afirmação ignorante e demagógica (produzida até por altos responsáveis políticos), de que o «desvario» de governos anteriores ao VI teria conduzido a que a massa salarial quase atingisse a totalidade da produção e do rendimento nacional. Também aqui será útil recorrer à linguagem dos números:

PARCELA DE RENDIMENTO NACIONAL RETIDA PELO TRABALHO

(em percentagem)

1970	1971	1972	1973	1974	1975
49,9	50,9	50,3	48,0	52,0	56,4

Fonte: «Economia e Socialismo» N.º 1

crescer menos do que os preços na vigência do VI Governo, nomeadamente nas zonas não abrangidas pela Reforma Agrária. Nestas zonas, embora com grandes dificuldades iniciais na obtenção de um rendimento certo, os operários agrícolas passaram a deter uma força produtiva fundamental para elevar as suas condições de vida: a terra. Todavia os trabalhadores rurais e os pequenos e médios agricultores, para além de maiores rendimentos directos, necessitam de uma segurança e cobertura social que até agora não sentiam, exceptuadas algumas medidas no âmbito do I e IV GP (registre-se que este sector governamental tem sido homogeneizado pelo PPD). Igualmente se deve referir que só com o IV GP se iniciou um processo de maior amplitude na fixação de alguns preços garantidos à lavoura, com preços diferenciados em benefício do pequeno e médio agricultor, visando uma garantia de rendimentos. Também a possibilidade de acesso ao crédito (crédito agrícola de emergência) para os pequenos e médios agricultores em condições favo-

Verifica-se assim: a) a estabilidade da parte detida pelos trabalhadores durante os últimos quatro anos do regime fascista, constatando-se a quebra significativa já referida para 1973; b) a parcela do trabalho (que inclui as contribuições patronais para a previdência social) sobe em 1974 para 52 por cento. A subida de preços engoliu grande parte do aumento da massa salarial; c) em 1975 terá subido, mais acentualmente «assimilados» pelo to, fazendo-se sentir a estabilização do processo inflacionista durante 6 a 7 meses.

Estamos, portanto, bem longe da absorção do produto gerado pela massa salarial! Temos assim que o capital detém cerca de 44 por cento do rendimento gerado pelo trabalho. Parcela bastante elevada, mesmo em comparação com países capitalistas. O sentido social desta parcela global poder, no entanto, vir a ser alterado se as nacionalizações constituírem um passo na construção socialista da economia e se o poder político transitar para «o poder democrático dos trabalhadores», como prevê a Constituição. Se tal não acontecer, as empresas nacionalizadas e o excedente a que derem origem serão naturalmente «assimilados» pela lógica capitalista. Assim, nada terá mudado a não ser a fachada, como por aí tem acontecido na Europa capitalista.

Não se dispõem ainda de dados relativos ao comportamento sectorial. Recordar-se, porém (ver «Ensaio sobre o capitalismo em Portugal» de J. Martins Pereira) que nos últimos anos do regime fascista, a taxa de mais-valia era da ordem dos 1,25 na indústria. Isto é, num horário normal de 8 horas cerca de 4,5 horas de trabalho correspondiam a sobretrabalho ou exploração apropriado pelo capital.

8. Passemos agora a uma breve referência do que tem sido a política governamental no domínio dos rendimentos. Até à presente data, apenas apareceram projectos minimamente articulados de política de rendimentos, com o I GP, no Programa de Política Económica e Social, com o IV G. P. e no Programa Defender a Revolução do V GP.

No decurso do I G. P., como já atrás se referiu, foram adoptadas algumas medidas integradas visando a melhoria das condições de vida de estratos mais desfavorecidos, como a fixação do salário mínimo, a elevação do abono de família e das pensões em ligação com o salário mínimo. Não se verificaram, todavia, alterações sensíveis na política fiscal e na distribuição da riqueza.

Nos governos seguintes (II

e III) há a registar apenas algumas modificações pouco significativas nos impostos e a aprovação tardia do subsídio de desemprego (preparado desde o I G. P.). No Programa de Política Económica e Social (em cuja elaboração interveio activamente a equipa técnica governamental afectada ao PPD e ao PS), desenha-se o esquema geral de uma política de rendimentos, abrangendo a política de salários, a política fiscal e a política de segurança social. Remetia-se a sua concretização para um Conselho de Rendimentos (a funcionar para o lado do rendimento do Trabalho e do Trabalho). Trata-se de uma esquematização próxima da verificada em países social-democratas em que, só muito superficialmente se atinge a propriedade dos meios de produção e da riqueza acumulada. Aparenta-se para uma política de tipo redistributivo do rendimento (via impostos e segurança social), deixando permanecer, ainda que fiscalizando-os, os grandes grupos económicos, os monopólios, os latifúndios e as grandes fortunas. Será curioso recordar que as já referidas forças políticas que estiveram na elaboração deste Programa, vieram mais tarde dizer que as nacionalizações, a reforma agrária e o controlo operário tinham sido grandes conquistas, pelas quais haviam lutado!

Foi precisamente a movimentação dos trabalhadores, acelerada após Março de 1975, que desencadeou alguns saltos em frente. As medidas então adoptadas continham significativos «elementos novos». A opção de transição para o socialismo, então concretizada na declaração do Conselho da Revolução de 15 de Abril de 1975, nas eleições de 25 de Abril e retida no essencial na Constituição, possibilitou a implantação de uma política que, para além de uma mera redistribuição do rendimento, atingiu os monopólios e latifúndios, factores de concentração crescente da riqueza gerada.

Para além deste «elemento novo», alterando substancialmente a repartição da riqueza, regista-se a publicação do DL 292/75 de 16 de Junho visando uma progressiva articulação da política de rendimentos com o plano de desenvolvimento (outro «elemento novo» e decisivo na transição para o socialismo). Este diploma apresenta algumas inovações que aqui se sublinham: a) ligação da massa salarial às possibilidades reais da economia nacional e dos sectores produtivos; b) fixação de um salário máximo nacional e congelamento dos salários acima dos 12.000\$00 até final de 1975; c) determinação de processos e regras gerais para a contratação colectiva, nomeadamente quanto ao cálculo de massas salariais. Esta nova orientação da política salarial foi acompanhada de alterações significativas na política fiscal (que não chegaram a ser promulgadas), no quadro geral do que necessariamente teria de ser uma política de austeridade.

A política de rendimentos e em particular de salários do VI G. P. nada de novo trouxe. Pelo contrário, tal como noutros domínios, o que era novo, factor de mudança, foi dominado e marginalizado pela introdução progressiva de «ideias velhas»: a) após um congelamento de 3 meses da contratação colectiva (acompanhada de liberdade nos preços), a negociação colectiva de salários e a fixação de salários passaram a seguir um regime tipo liberal, cuja ligação à situação eco-

nómica se esquece. Verifica-se mesmo que a legislação entrementada publicada será um forte incentivo à generalização da máxima «por cada contrato uma greve» e a uma inflação galopante (já se sabe quem com ela perde); b) a incapacidade e incompetência (o contrário daquilo que o VI GP havia prometido) levam a remeter a questão para um Conselho de Preços e Rendimentos (fusão dos dois conselhos referenciados no Programa de Política Económica e Social). Experiência falhada noutros países e até com situação económico-social radicalmente diferente da nossa. Uma contradição evidente entre a já referida liberalização e a concentração de negociações que um órgão desta natureza normalmente pretende impor. Em que condições será possível reduzir a movimentação dos trabalhadores e da luta de classes a um salão nobre de um palácio ou Ministério? Para se chegar a esta conclusão terá sido necessário congelar a negociação colectiva por três meses? c) as alterações introduzidas nos impostos em Dezembro último, não aparecem integradas numa política global de rendimentos, nem articuladas com uma política de salários. Quanto a austeridade apenas o nome.

9. A análise, breve e geral, que se acaba de produzir revela apenas algumas evidências da situação global ocorrida nos últimos 2 anos, mostrando os avanços e recuos do processo político. Após a queda do regime fascista tem-se assistido a uma luta profunda entre o «novo» e o «velho». Entre a mudança de fundo e a conservação ou a renovação com alteração de fachada. Só os miopes e os que se permitem «analisar» a movimentação social e a luta de classes a partir de gabinetes ou de tertúlias especulativas poderão negar que até ao Outono de 1975 se viveram neste País alguns dos pontos mais altos da história social recente. E que durante parte desse ano um poder político-militar progressista procurou corresponder a essa movimentação. Isto é uma coisa. Outra será o reconhecimento de que ao avanço na luta anti-capitalista não correspondeu a implantação de um poder e de reacção política que superasse as sucessivas ambiguidades que tem caracterizado o poder após o 25 de Abril. Não admira, portanto, que as forças que se opõem ao movimento popular tivessem pretendido ultrapassar esta contradição com o 25 de Novembro. Também não é difícil constatar que a estabilização deste movimento após esta data, tem permitido uma larga recuperação do poder por forças reacçãoárias e conservadoras.

É visível a eliminação ou marginalização dos referidos «elementos novos» e de mudança introduzidos até ao VI G. P. (sublinha-se que não se refere apenas ao IV e V G. P. que tantos complexos originaram em consciências pouco tranquilas). Aqui ficam alguns exemplos: a) uma estrutura governamental desarticulada e descoordinada. Os mecanismos de coordenação e controlo foram quase totalmente eliminados. Recordar-se a eliminação de um Ministério do Plano e Coordenação Económica, a não existência de conselhos de ministros especializados (como o conselho económico). A solução preconizada pelo VI G. P. de criar sucessivos cargos governamentais (alguns podiam ser desempenhados por um director-geral ou até director de serviços) semeou a descoordenação e a confu-

são (82 membros do Governo!) no sistema de decisão. O Ministério das Finanças tem, por exemplo, 11 lugares governamentais. Secretarias de Estado (como a da Habitação) transformam-se em Ministério com 5 e 6 postos governativos. A descoordenação não atingiu apenas o domínio económico. A intenção de coordenar a política de equipamento social é afastada com a partilha do Ministério do Equipamento Social e Ambiente por motivos políticos! Cria-se uma Secretaria de Estado da Formação Profissional ao lado de uma Secretaria do Estado do Emprego, o que faz empalidecer os peritos de organizações internacionais que nos visitam; b) a implantação do sistema de planeamento e a reorganização dos sectores nacionalizados e em crise, na óptica do plano é esquecida. Aparenta-se para tipos de reorganização que pouco têm a ver com uma planificação integrada, ignorando-se o papel dos trabalhadores; c) os sectores nacionalizados não foram reorganizados. O enquadramento das empresas públicas e a coordenação das participações do Estado, formação e carreira do gestor público, estabelecimento de critérios gerais de gestão das empresas públicas (funções cometidas ao IPE) foram sucessivamente bloqueados; d) a perspectiva de integrar no plano a política de preços, a política de rendimentos e a política de emprego foi igualmente paralisada; e) o controlo operário, após sucessivas delações, acabou por não ser «reconhecido» legalmente; f) os órgãos de poder popular são colocados à margem pelo Governo e aparelho de Estado; g) o processo de eliminação de intermediários através da criação de empresas públicas de abastecimento e de comércio externo é ignorado pelas responsáveis governamentais; h) a coordenação da política de crédito e a sua ligação às políticas sectoriais, bem como o controlo cambial, são substituídos por mecanismos de relativa liberalização.

10. Esta inflexão não deixou de contribuir para um maior agravamento da crise: intensificação da inflação, agravamento do desemprego (como revelam os dados referentes a Janeiro último, em que o nível de emprego baixou) e a balança de pagamentos sem melhoras. Será, porém, de recordar a alguns cronistas políticos e comentadores económicos (que não conseguem libertar-se da perspectiva burguesa de análise económica) que a transição para o socialismo arrasta, obviamente, uma crise e com custos para uns e benefícios para outros. Crise do «velho», das estruturas capitalistas. Ao lado deverá nascer o «novo», as estruturas socialistas. O «novo» aumenta e multiplica-se e não se elimina ou marginaliza como tem acontecido nos últimos meses. Acaba por se sobrepor à crise do «velho». As consequências que aqui se fazem sentir da crise do capitalismo internacional e da crise política derivada da queda de um regime, soma-se uma crise de estruturas capitalistas fortemente abaladas. Daqui resulta que a economia determinará cada vez mais uma solução política, o que exige, por sua vez, que se encontre esta solução de modo a enquadrar o projecto económico. Trata-se de uma acção dialéctica. Pretender reduzir a economia à política significará remeter a luta de classes para o jogo verbal dos políticos.

CELSE FERREIRA

COLÓQUIO EM OEIRAS

Investigação agrária tem novos programas

«Reestruturação de Investigação Agrária em Portugal» foi o tema do colóquio realizado em Oeiras, orientado pelo prof. Pedro Amaro, director-geral do Instituto Nacional de Investigação Agrária. Na sessão, o prof. Pedro Amaro revelou que estão definidos novos programas de investigação agrária, nomeadamente de agropecuária, vitivinicultura, potencialidades de recursos ecológicos, estudos económicos e sociológicos e orizicultura, entre outros.

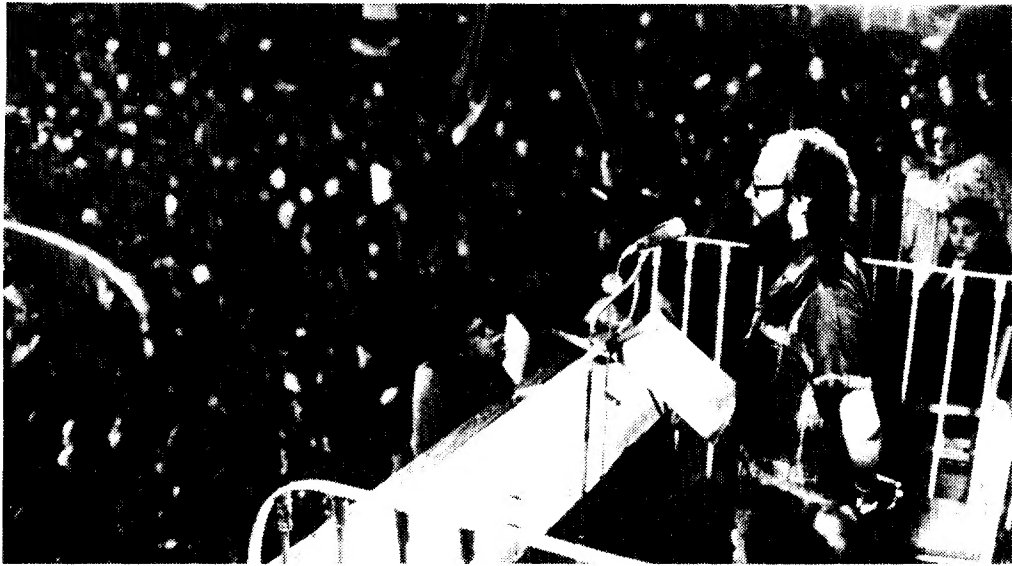
No panorama da situação actual que apresentou, com base num relatório sobre «domínios prioritários das actividades de investigação e desenvolvimento», o prof. Pedro Amaro referiu a dispersão da investigação por diversos organismos em ligação com as necessidades do progresso do sector, a especialização e actualização em matérias que, frequentemente, não correspondem às primeiras necessidades de desenvolvimento e à falta de dimensão das unidades investigadoras.

«O panorama descrito» afirmou, «significa a existência de uma investigação não programada, de cunho marcadamente particularista ou mesmo

individualista, desligada das realidades concretas, isoladas dos utilizadores potenciais e, portanto, pouco eficaz como motor do progresso técnico e de transformação da sociedade».

Salientando depois a situação particular de Portugal, em 1976, «com uma Reforma Agrária» afirmou o prof. Pedro Amaro: «A investigação tem de servir a Reforma Agrária, que é algo de novo que surgiu em Portugal. A investigação agrária tem de servir o País.»

Em declarações à ANOP, o prof. Pedro Amaro declarou que se está «a tentar retocar e transformar gradualmente os diversos organismos, em ordem a obter um máximo de produtividade». Acrescentou que uma das dificuldades da investigação agrária tem sido o número elevado de organismos, na maioria dos casos, de pequena dimensão, o que tem feito com que a produtividade seja reduzida. Finalmente, o director do I. N. I. A. informou que através dos cursos de reciclagem, aquele Instituto procurará transmitir aos técnicos o que a investigação produz, tendo-se já efectuado alguns destes cursos.



O padre Martins, que encetou na paróquia da Ribeira Seca, na Madeira, a luta pelo poder popular, no momento em que falava no comício da U. D. P.

U.D.P. no Campo Pequeno

Denunciado silêncio do Governo acerca dos planos de Spínola

«A organização, a decisão e a combatividade popular assustam os fascistas. Por isso eles se preocupam e esforçam nas suas manobras que conduzem ao golpe. Essas manobras são cada vez mais evidentes. Elas já são feitas às claras», afirmou Acácio Barreiros, da Comissão Nacional da U. D. P., durante o comício que este partido levou a efeito ontem à noite no Campo Pequeno.

Sob os aplausos de milhares de pessoas presentes no recinto, o orador dizia ainda, referindo-se às tentativas fascistas: «O assassino Spínola andava pela Europa a preparar apressadamente o golpe. A sua rede de apoios no estrangeiro e em Portugal era grande. O escândalo foi de tal ordem que o conservador Governo suíço se viu na obrigação de o expulsar do país. Mas nem perante este facto que é uma evidente confirmação dos planos golpistas dos fascistas, o Governo Português se pronunciou. Foi mantido o silêncio mais absoluto. Que dizem hoje aqueles que ontem afirmavam não se importar de governar com Spínola, como Presidente da República, como Mário Soares? Que dizem aqueles que há bem pouco tempo defendiam acaloradamente o regresso do nazi Spínola, como Sá Carneiro e Freitas do Amaral? Uns prometem reconstruir o País, outros

afirmam que Portugal está com eles. Reconstruir o País com Spínola tal é o descaramento a que se chegou.»

Noutro passo da sua intervenção, aquele dirigente da U. D. P. dizia que «o que os partidos burgueses têm a propor ao povo são programas velhos que já mostraram a sua completa falência; é a venda de Portugal ao desbarato, aos Estados Unidos e à Europa; o que têm a propor é uma maioria de esquerda que nós já vimos o que era desde o 25 de Abril».

Como candidato independente falou também Eduardo Pires, membro da Comissão Central do P. C. P. (R.), que se referiu ao secretário-geral do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal, como «lacaio da burguesia» e «vil traídor» e a Mário Soares como «caixeiro-viajante da burguesia». O mesmo orador apelaria para a ida às urnas e para o voto na — disse — candidatura revolucionária da U. D. P., e pediu aos eleitores do M. D. P./C. D. E. os respectivos votos para a mesma candidatura. Apelo ainda para um 1.º de Maio de luta e sugeriu aos militantes e dirigentes do seu partido a ida às «massas operárias, camponesas e populares» a fim de explicarem que «votar na U. D. P. é votar revolucionariamente».

Foi evocada ainda a figura

do padre Maximino de Sousa e da militante Maria de Lurdes, mortos pela explosão bombista em Vila Real. O mesmo orador censurou o silêncio da Igreja oficial que «se calou perante a morte de um cristão».

Foram lidas durante o comício moções de antifascistas presentes nas quais se condenava a prisão de três soldados em Beja «por se terem colocado ao lado do povo».

L.C.I. (com Ernest Mandel)

Faltam perspectivas de luta à Revolução Portuguesa

«A revolução portuguesa não morreu, o que lhe falta são perspectivas de luta, um programa de luta, e foi esse programa que a L.C.I. defendeu», afirmou um dirigente da Liga Comunista Internacionalista ontem à tarde, no decurso de uma conferência de imprensa dada na sede desta organização em Lisboa. O dirigente trotsquista falava da campanha eleitoral e do comportamento, nela, da L.C.I. «A L.C.I. apro-

veitou o período da campanha eleitoral para fazer a defesa das nacionalizações, do controlo operário, da Reforma Agrária, mas também a defesa dos salários e das liberdades democráticas neste momento ameaçadas pela burguesia».

Acentuaria depois um dos aspectos mais salientes da campanha da L.C.I.: a defesa feita por esta organização da unidade entre os trabalhadores. «A campanha da L.C.I.

fez-se sob o signo da unidade», disse. E recordou: «Propusemos aos trabalhadores, aos sindicatos, às comissões de trabalhadores, que discutam nas assembleias de fábrica, nos campos, nas unidades colectivas, a forma de impedirem o avanço da direita; um plano operário de luta que defenda as conquistas da revolução mas que seja discutido democraticamente pelos trabalhadores; defendemos (e insistimos particularmente nisso) a realização dum congresso democrático de todos os sindicatos. A campanha eleitoral da L.C.I. fez-se sob o signo da unidade de todos os trabalhadores propondo ao conjunto de todas as organizações operárias, propostas concretas de luta e unidade para impedir o avanço da reacção».

MANDEL

«Quisemos também fazer ressaltar que a Revolução Portuguesa está ligada à Revolução Internacional», dizia ainda. Presente na reunião, Ernest Mandel, do Secretariado Unificado da IV Internacional e vindo a Portugal com «a mensagem dos nossos camaradas da IV Internacional», — no dizer do apresentador falaria deste aspecto. Muito sucintamente: «A IV Internacional considerou com prudência e moderação o processo revolucionário português», disse. «As conquistas que a classe operária conseguiu fazer em Portugal, em condições desfavoráveis, são para nós uma surpresa. Mas — acrescentou — não creio que o centro da revolução socialista europeia seja Portugal».



Dirigentes da L.C.I. na conferência de imprensa na Gulbenkian. À direita na foto vê-se Ernest Mandel

Meio milhar assinou o manifesto

Mulheres recusam demagogia eleitoral

«Explorando o que não se fez durante estes dois anos e a consequente desilusão de muitas mulheres, os partidos de direita tentam captar o seu voto, a troco de promessas demagógicas», lê-se num manifesto das mulheres de esquerda, ontem divulgado no Primeiro Acto, em Algés, durante um encontro cujo tema era «As Mulheres, a Esquerda e as Eleições».

O manifesto, ao qual aderiram já meio milhar de mulheres, contestando a ideia dominante segundo a qual as mulheres votam à direita porque receiam as grandes convulsões, defende que «só uma política de esquerda permitirá a transformação das mentalidades, sem a qual a igualdade perante a lei não será a igualdade perante a vida».

Em vésperas de eleições, quando as mulheres vão ser de novo chamadas a votar para escolher a Assembleia da República e, consequentemente o Governo Português, o grupo do manifesto lançou um alerta contra a manipulação das mulheres procedendo à análise de alguns dos aspectos que caracterizam a sua actual situação.

A advogada Lia Viegas salientou que a actual Constituição é da maior importância para a libertação da mulher mas que o cumprimento da Lei

tem que ser reivindicado de forma autónoma pelas mulheres. Dentro desta ideia, a jornalista Maria Antónia Palla denunciou um programa apresentado, ontem, pela Televisão em que os chapeleiros de S. João da Madeira reivindicam um salário de 7500\$00 para os operários e 6000\$00 para as operárias. Este e outros exemplos da discriminação face à mulher, levaram a jornalista a afirmar: «Não basta à mulher votar à esquerda como fez nas últimas eleições, é necessário exigir que esse voto seja respeitado pelos partidos a quem as mulheres deram a sua confiança».

Uma ex-deputada, Maria do Pilar Barata, ao falar da experiência política que em dois anos de luta foi desenvolvida por milhares de mulheres, constatou que os partidos se têm esquecido que «a mulher é uma peça fundamental na revolução das mentalidades», tornando-se urgente destruir o tabu segundo o qual «a política não é para as mulheres».

O trabalho de moderadora esteve a cargo de Maria Rosa Gomes, ex-deputada, um dos elementos da gerência do Primeiro Acto, cabendo a última intervenção da mesa a Margarida Mira, estudante, militante feminista. Tendo chamado a atenção para a solidão em que se debatem grande parte das

mulheres portuguesas, a representante do M. L. M. considera que «o voto das mulheres é mais um cheque em branco a um grupo de homens», tendo defendido que a verdadeira luta das mulheres passa pela sua auto-organização como aconteceu em vários sectores, nomeadamente entre as empregadas domésticas, com as prostitutas no Ninho e ainda nos grupos que praticam o aborto clandestino.

UMA ETAPA IMPORTANTE

Depois das intervenções, seguiu-se um debate em que foram enumerados os pontos mais importantes da luta das mulheres. Ficou claramente definido que no caminho da sua libertação a mulher depara com uma sociedade dividida em classes ao mesmo tempo que se vê forçada a obedecer aos valores culturais paternalistas e machistas pelos quais interioriza a sua situação subalterna numa sociedade em que o Poder e a consequente capacidade de decisão lhe estão vedados.



O ministro Almeida e Costa quando visitava ontem a Sala da Imprensa na Gulbenkian

Mais de mil jornalistas acreditados

Estavam credenciados pelo Ministério da Comunicação Social até ao fim da noite de ontem 1020 jornalistas nacionais e estrangeiros que vão efectuar a cobertura das eleições de 1976.

Segundo a ANOP apurou junto das autoridades competentes este número é bastante superior ao do ano passado para as eleições de 1975.

De salientar que se encontram em Portugal representantes de órgãos de Informação da Suécia, RDA, RFA, Brasil, Bélgica, Marrocos, Itália, EUA, Grã-Bretanha, França, África do Sul, Holanda, Canadá, Suíça, Japão, Jugoslávia, Dinamarca, Checoslováquia, URSS, Cuba, Filândia, Itália, Grécia, Argentina, Hungria e Luxemburgo.

A grande maioria dos jornalistas estrangeiros provém dos países nórdicos, com especial incidência para a Suécia, cujos órgãos de Informação, tanto a nível de Imprensa como Rádio e TV, pretendem fazer uma ampla cobertura das eleições portuguesas deste ano.

Prevê-se que o número de jornalistas credenciados venha ainda a ser largamente ultrapassado até ao próximo dia vinte e quatro.

M.E.S. no Porto

Por uma frente unida

Um apelo à criação de uma «frente unida antifascista e anticapitalista» foi ontem feito uma vez mais pelo M. E. S., no decurso de uma conferência de imprensa dada na sala de Imprensa da C. M. P., no Porto. Na mesa, três candidatos da organização por este círculo, Alberto Martins, Jacinto Rodrigues e Manuel António Pina. Quanto à «frente», segundo um dos presentes no uso da palavra, ela deverá «servir a intervenção dos explorados e oprimidos ao nível do poder político: deve servir a batalha pelo impedimento do golpe fascista, mantendo a crise do Poder em aberto e reunindo forças para a resolver a seu favor pelo relançamento da ofensiva popular».

Exposta a posição do M. E. S. perante o acto eleitoral do próximo domingo, e lembradas as linhas gerais da intervenção

que a organização tem vindo a ter na campanha ainda em curso. Eleições: um dos candidatos considerou-as «um momento importante de reorganização e reagrupamento das forças populares»: «as eleições devem servir para desmascarar a direita e as ilusões reformistas, mas também unir o povo».

Prevista a possibilidade de a direita obter a maioria nos resultados do próximo dia 25: «Uma maioria eleitoral teria como primeira consequência a legitimação da repressão indispensável para o Governo da burguesia. Nisso jogam os partidos burgueses, principalmente o C. D. S. e o P. P. D. E se estas organizações não obtiverem a maioria? Um candidato disse que estas organizações «também não enjeitam a possibilidade de virem a governar através de um golpe de força».

MARIA VITÓRIA

HOJE
2

sessões

(Não aconselhável às
a menores de 18
anos) e 22.45

A PLURALIREVISTA
DO POVO PARA O
POVO

**FORÇA, FORÇA,
CAMARADA ZÉ!**

SALVADOR
MARIA DULCE

HENRIQUE SANTANA

CARLOS GONÇALVES
LURDES LIMA
ANTÓNIO SEMEDO
LUÍS MÁRIO

Atracção nacional:

CIDÁLIA MOREIRA

Num momento
da abertura da revista
ZITA DUARTE

DOMINGO, 25, DIA
DE ELEIÇÕES, NÃO
HAVERÁ ESPEC-
TÁCULO

SÁBADO

TEATRO INFANTIL
às 16 h. (para todos)

«O PRÍNCIPE DAS
ORELHAS DE BURRO»
Entradas a 10\$00, 15\$00
e 20\$00 (só!)

S. R.

MINISTÉRIO
DA INDÚSTRIA
E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO
DA INDÚSTRIA
E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL
DOS SERVIÇOS
ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art. 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e nas Secretarias das Câmaras Municipais dos Concelhos de Setúbal e Palmela em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/56382, arquivo 4, para o estabelecimento nas freguesias de S. Sebastião, Palmela e Pinhal Novo, concelhos de Setúbal e Palmela, de uma linha mista a 15 kV, com 11054 m, constituída por um troço subterrâneo de 290 m e por um troço aéreo com 10764 m da Subestação de S. Sebastião ao apoio n.º 73 da linha S. Francisco-Pinhal Novo, integrando um troço existente com 7434 m da linha a 6 kV (depois de modificação) da referida linha (S. Sebastião-Pinhal Novo).

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou nas Secretarias daquelas Câmaras Municipais, dentro do cidade pra/o.

Repartição de Licenciamento, em 8 de Abril de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

Nacional

Lei do Arrendamento Rural: progresso por cumprir

ALFREDO JOSÉ DE SOUSA

Uma das medidas mais progressistas do pós 25 de Abril foi a lei do arrendamento rural (Dec. 201/75 de 15 de Abril). No seu conteúdo e alcance, que não na sua formulação infelizmente!

Com efeito, ela revela uma corajosa preocupação de conferir a uma das classes sociais mais desfavorecidas, os pequenos e médios rendeiros (há cerca de 300 000 explorações agrícolas em que o produto do trabalho de terra alheia é forçosamente dividido com quem a não trabalha) a mais ampla protecção.

Por outro lado, da sua correcta e integral aplicação, designadamente pela observância das tabelas de renda máxima estabelecidas posteriormente, resultaria a diminuição dos custos da produção agrícola a renda é um custo de produção com benefício para o público em geral. Ponto seria que outros factores o não eliminassem!

Poder-se-à dizer que ela foi assim uma face concreta da máxima socialista «a terra a quem a trabalha».

Apesar de tudo porém ela ficou aquém, na sua realização prática, daquilo que dela então se esperava.

Porquê? A quem cabe a culpa?

Goucha Soares, no seu artigo «Arrendamento rural, comissões arbitrais», «D.L.» de 11 de Março, põe o dedo na ferida.

Mas numa das feridas tão só.

A técnica legislativa da Lei

do Arrendamento Rural é deficiente sobretudo na indispensável adequação às regras do processo, o que prejudica a sua aplicação concreta pelos tribunais.

Daí o acumular de processos parados ou arrastados respeitantes a questões de arrendamento rural, ou porque as partes — sobretudo os rendeiros que não podem pagar o apoio técnico jurídico dos advogados — elaboram deficientemente os seus requerimentos quando os juizes os aceitam sem a intervenção de advogado..., ou porque o andamento das diligências processuais é entravado pela «paixão» que os «árbitros» (representantes das partes) imprimem às suas funções ou porque, há que dizê-lo, os juizes — presidentes das «comissões arbitrais» — e os advogados se confrontam com dificuldades de interpretação da lei na sua aplicação prática.

Assim, impondo sempre a possibilidade de recurso das decisões finais da comissão arbitral (art.º 33 h), a lei condenou o rendeiro a ter que abrir os cordões à magra bolsa para pagar a um advogado (art.º 32 n.º 1 b) do Cod. Proc. Civil) se quizer intentar qualquer acção, mesmo a mais simples e menos «jurídica» como por exemplo a fixação em dinheiro do «terço» vigente no proibido contrato de parceria agrícola (art.ºs 27 n.º 1 e 44.º).

Só dando «um pontapé na gramática», como diz Goucha Soares naquele artigo, é que alguns juizes — foi o caso por

exemplo no tribunal de Alenquer — dispensam advogado, cuja intervenção resulta assim obrigatória pelo menos nos casos em que a comissão arbitral não decide segundo a equidade.

Para tanto porém torna-se necessário que o rendeiro saiba redigir minimamente a sua pretensão, o que não acontece na maior parte dos casos por razões óbvias.

Determinando a aplicação das regras do processo sumário a estas questões (art.º 31) a lei esqueceu que se o rendeiro não contestar a acção contra ele posta pelo senhorio — por falta de dinheiro para contratar advogado, ou para pagar os preparos ou frequentemente por ignorância sobre o procedimento a adoptar — será irremediavelmente condenado (art.º 784 n.º 2 do Cod. Proc. Civil).

Só se o juiz der outro «pontapé na gramática» mas só em casos com o mínimo de cobertura no espírito e na letra da lei (art.º 28 n.º 2 e 33 C) d) e) é que tal condenação de preceito não sobrevirá.

Em matéria de encargos judiciais (preparos, custos), então foi perfeitamente ridícula a falta de previsão do legislador.

Isentou o I.R.A. (como organismo estadual não estará sempre isento?) e as cooperativas de produção de pequenos agricultores e trabalhadores rurais apenas no caso do exercício do direito de preferência nas transmissões do médio arrendamento (art.º 25

n.º 11). E os rendeiros? e aquelas entidades nas restantes acções?

Porque não se estabeleceu a regra de isenção de encargos judiciais para todas as cooperativas de trabalhadores rurais e para os rendeiros como regra, estabelecendo-se contudo excepções para casos nítidos de suficiência económica?

Ter-se-á pensado que o Instituto da Assistência Judiciária bastará? Esqueceu-se que, na maioria dos casos, esta só é concedida se convenientemente pedida. E para o ser só com o concurso de advogado que se paga (sai pela janela o que entra pela porta...) ou do Ministério Público o que acarreta o risco de ser demorada, pelo menos.

É aqui que se insere desde logo a necessidade da criação de um Instituto do Arrendamento Rural, com quadros técnico-jurídicos voltados ao apoio dos rendeiros nas questões que pretendam ver derimidas nas comissões arbitrais.

Não basta criar direitos e benefícios em letra de imprensa no «Diário do Governo», ou se agora quiserem, da República (para fazer esquecer conotações negativas do passado próximo apenas pela mudança de nome...).

Há que ir até ao fundo das questões e dotar os destinatários desses direitos do mínimo de instrumentos para os exercer em igualdade de circunstâncias.

Doutro modo falha redondamente o princípio da «igualdade dos cidadãos perante a lei», já que só quem tiver dinheiro ou cultura é que pode exercer os direitos que ela concede.

Outras tarefas de largo alcance social se deveriam cometer a tal Instituto.

Confrontámo-nos na comissão arbitral de Alenquer com casos de pequenos proprietários que não podendo trabalhar as suas courelas as arrendaram como meio de garantir uma reforma mínima de velhice ou doença que o Estado esqueceu.

Alguns deles não calavam o seu protesto ao verem reduzidas as suas rendas aos limites legais que consideravam de miséria.

Esta aparente injustiça (tão só aparente) poderia e deveria ser remediada por um eficaz

esquema de Previdência que os abrangesse, de modo a não excomungar. A «Lei do Arrendamento Rural» e a desvinculá-la da terra que não podem trabalhar.

O levantamento casuístico de tais situações e o seu adequado encaminhamento para uma solução a inventar, seria tarefa do Instituto de Arrendamento Rural. Autónomo, ou departamento do I.R.A., de qualquer modo um instrumento eficaz de apoio aos rendeiros e pequenos proprietários.

Por fim o fatalismo, assinalado por Goucha Soares, de manter definitivo o que nasceu para provisório.

Para quando as verdadeiras comissões arbitrais do art.º 27?

Uma coisa é um «árbitro», delegado da parte, representante de uma classe não de um indivíduo, ao lado do juiz, outra bem oposta é um «representante» de um interessado, verdadeira «testemunha» apaixonada a forçar o ganho de causa daquele que representa.

A Lei do Arrendamento Rural teve o louvável propósito de subtrair os seus processos à máquina arrastadamente burocrática dos tribunais (art.ºs 27 n.º 5 e 42 n.º 2), dotando as comissões arbitrais de serviços próprios em ordem ao seu funcionamento expedito e eficaz.

O I.R.A. os regulamentaria e instalaria!

Até lá porém tais serviços ficariam transitóriamente a cargo das secretarias judiciais.

Até hoje! O transitório parece definitivo. Até sempre?

Os processos sobre arrendamento rural aliavam-se à acumulação de serviço de alguns tribunais, agravando-a. Casos há em que o número de tais processos é superior ao dos restantes processos cíveis.

De quem a culpa? Não da Lei do Arrendamento Rural mas das entidades governamentais que a deviam ter cumprido a tempo e horas.

Deste cumprimento, do seu aperfeiçoamento em questões de forma e processo, não da sua modificação substancial e muito menos da sua já reivindicada revogação, advirá a Justiça Social no sector rural que todas as forças políticas inscrevem nos seus programas mas que só algumas desejam verdadeiramente!

Judiciária Militar tem regulamento

Foi aprovado pelo Conselho da Revolução o regulamento do Serviço da Polícia Judiciária Militar, para vigorar até à publicação do novo Código de Justiça Militar.

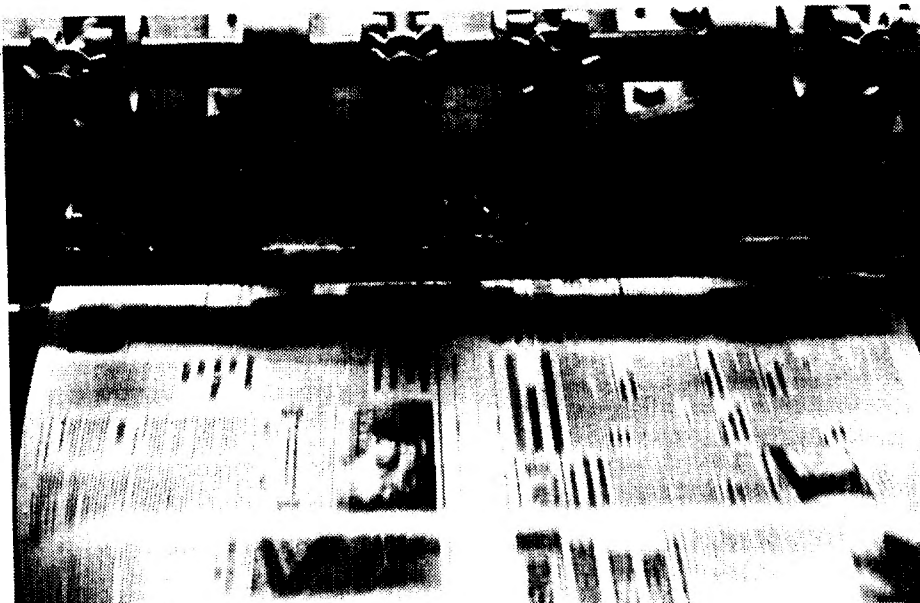
suas atribuições legais, o S. P. J. M. será unicamente competente para investigar e instruir os processos que lhe sejam ou tenham sido afectos pelo Conselho da Revolução.

Entretanto, e enquanto não dispuser das estruturas necessárias ao pleno exercício das

Nesta fase de regime transitório, aquele Serviço mantém-se em dependência directa do C. R.

PUB

MILHARES DE LEITORES POR MINUTO



Técnicamente, as oficinas da Renascença Gráfica são das mais actualizadas da Europa.

Das suas rotativas saem diariamente

milhares de exemplares

de publicações e cartazes,

a um novo ritmo de produção e de acabamento.

Economia, quer isto dizer.

E novas possibilidades de criar

Imaginação e Leitores.

Serviços Comerciais da Renascença Gráfica, SARL

R. Luz Soriano 44 Lisboa Telef. 321154/5-320271/2/3



grande cabeleireiro de senhoras EVA, lda.

manicuras, pedicuras, esteticistas, massagistas, sauna, boutique e um simpático serviço de refeições ligeiras e cafetaria.

É UM CABELEIREIRO PARA AS SENHORAS QUE TEM POUCO TEMPO E QUE QUEREM GASTAR POUCO DINHEIRO

Pr. Marques de Pombal, 1 e R. Camilo Castelo Branco, 23 LISBOA

ÁLVARO CUNHAL NO "1.º DE MAIO"

"O reforço do P.C.P. é essencial para o prosseguimento do processo revolucionário"

A massa de militantes e simpatizantes do P.C.P. no distrito de Lisboa encheu ontem à noite o estádio «1.º de Maio», num comício com que aquele partido encerrou a sua campanha eleitoral na zona da capital. O distrito de Lisboa, com cerca de milhão e meio de eleitores (22 por cento do total do eleitorado do continente), representa 58 lugares na futura Assembleia da República, tantos quanto o número de candidatos apresentado pelo P.C.P. para este importante círculo eleitoral.

Sob a presidência de Carlos Brito, membro da Comissão Política do C.C. do P.C.P., o comício serviu para um «balanço e apelo final a uma massiva votação no grande partido de esquerda, no P.C.P.», a menos de quatro dias das eleições de domingo: «Mais uma grande batalha! Mais uma batalha decisiva! Uma batalha onde se joga os destinos a Revolução e do País!», segundo palavras de Carlos Brito ao introduzir os quinze oradores que preencheram a primeira parte da grande concentração popular de ontem à noite.

Álvaro Cunhal, secretário-geral do P.C.P., foi o último orador, tendo produzido uma longa intervenção em que foram focados aspectos como a Constituição e a legalidade, as eleições e as perspectivas futuras, a posição dos trabalhadores face ao P.C.P. e ao acto eleitoral, a economia nacional rumo ao socialismo, a Reforma Agrária, a independência nacional, as relações com as ex-colónias, a liberdade e a democracia e o voto no P.C.P.

O DISCURSO

«O próprio dia das eleições marca a entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa, que consagra as liberdades e direitos dos cidadãos e inculca os novos órgãos do poder», frisaria, a abrir, Álvaro Cunhal, alertando os milhares de presentes para o facto de, com a sua entrada em vigor, a execução da nova Constituição ser obrigatória, «mesmo para os partidos reaccionários que procuraram impedir a sua aprovação, mesmo para o C.D.S. que a não aprovou, mesmo para o P.P.D. que a aprovou contrafeito mas que se prepara para violá-la».

As condições em que decorre a campanha eleitoral, «sem que estejam asseguradas em todo o território nacional as liberdades fundamentais», foi considerado como o aspecto mais negativo destas eleições. Apreciando, embora, a forma positiva como as autoridades militares intervieram ao longo da campanha para garantir a ordem democrática, Álvaro Cunhal acrescentaria que «não podemos deixar de comparar as medidas militares excepcionais (utilizando poderosos meios aéreos e blindados) para protecção de reuniões reaccionárias da CAP, do C.D.S. e do P.P.D. que, pela forma como foram realizadas e pelos seus objectivos, constituem autênticas provocações e a falta de apoio militar ao P.C.P. em loca-

lidades onde a reacção utiliza a força e a violência para impedir as nossas sessões e comícios».

DUAS PERSPECTIVAS CONTRÁRIAS

«Diante do Povo Português apresentam-se duas perspectivas não só diferentes, como contrárias», sublinharia, em seguida, Álvaro Cunhal: «Uma maioria da direita reaccionária (C.D.S., P.P.D., P.P.M. e P.D.C.) significaria a formação de um Governo reaccionário, que teria como objectivos o agravamento imediato das condições de vida dos trabalhadores, a liquidação das conquistas da Revolução Portuguesa, a recuperação pelo grande capital, pelos agrários e pelo imperialismo, das posições que perderam em Portugal desde o 25 de Abril, a reinstauração do poder económico e político dos monopólios e latifúndios, o caminho da repressão, da liquidação das liberdades e da instauração de uma nova ditadura».

Só uma maioria de esquerda e um Governo de esquerda pode garantir a defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução, o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores, o prosseguimento do processo democrático».

Como alternativa a uma maioria de esquerda — só possível com o P.C.P. — levantam-se quatro eventuais variantes: «C.D.S.-P.P.D., C.D.S.-P.P.D.-P.S., C.D.S.-P.S. e P.P.D.-P.S.» todas elas correspondendo a «uma maioria da direita reaccionária ou a uma maioria da direita antipopular e antidemocrática».

RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

«Os partidos reaccionários conduzem já hoje uma violenta ofensiva de recuperação capitalista», acusou o secretário-geral do P.C.P., citando numerosos exemplos entre os quais o da ofensiva da C.I.P. contranacionalizações e a favor do direito ao «lock-out», «apesar da Constituição expressamente o proibir» Citou-se ainda o programa económico-político lançado no Brasil por Champalimaud e denunciou-se que «os partidos reaccionários (C.D.S., P.P.D., P.P.M., P.D.C.) anunciam também abertamente um programa de recuperação capitalista».

Quanto à Reforma Agrária, atacada com mais ou menos ardor por todos os partidos, do P.S. ao P.D.C., o Partido Comunista Português afirma: «Ao contrário das acusações reaccionárias, a Reforma Agrária não representou a diminuição da produção e o abate e a redução do efectivo peonário, mas, pelo contrário, o alargamento da área semeada, o uso de maiores quantidades de sementes, a mais elevada produção de trigo, de cevada distinta, de aveia e de outros produtos, o aumento considerável de cabeças de gado».

Ao contrário das acusações reaccionárias, a Reforma Agrária não representou a expropriação de pequenos e médios agricultores, mas, pelo contrário, a resolução de alguns dos seus problemas e a sua cooperação com os trabalhadores rurais no quadro da Reforma Agrária».

INDEPENDÊNCIA NACIONAL

A questão da independência nacional, ameaçada pelas pressões imperialistas sobre a República Portuguesa, nomeadamente ao nível de países do ocidente europeu e dos Estados Unidos, foi claramente focada, rejeitando o P.C.P. pela voz do seu secretário-geral, toda a espécie de ingerência externas. A multidão apupou largamente os nomes de Kissinger e Schmidt e aplaudiu a referência ao facto de, a despeito de todas as pressões de Washington e de Bona, os comunistas terem permanecido no Governo desde o 25 de Abril de 1974, por vontade expressa do povo.

«O sr. Kissinger, secretário de Estado norte-americano, e o sr. Schmidt, chanceler da R.F.A., declararam recentemente que não querem comuni nos Governos da Europa Ocidental, designadamente em Portugal. Mas que têm estes senhores que quer ou não quer com a política interna dos Estados europeus, com a política interna da República Portuguesa?»

«Nós, portugueses, não reconhecemos, ao sr. Kissinger ou ao sr. Schmit o direito de pretenderem decidir da política portuguesa. O Povo Portu-



Álvaro Cunhal, ontem à noite, no comício de encerramento da campanha eleitoral do P.C.P. no distrito de Lisboa: «Uma grande votação confirmará a confiança na classe operária, do povo trabalhador, no partido que pela sua orientação e pela sua actividade comprova ser merecedor do título do partido da esperança e do futuro»

gões tem pleno direito de decidir do seu destino e, em última instância, será o Povo Português que decidirá, qual será o regime e qual será o Governo de Portugal».

A realização de manobras da NATO no próprio dia em que serão conhecidos os primeiros resultados do acto eleitoral, foi repudiada no comício de ontem à noite do P.C.P.

Prosseguindo a sua intervenção, Álvaro Cunhal aludiu às relações com as ex-colónias e ao problema dos retornados, destacando que as duas questões se interligam, sendo a segunda uma consequência da política errada de Portugal, nomeadamente no tardio reconhecimento da República Popular de Angola. Sobre estes dois pontos, Álvaro Cunhal recordou que o P.C.P. foi o único partido que desde o primeiro momento colocou a situação em termos claros e correctos, facto que já começa a ser reconhecido por centenas de retornados que se inscrevem naquele partido ou procuram os seus serviços de apoio.

«VOTAR E VOTAR BEM»

Q. «trata-se agora de ir às eleições, de votar e votar

bem», começaria por dizer Álvaro Cunhal antes de referir os perigos da dispersão de votos da esquerda a que conduz a sacção divisionista de certos grupos esquerdistas, como é o caso da U.D.P. «Estes agrupamentos não procuram servir a revolução, mas servir-se da revolução» diria o orador:

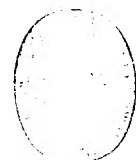
«Não procuram servir os traba-

lhadores, mas servir-se dos trabalhadores».

Opondo-se também à bas-tenção de voto por parte de democratas, Álvaro Cunhal terminaria, afirmando: «O reforço do P.C.P. é essencial para assegurar o prosseguimento do processo revolucionário» e «confiamos em uma grande votação confirmará a confiança da classe operária».

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS TELECOMUNICAÇÕES



Ex-Sindicato dos Profissionais de Telecomunicação e Radiodifusão

Telefone 66 66 52

CONVOCATÓRIA

Assembleia Geral Ordinária

Nos termos das alíneas b) e c) do Art.º 31.º e 32.º dos Estatutos, convoco todos os sócios deste Sindicato no pleno gozo dos seus direitos sindicais, para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar em 29 do corrente, pelas 21.30 horas, na sede do Sindicato, Largo de Santos, 13, 3.º, em LISBOA, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

— DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE A EXERCÍCIO DE 1975

2 — DISCUSSÃO E APROVAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 1976

Lisboa, 20 de Abril de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
a) Luís Filipe Correia da Costa

NOTA: As Contas do Exercício de 1975 e o Orçamento para o Exercício de 1976, estão patentes na Sede do Sindicato, para consulta, durante as horas de expediente.

PARA O P.P.M. (TEXTUAL)

"A Constituição é um aborto em todo o sentido da palavra"

«A Constituição é um aborto em todo o sentido da palavra» — assim falou um dirigente do P. P. M. numa conferência de imprensa dada ontem por esta organização no auditório da Fundação Gulbenkian.

A Constituição de parte, os dirigentes do P. P. M. que estavam na mesa falaram de outras coisas. Por exemplo, classificaram de «burla à democracia» a campanha do chamado «voto-útil», e, mais, consideraram que tal sentido de utilidade já «tirou representantes ao povo na Assembleia Constituinte e tende a resultar agora, de igual modo, em relação à Assembleia Legislativa. «Os dirigentes do P. P. M. não explicaram em pormenor. Por explicar ficou ainda que «o País deve valiosos serviços ao P. P. M.» a justificação de que o P. P. M. «se recusou sempre a assinar os pactos M. F. A.-Partidos, e defende as populações mais desfavorecidas e desde sem-

pre atacou a Reforma Agrária tal como ela tem vindo a processar-se».

Um apelo do P. P. M., feito no fim da reunião, dirigido à população, ao eleitorado, e no sentido de que este olhe para aquela organização «em termos de futuro muito próximo».

Antes deste apelo, expôs-se em pormenor os aspectos mais relevantes do programa político do partido.

Eleições em colóquio

O Grupo Antifascista de Arroios promove esta noite um colóquio subordinado ao tema «Eleições», em que participará César Oliveira e Pedro Ramos de Almeida.

O colóquio, que principia pelas 21.30, terá lugar no Clube Estefânia.

Nacional

A REFORMA AGRÁRIA NA BEIRA BAIXA

Protecção aos pequenos agricultores

Texto de LOURDES FÉRIA



O cooperativismo na Cova da Beira não assumiu grande expressão. Limita-se a uma herança do passado fascista que se traduz numa cooperativa de fruticultores, em duas adegas cooperativas (Fundão e Covilhã) e num lagar. Estas associações obedeciam ao esquema clássico da cooperativa implantada pelo anterior regime. Nunca foram bem vistas pelos camponeses, pois serviam apenas os interesses de uns tantos agricultores que faziam parte da mesma «panelinha». As direcções destas pseudo-cooperativas eram, geralmente, constituídas por grandes proprietários — gente afecta — à situação política vigente na altura — que manobravam os outros sócios segundo as conveniências. Sócios esses recrutados entre os grandes agricultores que aceitavam as regras do jogo...

É natural, portanto, que ainda hoje os agricultores que nunca beneficiaram dessas cooperativas de fachada as olhem com reserva. Desconfiam... E têm as suas razões.

Entre o Fundão e a Covilhã fica a Cooperativa Agrícola de Fruticultores da Cova da Beira, fundada em 1966. Até ao 25 de Abril, na admissão de sócios prevalecia um certo critério elitista. Era, por isso, uma associação fechada. E tanto assim que em sete anos de vida não ultrapassou os 170 associados. Hoje conta com 260. Almeida Garret, anterior presidente de carácter feudal detentor do poder, político e económico na região, dominava totalmente a cooperativa. Mas havia outros capitalistas que actualmente ainda lá se mantêm. Por exemplo: a casa Ivima (Imobiliário Viana Machado), cujo principal accionista é o conde de Caria. Neste momento pode considerar-se o maior

produtor da Cooperativa de Fruticultores da Cova da Beira.

ACESSO AO POMAR

Algo, porém, mudou. Não afirmamos que seja uma mudança substancial, mas, pelo menos manifestam-se tentativas da actual direcção em alterar a correlação de forças dentro da cooperativa. Resumindo: em captar os pequenos e médios agricultores.

«Presentemente, na última

Na Beira verifica-se uma constante curiosa que mostra uma divisão profunda entre os grandes proprietários e os camponeses pobres. Os grandes agricultores, donos de terras, exploram somente aquilo que lhes dá rendimento: o vinho, o azeite, a fruta. Os terrenos pobres são arrendados. Quem faz pomares na Cova da Beira? São os grandes agricultores ou empresários que nada têm a ver com a agricultura? O pequeno agricultor não tem

o dr. Diamantino de Matos, defende que essa ideia não é possível porque a cooperativa não possui uma dimensão suficientemente grande para sustentar um circuito à sua custa. Aponta-se antes para um circuito a nível de Estado.

«Seria preciso dinamizar a Junta Nacional das Frutas de modo a que se organize um circuito de comercialização no País que, tendo em conta a capacidade frigorífica das cooperativas, permitisse fazer a li-

toneladas de fruta. Admitindo a hipótese que nós montamos um circuito de comercialização de fruta e a Guarda montava outro. Que acontecia? Ou nos interceptávamos ou surgia uma espécie de monopólio do produtor face ao consumidor sem haver entre eles uma ligação em termos razoáveis. Se os circuitos se interceptassem estávamos a desperdiçar dinheiro, a fazer uma comercialização dispendiosa que ia aumentar os preços no consumidor e em nada contribuiria para beneficiar o produtor».

Outro problema: o crédito agrícola. A cooperativa depende dos bancos. Se não tiver apoio do Governo, nem facilidades bancárias, não pode levar para a frente a política de protecção aos pequenos e médios agricultores.

«Numa fase atrás vivemos em sobressalto (friso Diamantino de Matos) na medida em que nos vinha exigir juros exorbitantes. Concretamente era um juro de 12,25 por cento. Reunimos em plenário de sócios do qual saiu uma moção de protesto. Entretanto, conseguimos que a taxa de juro fosse reduzida... Já foi uma vitória. Mas não temos garantias de que a cooperativa possa contar com um crédito permanente que nos possibilite concretizar a ajuda que nos propomos dar aos pequenos agricultores, especialmente no respeitante à plantação de pomares. Se o banco nos retirar o crédito não podemos dar os abonos»

INDUSTRIALIZAÇÃO

No âmbito dos planos da cooperativa destaca-se a industrialização dos produtos. Sobram muitos refugos que não são comestíveis e que podiam ser aproveitados na destilação. Aqui surge novamente a questão de ser a própria cooperati-

va a fazê-lo ou ficar a cargo de uma empresa pública. A industrialização dos produtos envolve investimentos de grandes capitais...

«Ainda mais: se todas as cooperativas se lembrassem de ir para a industrialização, trabalhava-se com pequenas quantidades de fruta e as máquinas estariam a maior parte do tempo paradas. Se a industrialização fosse feita por uma empresa pública, integrando várias cooperativas, já era possível manter-se uma ou duas unidades em laboração permanente».

A Cooperativa Agrícola de Fruticultores da Cova da Beira pratica preços preferenciais para as cantinas, Comissões de Moradores, cooperativas, etc. Só que ainda não foi possível estabelecer ligações eficientes com essas organizações. Está tudo numa fase incipiente.

Outro ponto abordado na nossa conversa foi o dirigente da Cooperativa foi o da falta de regulamentação do trabalho agrícola — aliás um problema que preocupa toda a agricultura da região. Com efeito, após o 25 de Abril, publicou-se uma legislação em que se regulamentam os contratos de trabalho e salários mínimos nacionais. Quanto ao trabalho rural — nada. Prometeu-se uma regulamentação especial que ainda não saiu...

«No entanto, em 1974, foi discutido um projecto de regulamentação do trabalho agrícola sobre o qual esta cooperativa deu sugestões. Tal regulamentação nunca mais foi publicada. Hoje os trabalhadores agrícolas, como antigamente, continuam sem saber por que lei se hão-de reger. Este estado de coisas é óbvio prejudicial os trabalhadores agrícolas. E também os pequenos agricultores...»



A Cova da Beira abastece um quarto do mercado de Lisboa.

campanha, de 74/75, introduzimos na liquidação da fruta uma sobretaxa de frio que tributava progressivamente a fruta dos associados. Os sócios que entregavam 50 toneladas de frutas estavam isentos do tributo. Entre 50 e 100 toneladas pagavam dez centavos por quilo. Até atingir o máximo que era de 60 centavos — diz-nos Diamantino de Matos, da direcção da Cooperativa.

acesso ao pomar porque é uma cultura dispendiosa. Que exige cuidados permanentes. Tratamento adequado e dinheiro. Por outro lado quem vive do que a terra dá não pode ficar a aguardar quatro ou cinco anos o produto. E depois havia o problema de escoamento...

«A cooperativa agora está empenhada em chamar à inscrição pequenos agricultores e ajudá-los a fazer o seu pomar. Como? Quer dando-lhes condições preferenciais dentro da cooperativa (como é o caso da tributação), quer adiando-lhe dinheiro para se aguentarem enquanto o pomar não produz. Já temos alguns sócios nesses sistema. Agricultores aliás que representam um número bastante significativo na cooperativa. Deixou-se de exigir grandes áreas. Apenas se impõe selecção nas variedades a plantar e a tratar. Temos sócios com 100 macieiras. Pretendemos proteger o pequeno agricultor ainda que a dimensão curta da área possa colidir com a rentabilidade» — acrescentou o dirigente com quem contactámos.

COMERCIALIZAÇÃO

Uma das dificuldades da cooperativa radica-se na carência de um circuito de comercialização. Sobre este ponto de fundamental importância há opiniões discordantes entre a massa associativa. Um sector entende que a cooperativa tinha condições para montar um circuito próprio. Outra parte dos sócios, na qual se inclui

gação do produtor ao consumidor. Nós temos uma capacidade de frio que abarca 61 mil



Fazer um pomar requer dinheiro e cuidados.

TRIBUNAL DE FAMILIA DE LISBOA

(3.º Juízo)

ANÚNCIO

Pelo 3.º Juízo do Tribunal de Família de Lisboa, 2.ª Secção, correm editos de trinta dias, contados da 2.ª e última publicação deste anúncio citando o réu — Pedro César Machado, casado, ausente em parte incerta, com o último domicílio conhecido na Travessa das Palmeiras, n.º 2 - 1.º, em Lisboa, para o prazo de vinte dias, decorrido o prazo dos editos, constatar querendo os pedidos de Alimentos Definitivos e o de concessão de assistência judiciária, que lhe move sua mulher Isabel Pereira Santa Rosa, casada, doméstica, residente na Rua dr. António Granjo, n.º 8 - 2.º, em Lisboa.

A autora pede que o réu seja condenado a prestar-lhe alimentos no Proc. n.º 430, da quantia de 5500\$00 (cinco mil e quinhentos escudos mensais) e o de concessão do benefício de assistência judiciária na carência de meios económicos.

Lisboa, 9 de Abril de 1976

O CORREGEDOR

(a) — José Henriques Ferreira Vidigal

O ESCRIVÃO

(a) — Eduardo Figueiredo

TRINDADE

INATEL

APRESENTA

HOJE, às 21.30 horas

O GRUPO DE TEATRO DE CAMPOLIDE

com a peça

O GRANDE CIDADÃO

de Virgílio Martinho

BILHETES À VENDA

10500, preço único, para os sócios do INATEL, dos Sindicatos, dos C. C. D. e C. P. T. Para o restante público 20\$00.

(Não acons. a men. 13 anos)

Trabalho

REINTEGRAÇÃO DOS "SANEADOS" DOS TÊXTEIS

Sindicatos e Federação
vão esperar 15 dias

O aumento do número de saneados no sector têxtil foi ontem, especificado, numa conferência de Imprensa convocada pela Federação dos Sindicatos Têxteis, com o objectivo de apresentar o caso da Têxtil Manuel Gonçalves: «Em Outubro, havia dois trabalhadores suspensos. Em Fevereiro, eram 17, em princípios de Março, 63 e, no fim do mesmo mês, 113. A maior parte destes saneamentos verificou-se nas regiões do Porto e Braga e entre os visados, na sua maioria delegados sindicais, figuram muitas mulheres».

Sobre a questão, afirmaram, ontem, os representantes dos trabalhadores que, transformar estes problemas em questões partidárias é um erro. Para eles, «estas acções têm em vista desmantelar a unidade e organização dos trabalhadores nas empresas e, consequentemente, atingir os sindicatos».

Um dos pontos centrais, como constava da «agenda», foi o caso da Têxtil Manuel Gonçalves, tema de um documento (mais um), enviado às

instâncias governamentais competentes. Ai se afirma: «O Governo, ao decidir ces-

continuarem a praticar as fraudes económicas que entendem, está a decidir contra os

lista que se resolvem os grandes problemas nacionais e se diminuem os conflitos sociais»

afirma-se no documento, que prossegue: «Contrariamente à gestão da empresa por Manuel Gonçalves, a intervenção do Estado permitiu corrigir muitos desequilíbrios, sanear os métodos de gestão e apolítica financeira».

«Podemos sintetizar, no plano económico, os seguintes aspectos relevantes na actuação da comissão administrativa por parte do Estado: recuperação da grave situação de tesouraria; renegociação de contratos de aquisição de matérias-primas ao estrangeiro, o que permitiu uma diminuição de preços (influência positiva sobre a nossa balança de pagamentos); aumento dos investimentos de forma a atendendo à situação do mercado, vencer os estrangulamentos existentes ao nível da produção: realização dos pagamentos a fornecedores estrangeiros, vitais para o funcionamento da empresa e nacionais, nomeadamente P.M.E.; melhoria da carteira de encomendas; melhoria de todos os departamentos fabris do valor de venda e produção por trabalhador/hora.

Na luta contra esta vaga de saneamentos e recolocações dos «saneados» nos seus postos de trabalho, foi já concedido um prazo de 15 dias, findos os quais serão estudadas formas de luta para conseguir esses objectivos. Assim, na jornada efectuada dia 15, tendo como tema essa luta, foram apresentadas algumas sugestões, que terão de ser levadas a debate amplo.

Sobre esta jornada de luta foram dados, nesta ocasião, alguns números referentes a aderências: 95 por cento, na Covilhã; 60 por cento no Porto; 80 por cento, no Sul.

Farsa na "Coronado"?

Final, contrariamente ao que havia sido noticiado, não chegou ao Norte o inquiridor para investigar a situação na fábrica Coronado, em Santo Tirso, onde continuam suspensas 37 operárias.

Nos meios sindicais há quem encare a promessa do inquiridor como mais uma forma de protelar a solução do problema e que tal não passa de uma simples promessa.

As trabalhadoras «suspensas» consideram, por sua vez, a nomeação do in-

quiridor uma farsa, uma vez que foram «vítimas de manobras partidárias a nível dos centros de decisão política». Apesar de tudo, as operárias aceitam a realização do inquérito exigindo que seja feito e a decisão tornada pública até ao fim desta semana. Só assim dizem as trabalhadoras — o sr. ministro do Trabalho nos convencerá de que não está à espera das eleições para tomar uma decisão firme e inequívoca face aos atropelos cometidos pelo patrão da Coronado.

sar a intervenção do Estado na Têxtil Manuel Gonçalves, isto é, ao dar ao Manuel Gonçalves e família, a possibilidade de

interesses da economia portuguesa, das classes trabalhadoras, das pequenas e médias empresas. Situa-se num plano oposto às preocupações que o Governo parece ter revelado na obtenção de dinheiro (recorde-se uma condição apresentada pelo Manuel Gonçalves: apoio da banca sem compromissos pessoais). E a negação das preocupações que levou incorrectamente ao congelamento da contratação colectiva».

No documento assinala-se em seguida o facto de aos trabalhadores serem negadas todas as possibilidades de melhorarem as suas condições de vida, enquanto aos capitalistas são concedidas todas as facilidades para continuarem o seu trabalho de sabotagem. E perguntam: «Em nome de quem?» «Não é defendendo uma política de recuperação capita-

"JACINTO"

Ministro decide
intervenção estatal

O «processo» Jacinto entrou, finalmente, numa nova fa-

se. Após as múltiplas e infrutíferas diligências feitas ao longo de alguns meses, foi assinado, ontem, pelo ministro da Indústria, na presença de uma Comissão de Trabalhadores, o despacho que obriga a intervenção estatal naquela empresa, ao abrigo do Decreto-Lei 597/75.

Para que aquela longa aspiração dos trabalhadores se efective, falte, apenas, que o Ministério das Finanças assine também o despacho e que seja indicado pelos trabalhadores o seu representante para a comissão de gestão.

Com esta clarificação ministerial sobre a «Jacinto», onde laboram mais de mil trabalhadores, cessam todas as funções dos antigos administradores que, até à data, eram juridicamente os detentores da empresa. Por outro lado, fica para trás o espectro do desemprego que pairava sobre os trabalhadores dada a falta de apoio económico para o desenvolvimento da fábrica que tem largas perspectivas.

Ministério pretende
limitar retroactividade
dos contratos colectivos

O ministro do Trabalho, com o acordo do secretário de Estado Marcelo Curto, prepara-se para limitar a eficácia retroactiva dos contratos colectivos em negociação.

Segundo fontes fidedignas, foi recentemente enviado para Conselho de Ministros um projecto de decreto-lei em que se procura vedar a atribuição de eficácia retroactiva a qualquer cláusula dos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho actualmente em negociação para além do sexagésimo dia posterior ao início do processo de contratação (data de entrega da proposta).

O mesmo diploma faria depender do ministro do Trabalho a autorização da retroacti-

vidade pretendida, através de despacho casuístico, nos casos dos contratos colectivos já negociados mas ainda por publicar.

Estas medidas seriam justificadas pela «premência na resolução de certos problemas postos em matéria salarial», derivando da «necessidade de colmatar algumas lacunas» criadas pela aprovação do decreto-lei sobre contratação colectiva, sem que simultaneamente fosse publicado o diploma sobre política salarial.

Tal como vem sendo hábito na política do actual Ministério do Trabalho, o presente diploma foi elaborado sem que os trabalhadores, ou as suas organizações representativas, tivessem conhecimento.

MULTINACIONAL DE GAIA
"PROMETE" ENCERRAMENTO

Outra multinacional ameaça pôr no desemprego mais de uma centena de trabalhadores. Trata-se da Priess Portuguesa, Lda., sita nos Carvalhos (Gaia).

Mineiros continuam
sem contrato

Terminou ontem o prazo concedido pelos mineiros para total satisfação das suas reivindicações sem que o Contrato Colectivo Vertical do sector tivesse sido assinado. Os trabalhadores discutirão, nos próximos dias, as formas de luta a adoptar perante a intransigência do patronato e a indefinição do Governo.

Alegando que a empresa atravessa uma crise, a entidade patronal (alemã) propôs no passado mês de Março, que as operárias recebessem menos 1400 escudos que o salário contratual que é de 4600 escudos. Tentou que, através de um abaixo-assinado, as operárias se vinculassem a tal proposta.

Fazendo até um plenário para «sensibilizar» os trabalhadores. A maior parte, porém, rejeitou a tal proposta e, a partir de então, as ameaças começaram a surgir.

Entendido como represália patronal, as operárias foram informadas, na semana passada, de que só passariam a trabalhar, dois dias por semana, terças e quintas.

Entretanto, e apesar da falta de organização sindical na empresa, um grupo de trabalhadores movimentou-se junto do Sindicato e, esta manhã, as operárias tentaram retomar o trabalho. Foram, no entanto, impedidas, não lhes tendo sido permitida sequer a entrada nas instalações. Apenas os escritórios e a secção de corte se mantêm em pleno funcionamento, trabalhando 20 trabalhadores ao todo nos dois sectores.

Esta atitude patronal é considerada pelos dirigentes sindicais, uma autêntica ilegalidade pelo que estão a ser estudadas formas de luta para impedir que os objectivos do patrão alemão se realizem.

na forja

QUE SE PASSA?

Primeiro, foi o chefe de gabinete do ministro do Trabalho a pedir a demissão. Seguiu-se o secretário de Estado. Coube agora a vez ao delegado do Ministério do Trabalho no Porto, Manuel Pires, cujo pedido foi aceite, tendo abandonado ontem as instalações da delegação.

Sabe-se que, na base da demissão de Manuel Pires esteve a indefinição e a incapacidade do Ministério, perante os vários casos de «saneamentos» de trabalhadores em fábricas do Norte. Os patrões riem-se, violando as deliberações do próprio Governo, que o Ministério de Tomás Rosa não faz cumprir.

Até à nomeação de novo delegado (o que só deve verificar-se depois das eleições), está a superintender interinamente naquela delegação o subdelegado dr. Lima Moreira.

A PREÇO DE CUSTO

Recebemos o seguinte telegrama do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Retalhista do Distrito de Santarém:

«Negociações Contrato Colectivo de Trabalho Comércio Retalhista situação impasse. Conflito situa-se diferenças cem duzentos escudos bem como retroactivos Janeiro. Trabalhadores reunidos plenário passada quinta-feira decidiram concentrarem-se noite local negociações marcadas comum acordo patronato. Lamentavelmente forma infundada patrões não compareceram reunião. Trabalhadores reunidos analisaram atitudes patrões decidiram conceder última oportunidade quarta-feira dia 21 para negociações. Caso recusa associações patronais aceitar contrato paralisação geral quinta-feira dia 22 decidido prosseguir formas de luta adoptadas anteriormente: venda produtos preço custo durante fase conciliação através de Ministério Trabalho. Greve geral com início 3 Mai.»

AGENTES DE NAVEGAÇÃO
ENTRAM EM GREVE

Em Assembleia dos trabalhadores dos sectores dos agentes de navegação, transitários e tráfego, promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca, foi decidido que, com início no próximo dia 3 de Maio, os trabalhadores daqueles sectores entrem em greve progressiva que culminará no dia 7 com uma greve total.

Esta atitude fica a dever-se à recusa por parte dos representantes das associações patronais de se sentarem à mesa de negociações, no Ministério do Trabalho, para discutir o contrato colectivo de trabalho.

No próximo dia 7 efectuar-se-á um plenário para fazer ponto da situação.

QUÍMICOS EXIGEM
DECRETO SOBRE
CONTROLO OPERÁRIO

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Centro, Sul e Ilhas e Moagens do Centro e Sul decidiu exigir, publicamente, a imediata publicação do decreto-lei sobre controlo operário, cujo projecto foi aprovado pelo Conselho da Revolução, encontrando-se pendente em Conselho de Ministros. O Sindicato recorda, a propósito, que a Constituição recentemente aprovada consigna expressamente o controlo operário como um direito dos trabalhadores.

GREVE NA MIDERÂMICA

Os trabalhadores da Miderâmica, fábrica de cerâmica artística de Coimbra, encontram-se em greve progressiva, devendo paralisar totalmente a sua actividade a partir de amanhã.

A administração da empresa recusa-se a cumprir o alargamento de âmbito da portaria de regulamentação do trabalho aplicável ao sector, aprovada há um ano, tendo recusado as propostas apresentadas pelos trabalhadores no intuito de superar o diferendo.

«Os trabalhadores estiveram sempre abertos ao diálogo com a administração», mas não toleram que «andem a brincar com o pão dos seus filhos», afirmam os operários.

Nacional

EDUCAÇÃO E ENSINO EM ANGOLA

Eliminar a diferença entre o trabalho manual e intelectual e implantar a gestão democrática

Uma proposta do Ministério da Educação e Cultura da República Popular de Angola distribuída para discussão, é publicada no primeiro caderno do núcleo de intervenção dos Professores do C.E.C. (Contra a Escola Capitalista). Pela sua importância e pela sua actualidade no momento em que a via unificada para o Secundário é alvo de uma campanha que levou já o MEIC, através de um despacho, a determinar a nomeação de uma comissão encarregada de estudar as críticas e o seu fundamento parece-nos útil e pertinente informar quais os objectivos gerais da educação em Angola, sublinhar a importância fundamental concedida à gestão democrática, à unidade trabalho ma-

nual-trabalho intelectual, ao trabalho produtivo na escola, à educação permanente e à inserção da escola na comunidade (no meio rural e no meio urbano), no campo e na fábrica).

Nos seus objectivos a proposta do MEC angolano procura a formação revolucionária do estudante, a democratização do ensino, determina a escolaridade mínima, define o sistema de relações escola-produção e informa dos princípios que devem presidir a uma real gestão democrática.

A formação revolucionária será conseguida através da «consciencialização política para que a resistência Popular Generalizada se reforce; da educação política tendente

a uma melhor efectivação da vigilância revolucionária; da consolidação da consciência nacional através de uma correcta perspectivação da identidade cultural angolana; da criação e fortalecimento dum amplo espírito de solidariedade internacional».

Para uma cabal formação revolucionária defende ainda a proposta do MEC angolano «a preparação dos jovens no (e para) combate ao racismo, tribalismo e outras formas de discriminação social, bem como o combate ao individualismo competitivo, visando assim fortalecer o trabalho colectivo para satisfação das necessidades da comunidade (educação colectivista)». Prossegue o documento na necessidade de inserir

o estudante na realidade social que o rodeia, «activando a sua compreensão e participação progressiva na luta das massas trabalhadoras contra a exploração, o obscurantismo, o analfabetismo, etc.», ao mesmo tempo que deve adquirir uma «formação científica e técnico-profissional a fim de dotar o país de meios de produção adequados a um desenvolvimento das forças produtivas».

DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

Para que o objectivo da democratização do Ensino possa ser atingido, terão de se criar «novas relações de produção e condições socio-culturais nas massas trabalhadoras». Para tal terá de basear-se em princípios como «nacionalização do ensino: gratuidade a todos os níveis, obrigatoriedade, laicidade, coeducação, intervenção directa das massas na educação, para uma modificação das suas atitudes e seu desenvolvimento cultural; educação permanente; alfabetização e educação para adultos; garantia do direito à educação de diminuídos e inadaptados de forma a assegurar o seu ingresso na vida activa; educação integral que pressupõe formação ideológica, científica, técnica, cultural e física; orientação da escola na «praxis» social».

ESCOLARIDADE MÍNIMA

O novo sistema educacional deverá constituir-se sobre unidades curriculares ou ciclos de estudo, devendo ser garantida a frequência efectiva da escolaridade básica de cinco anos. Este plano de estudos que estipula como limite máximo de frequência os 14 anos, apresenta duas vias: ingresso na vida activa, na produção; e continuação de estudos no Ensino Secundário, com a integração progressiva na produção.

Esta obrigatoriedade de cinco anos não implicará, contudo, frequências efectivas, já que ainda não estão criadas as condições reais nomeadamente, um «número suficiente de escolas cobrindo todo o espaço nacional; pessoal habilitado; estruturas administrativas adequadas».

Com vista a eliminar os obstáculos resultantes do analfabetismo das populações, má organização da carta escolar, deficiente preparação dos professores, ausência de infra-estruturas, propõe o Ministério da Educação e Cultura de Angola, como motivações, «a adequação correcta do conteúdo do ensino, métodos e meios pedagógicos ao meio rural e urbano».

Assim, o ensino começaria pelo pré-primário, a partir das línguas da Nação, iniciando-se o ensino primário na língua portuguesa, factor de unificação do País.

Seriam criados dentro ou junto da escola um complemento alimentar, centros de pioneiros, professor de novo tipo, material desportivo, rádio e outros meios de comunicação com função didáctica e infantários.

Como infra-estruturas junto da Escola seriam criadas uma cooperativa de produção e de consumo, posto de socorro e sanatório, centro de apoio agrário, poço ou tanque de água, transportes regulares.

ESCOLA SECUNDÁRIA URBANA E RURAL

O ensino secundário está distribuído em dois níveis e em dois tipos de escolas: secundária urbana e secundária rural. Nos seus objectivos, pretende o ensino secundário «inculcar uma autêntica formação revolucionária; criar «uma consciência de trabalhador através da vinculação dos programas de estudo ao trabalho produtivo, de forma a eliminar a diferença valorativa entre o trabalho manual e o trabalho intelectual; desenvolver «a capacidade interpretativa em relação ao meio ecológico, numa dimensão internacionalista; promover «a orientação profissional de acordo com as exigências do desenvolvimento socioeconómico do País; preparar «para o ensino médio e superior, de acordo com as prioridades de desenvolvimento definidas pelo planeamento económico».

A Escola Secundária Urbana desenvolverá, no 1.º nível, o trabalho produtivo dos alunos que dedicarão seis a oito horas semanais a trabalho na horta, pomar, aviário, piscicultura, padaria, oficinas de carpintaria, pomar, oficinas. No meio rural, dedicarão um mês (ou seis semanas) de trabalho produtivo na agricultura.

No segundo nível, os alunos da Escola Secundária Urbana trabalharão de quatro a seis semanas na agricultura ou na fábrica e, dentro do estabelecimento de ensino, trabalharão em oficinas de carpintaria, marcenaria, serralharia, cerâmica, tipografia, tecelagem, cestaria, padaria, etc.

Nas fábricas serão instaladas escolas com objectivo de alfabetização dos operários das mesmas e a fim de lhes fornecerem os conhecimentos teóricos necessários a uma melhor formação profissional.

Quanto à Escola Secundária Rural ela funcionará nos dois níveis com regime de internato. No 1.º nível a par de um programa de estudos relativamente idêntico ao da Escola Urbana, os alunos praticarão actividades como lavra, criação de gado, pomar, apicultura, piscicultura, etc. No segundo nível é ministrado um programa de estudos dirigidos essencialmente para a produção rural, com a finalidade de se formarem nestas Escolas Agrárias técnicos que venham a promover o desenvolvimento rural nesse nível ou prossigam os estudos em Institutos Agrários de nível Superior.

ENSINO PRIMÁRIO ELEMENTAR

Face à actual situação (económica, de disponibilidade e preparação de quadros docentes, entre outras) será considerado apenas como Ensino Primário Elementar na sua totalidade de cinco classes (da pré

à quarta) e dentro dos limites de idade dos 6 aos 14 anos. Terá em vista o Ensino Primário Elementar, a inserção do cidadão na sociedade que se deseja construir, a sua imediata integração no processo produtivo e a prossecução de estudos secundários. No entanto, não será de esquecer nunca para este último ponto (acesso ao ensino secundário) o problema dos estudantes oriundos do campesinato e operariado cujas limitações de ordem económica, social e cultural os desfavorecem, logo à partida, em comparação com estudantes oriundos de outras classes.

Como objectivos prioritários do Ensino Primário Elementar contam-se: «formar indivíduos minimamente preparados — política e culturalmente (...); colaborar na integração do aluno no processo produtivo (ou quando este já exista acompanhá-lo e enquadrá-lo) e na sua superação das condições-trabalho manual-trabalho intelectual, campo-cidade; criar hábitos de trabalho colectivo, superando o individualismo competitivo (...); consciencializar a criança para o facto de ser parte integrante de um povo, continuadora do mesmo, porém ligada a todos os povos progressistas ou que lutam pela sua libertação; alfabetização, considerando-se esta conforme o espírito da definição da UNESCO como a capacidade adquirida por um indivíduo de se comunicar por escrito com outrem».

GESTÃO DEMOCRÁTICA

A escola deverá incluir entre os seus valores políticos fundamentais — sustenta a proposta do MEC angolano — a transmissão aos alunos de unidade nacional e integridade territorial, a realização da Reforma Agrária, o poder popular, a resistência popular generalizada a solidariedade anti-imperialista dos trabalhadores com os povos oprimidos, e o internacionalismo.

Assim a escola deve fundamentalmente desenvolver o «espírito colectivo e a cooperação contra o individualismo e a competição; a responsabilidade social contra o liberalismo e a corrupção; o valor do trabalho humano em geral, e do manual em particular, contra a concepção de superioridade do trabalho intelectual; abolição de todas as formas de discriminação entre os homens, qualquer que seja a sua base».

Para levar a efeito estes objectivos torna-se necessária a implantação da gestão democrática em todos os estabelecimentos de ensino. «A gestão — defende a proposta de que nos estamos a socorrer — deve ser participada por todos os elementos da Escola, alunos, funcionários e professores e funcionários».

«Deverão ser formados conselhos e comités pedagógicos, metodológicos, didácticos, políticos, militares, desportivos, culturais, médicos, etc.»

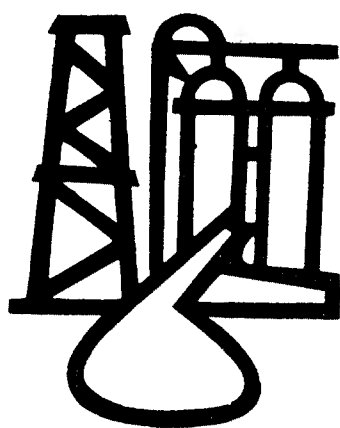
Mas, lembra a proposta, «professores, funcionários e alunos não podem assumir a

Continua na pág. 18

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDUSTRIAS QUIMICAS DO CENTRO SUL E ILHAS ADJACENTES E MOAGENS DO CENTRO E SUL

EM FRENTE PELO CONTRATO VERTICAL



A DISCUSSÃO DO PROJECTO DO CCT VERTICAL ESTÁ NO FIM

último plenário geral de trabalhadores químicos DIA 23
NA SALA DOS BOMBEIROS LISBONENSES
r. camilo castelo branco às 20 horas

COMPARECE — NÃO FALTES — COMPARECE

HOSPITAL PULIDO VALENTE

Prosseguem as lutas e os problemas ficam

A actual Comissão Instaladora do Hospital Pulido Valente (ex-Sanatório D. Carlos I) convocou uma conferência de Imprensa. Julgando que se tratava de alertar a população para as condições hospitalares, as condições de trabalho ou salariais... lá fomos.

Nada disso. A actual Comissão Instaladora queria responder a acusações proferidas pelas comissões «informativa» e de «luta», ligadas à ex-Comissão Instaladora (afastada depois do 25 de Novembro), no decorrer de uma outra conferência de Imprensa.

Alguns jornais deram a notícia. Mas esta Comissão Instaladora resolveu convocar todos os jornais. E distribuiu um texto, «pedindo licença para invocarmos, sem de modo algum querermos ferir a vossa susceptibilidade, os preceitos legais que regem a Imprensa quanto ao nosso direito a esta resposta».

OS PLENÁRIOS, OS VOTOS MAS, E OS DOENTES?

Nesse texto, demasiado extenso, rejeitam-se acusações, fazem-se acusações. E fala-se de plenários, eleições, votos, interrupções pelos militares, em resultados anulados, etc. Referem-se facções, arbitrariedades, democracia a antidemocracia. De doentes e das suas condições muito pouco.

Só no final da conferência pudemos fazer uma rápida visita a parte das instalações do hospital.

As carências apontadas, as faltas que ainda não foram superadas, erros que vêm de anos e anos, tudo isto a actual Comissão Instaladora aproveitou para responsabilizar a ex-Comissão Instaladora. Desconhecemos as acusações da ex-Comissão Instaladora, pois não estivemos nessa conferência de Imprensa, mas julgamos que não se deve atribuir as culpas apenas à ex-Comissão Instaladora. Elementos da actual CI, são há muito traba-

lhadores do Hospital Pulido Valente. Será que tudo o que se passa, agora, nesse hospital é da exclusiva responsabilidade da ex-CI? Nos poucos meses que lá esteve poderia ter feito mais e melhor? Não estamos a pôr em causa os seus processos de actuação (desconhecemos). Estamos, isso sim, a avaliar das suas possibilidades, (materiais e humanas) de ter funcionado.

O MURO: EIS A QUESTÃO!

Na nossa visita pelo hospital, fomos informados de alterações que a ex-CI quis fazer ou ainda fez, e com a qual a actual CI discorda em absoluto.

E chegámos ao muro. Trata-se de uma sala de operações onde foi construído um muro para ali se poderem efectuar simultaneamente duas operações. «Quase sempre de cinco horas cada». Acontece que a ex-CI queria deitar abaixo o muro. A actual entende que o muro deve ficar. Deitar ou não o muro abaixo, eis a questão. E o certo é que o muro dividiu ainda mais os elementos das Comissões Instaladoras (a ex e a actual).

Mas a actual CI foi peremptória. O muro ficou... o muro ficará. Depois fomos à creche para os filhos dos trabalhadores do hospital. Falta pessoal e instalações. E estivemos na instalação do pessoal. E aqui, sim, começa a realidade. Trata-se de instalações onde vivem há anos, sublinhamos, alguns trabalhadores daquele hospital. Casas de banho imundas e estreitas. Camas de ferro e enxergas (algumas tiradas das enfermarias) enquanto as roupas se amontoam nas cadeiras.

Não chegámos a visitar as enfermarias. Sabemos que este hospital tem 756 camas, 130 enfermeiros, cerca de 60 médicos. No total são cerca de 720 trabalhadores. Ignoramos a situação salarial. Ainda mais um pormenor: as instalações para os dois contabilistas, que têm

de pagar os ordenados a todos os trabalhadores, são francamente miseráveis. E tudo isto não é culpa, não pode ser, nem da ex nem da actual CI. Consequirá a actual Comissão Instaladora resolver todos aqueles problemas que apontou à ex-CI? Ao acusar a anterior, fez a si própria esse desafio. Esperemos.



Assim vivem alguns trabalhadores do Hospital Pulido Valente (ex-Sanatório D. Carlos I)

100 ANOS
1876 / 1976



Um símbolo sólido na segurança da sua conta

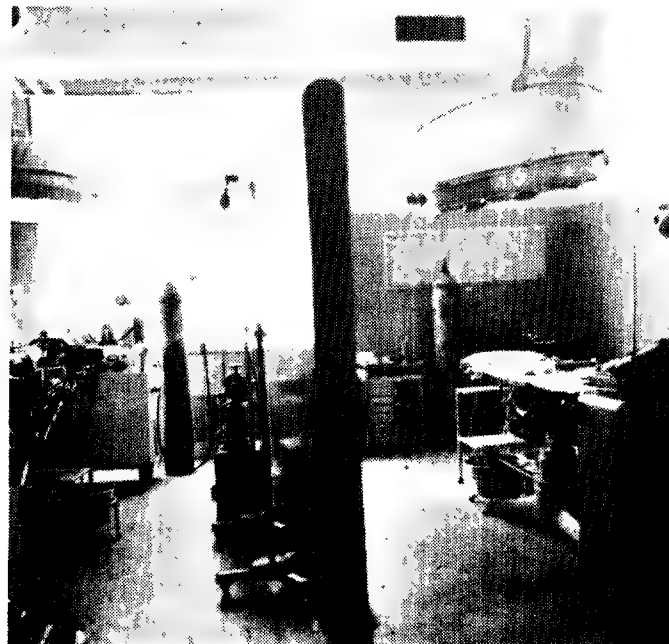
Nada impede que esta seja a sua caderneta da Caixa Geral de Depósitos. Há a guardá-la, e ao seu dinheiro também, um símbolo bem forte e seguro - o símbolo da Caixa Geral de Depósitos. Neste ano de 1976, a Caixa celebra os seus 100 anos. Sempre

sólida. Sempre segura. Uma segurança feita certeza. Certeza de que V. pode sempre contar com a Caixa Geral de Depósitos. Caixa Geral de Depósitos...

100 anos - um desejo de servir, uma intenção de progresso.



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS



O muro na sala de operações foi um dos pontos de divisão das ex e actual Comissão Instaladora. «O muro ficará» — asseguram-nos

Nacional

**Terceira parte
após
as eleições**

DETIDOS DO 25 DE NOVEMBRO

Documento para Costa Gomes "dossier" para o C.R.

comício da U.R.A.P. logo à noite

A terceira parte do relatório sobre os acontecimentos do 25 de Novembro deverá ser publicada só depois das eleições.

O documento que deverá ser divulgado em Maio tratará da participação dos partidos políticos no «25 de Novembro».

Recordamos que o relatório preliminar foi conhecido em 20 de Janeiro, enquanto as conclusões finais sobre esse mesmo relatório foram apresentadas no dia três deste mês.

Em S. Pedro do Estoril «Diário de Lisboa» é vendido por Profirio da Silva Carreira

Um grupo de advogados (José Augusto Rocha, Amadeu Lopes Sabino, Saul Nunes e Duarte Toivos) entregou ontem a um membro do Gabinete da Presidência da República um documento político-jurídico em que se pede a libertação dos maiores Campos de Andrada, Mário Tomé e Cuco Rosa, e dos primeiros-sargentos da Força Aérea Jesus Serigado, Álvaro Neves e Manuel Rebocho. Como é do conhecimento público, além destes militares,

encontram-se ainda detidos no Forte de Caxias e no Presídio Militar de Santarém, devido aos acontecimentos do 25 de Novembro, os primeiros-sargentos da F.A. Victor Luís, Pedro Rasgado e Carmo Vicente (este a necessitar de internamento num estabelecimento psiquiátrico), bem como os civis Eduardo Rosa Milheiro, Manuel Faustino Pinto, Armando Jesus Cabrita, Mário Santos Gonçalves e Jorge Paulo Baptista Pinto.

da época em que surge e se realiza, ou, utilizando outras palavras, o processo penal traduz claramente as concepções políticas do Estado. «Essa exposição subscrita em 26 de Janeiro «constituiu um protesto veemente contra a manutenção da prisão de militares e civis antifascistas». Sublinha-se no documento que «alguns meses passados esses militares continuavam presos sem interrogatórios e sem culpa formada, numa situação totalmente inadmissível».

Depois de outros considerando, diz-se que «o mínimo que os militares ainda presos podem pensar é que a devoção total à causa do povo trabalhador foi e é considerada crime, crime que prende antifascistas

e liberta notórios fascistas e agentes da P.I.D.E./D.G.S.».

Sublinha-se ainda no documento que «chegou o momento de pôr termo aos meios de excepção que se abatem sobre os militares presos, próprios do fascismo, impróprios de um Estado que se reclama da democracia».

C R DE HOJE «TALVEZ RESOLVA O PROBLEMA»

Entretanto, segundo informações colhidas na Associação de Familiares dos Militares Revolucionários Presos, apuramos que «certamente hoje, no decurso do Conselho da Revolução, irá ser tratado o ca-

so dos civis e militares detidos».

«É provável que os civis e os militares que ainda se encontram no Forte de Caxias e no Presídio Militar de Santarém saiam em liberdade no decurso da semana» — disse-nos quem nos atendeu.

qqE mais: «Não faz sentido que no dia 25 de Abril de 1976 continuem presos homens que sempre estiveram com o processo revolucionário».

Esta noite (e já ontem o noticiámos) efectua-se um comício no Instituto Superior Técnico, promovido pela U.R.A.P., com a presença do prof. Ruy Luís Gomes, a favor da libertação dos detidos acima mencionados.

PUB— SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA COMUNICADO AOS TRABALHADORES DO SECTOR DOS VINHOS

Informam-se todos os trabalhadores do Sector dos Vinhos, sócios deste Sindicato, que está formado um Grupo de Trabalho do Sector com a seguinte constituição:

José Castelo Branco	Soc. Abel Pereira da Fonseca
Fernando Borges Gonçalves	Luso Vinícola, Lda.
Arnaldo Dias Catarino	Irmãos Costa Dias Comércio e Indústria, S.A.R.L.
João Pires Videira Cabeço	Sileno Sociedade Distribuidora de Bebidas
Fernando Alves Oliveira Pousal	Soc. Agrícola da Quinta de Cardiga, Lda.
Luís Fernando Lopes Tomaz	Carvalho Ribeiro e Ferreira
José Aires Gomes Dornelas Cysneiros	Soc. Vinícola Lusitana

O Grupo reúne todas as 5.ª feiras às 21 horas na Av. Duque de Loulé, n.º 83-2.º andar (Lisboa).

Pela DIRECÇÃO

Judite Leão Fernandes

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA CONVOCATÓRIA Aos trabalhadores de escritório do sector de Armazéns de Mercadorias e outros

COLEGAS:

Com a publicação do relatório preliminar da Comissão de Trabalho para o Sector de Armazéns de Mercadorias e outros, o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa, através da sua Comissão de Trabalho para o Sector de Armazéns de Mercadorias e outros, convoca todos os trabalhadores do sector para a reunião do Conselho de Trabalho para o Sector de Armazéns de Mercadorias e outros, a realizar no dia 21/4/76, às 21 horas, na Rua do Alecrim, 46, 1.º, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Formação de um grupo de trabalho para colaborar na revisão e negociação do C.C.T.

COMPARECE, A TUA PRESENÇA É INDISPENSÁVEL!
EM FRENTE, PELO C.C.T.!

Lisboa, 20 de Abril de 1976.

A DIRECÇÃO

“Contra-relatório” refuta ponto por ponto Relatório Preliminar

Publica o «Jornal do Comércio» na sua edição de hoje extractos de um texto intitulado «Notas para um Contra-relatório do 25 de Novembro». Para lá do desmentido que ponto por ponto os autores do «contra-relatório» fazem aos autores do relatório preliminar de 25 de Novembro, factos novos surgem a lume. Ressalta do contra-relatório a importância concedida às barricadas de Rio Maior e que o relatório classifica de incidentes. É formulada a interrogação: «Será que já no dia 26 havia listas para prisões?». E a pergunta é justificada com factos que, devidamente relacionados, levam os autores do «contra-relatório» a conjecturar: «Parece evidente existir um plano previamente concertado, coordenado em gabinete, posto em execução a partir de 25 de Novembro de 1975». Somam-se os factos: «Já em 20 de Novembro de 1975 (pelo menos...) existia uma lista com 36(?) nomes de oficiais a «afastar» do processo». O «contra-relatório» chama depois a atenção «para o facto de nas listas que motivariam prisões nas unidades da F.A. constarem militares já passados à disponibilidade há meses e outros transferidos de unidade também há algum tempo». A conjectura de «um plano previamente coordenado»

vem ser reforçada, seguindo o pensamento dos autores do «contra-relatório», «com a existência da circular do EMGFA de 23 de Novembro de 1975 que «permite a prisão preventiva normal de militares suspeitos de terem participado em actos preparatórios contra a segurança do Estado».

A IMPORTÂNCIA DE RIO MAIOR

Enquanto o relatório do 25 de Novembro fala de uma reunião havida dia 24 de Novembro no COPCON tendo dois motivos fundamentais: «Saber a decisão do C.R. a respeito da nomeação de Vasco Lourenço e saber as consequências e atitudes a tomar face aos incidentes de Rio Maior» o «contra-relatório» argumenta não ter havido qualquer reunião e estranha que se classifiquem de «apenas de incidentes as barricadas de Rio Maior, que se estenderam desde o mar até ao rio Tejo, impedindo o trânsito em todos os acessos a Lisboa (estradas de 1.ª e 2.ª ordem, linhas férreas do Norte e Oeste, etc) com ameaça de corte de fornecimento de água e luz a toda a região lisboeta», o que demonstra que «não houve isenção da parte do autor ou dos autores do relatório». Da-

qui se extrai a conclusão: «Tudo parece inserir-se numa vasta manobra político-militar, o que veio a ser confirmado posteriormente, aliás, por declarações públicas quer de entidades militares, quer de alguns promotores das barricadas».

Sobre a discussão que se gerou à volta da nomeação do então capitão Vasco Lourenço para o cargo de comandante da R.M.L., sublinha o contra-relatório: «Nunca esteve em causa a pessoa do capitão Vasco Lourenço. (...) Repete-se que apenas se pretendia a manutenção do general Otelo, não estando em causa a pessoa de Vasco Lourenço. Realce-se ainda que, no decorrer dessa reunião, Vasco Lourenço afirmou que não aceitava o cargo em face da argumentação utilizada, tendo o Presidente da República referido que não podia desnomear, uma vez que não fora ele quem o fizera mas sim o Conselho da Revolução, marcando, por isso, uma reunião deste para 24 de Novembro de 1975».

Alvaro Roquete em juízo antes de Agosto (à revelia?)

O eng. Alvaro Roquete, director-geral do Turismo nos últimos anos do fascismo, deverá ser julgado à revelia (já que também ele fugiu para o Brasil) antes do próximo mês de Agosto.

Um volumoso processo relativo a importante crime de peculato na extinta Secretaria de Estado da Informação acaba de ser enviado a juízo pela Polícia Judiciária. O processo foi distribuído ao 2.º Juízo Cri-

O relatório acusa o COPCON de ter interferido, no dia 24 de Novembro, «na distribuição de material vindo de Angola, impedindo que chegassem ao seu destino». Refuta o contra-relatório: «De notar que o material estava a sair irregularmente do país, pois: 1.º, não havia autorização do GEME e do COPCON (e as duas eram indispensáveis!); 2.º, não estava presente qualquer equipa do DGMG a fim de proceder ao processamento indispensável (...); 3.º, o DGMG não tinha conhecimento do assunto como devia acontecer». Por outro lado, «O COPCON não tinha sido informado dos movimentos da tropa em causa, como se encontrava estipulado».

«Realce-se ainda o facto de nessa noite se estarem a processar as barricadas de Rio Maior, pelo que mais inconveniente se tornava o movimento em causa». E anota o contra-relatório: «Por coincidência», também as unidades que se preparavam para receber o material foram as que avançaram sobre Lisboa e outros objectivos...»

minal de Lisboa, de que é coregeador o dr. Costa Figueirinhas.

O eng. Alvaro Roquete foi detido em 23 de Janeiro do ano passado, sem admissão de caução. Passou algum tempo na cadeia, mas acabou por ser posto em liberdade, o que o ex-director-geral do Turismo aproveitou para ir até ao Brasil. Recordamos que o eng. Roquete ocupou diversos cargos no regime fascista.

SE TEM BOM GOSTO

Visite a nossa exposição de mobiliário de todos os estilos, estofos, lustres, quadros a óleo, estatuetas, bibelots e enorme variedade de peças decorativas.

Galeria Actual — Móveis e Decorações

AV. DA REPÚBLICA, 12 (Cruzamento com a Avenida Duque d'Ávila) TELEF. 4 69 28

Geral

Recrudescer a agitação árabe na margem ocupada do Jordão

JERUSALÉM, 21 (R) — Israel enviou reforços de tropas para esmagar um novo recrudescimento da agitação árabe na margem ocidental ocupada do rio Jordão.

Soldados feriram ontem a tiro dois homens numa batalha com estudantes árabes que os apedrejavam em Nablus, a maior cidade da margem ocidental. No dia anterior, um árabe de Nablus, de 55 anos, fora morto num recontro com tropas.

Dois polícias e um soldado ficaram feridos em acidentes com árabes na velha cidade murada de Jerusalém. Turistas que visitavam Jerusalém, durante os feriados da Páscoa cristã e da Páscoa dos judeus, foram evacuados de áreas da cidade quando as manifestações começaram.

Um severo recolher obrigatório foi imposto ontem em Tulkarm, outra cidade na margem ocidental, e 19 transgressores foram presos ou multados por tribunais militares.

No entanto, o presidente do município de Tulkarm, Hilmi Hanoun, declarou que a agi-

tação se intensificaria em toda a margem ocidental desde que Israel continuasse a criar novos colonatos judaicos na área.

Soldados obrigaram também a abrir muitas lojas que foram fechadas pelos donos como protesto contra uma marcha de dois dias através da margem ocidental, no princípio da semana, efectuada por dezenas de milhares de israelitas ultranacionalistas.

O desfile foi organizado pela seita religiosa Gush Emunin (Bloco da Fé), que assevera que os judeus têm o direito histórico a toda a Palestina bíblica, incluindo a margem ocidental que Israel ocupou, após a guerra dos seis dias, em 1967.

O primeiro-ministro Yitzhak Rabin, visitando ontem colonos no vale do Jordão, afirmou que o rio continuaria a ser uma barreira de defesa de Israel.

Rabin disse que 16 colonatos judaicos tinham já sido fundados e que mais cinco seriam criados, este ano.

«Esses colonatos foram criados para ficar por muito tempo. Não fundamos novas aldeias

apenas para desmantelar, mais tarde» — acrescentou o primeiro-ministro israelita.

Quatro habitantes da margem ocidental foram mortos no princípio de 1976, em dois meses de violentas manifestações árabes, após um magistrado deliberar que a lei israelita não proibia judeus de rezarem no monte do Templo, o local onde se encontra a mesquita de El-Aqsa.

AVISO DE JUMBLATT NO LÍBANO

BEIRUTE, 21 (R) — O dirigente esquerdista libanês Kamal Jumblatt avisou os seus adversários de direita na guerra civil iniciada há um ano no país que devem escolher entre uma solução pacífica e uma revolução.

Jumblatt falava aos jornalistas após mais um dia de intermitentes e por vezes intensas violências entre forças esquerdistas e de direita em desafio ao ténue cessar-fogo que dura há quase três semanas. Pelo menos 113 pessoas foram mor-

tas ou encontradas mortas ontem.

MAO RECEBEU O VICE-PRESIDENTE EGÍPCIO

PEQUIM, 21 (R) — O presidente Mao Tsé-tung manifestou o seu forte apoio ao afastamento egípcio da influência soviética num encontro ontem com o vice-presidente do Egipto, Hosni Mubarak, declararam fontes egípcias.

O estadista de 82 anos de idade classificou o presidente Anwar Sadat, de «heróico e corajoso» por lutar contra o «hegemonismo» — a expressão de Pequim para o expansionismo soviético.

Mubarak fez entrega de uma mensagem do presidente Sadat agradecendo à China a sua recente oferta de motores e peças sobressalentes para aviões Mig.

Mao respondeu que a oferta era uma questão sem importância que não necessitava de agradecimentos e disse que a China estava decidida a auxiliar o Egipto o melhor que pudesse, — anunciaram as mesmas fontes.

Observadores consideraram o encontro como um novo indicio da determinação de Pequim de explorar a recente cisão entre o Cairo e Moscovo e cimentar uma nova fase nas relações Cairo-Pequim.

O recentemente nomeado primeiro-ministro chinês, Hua Kuo-Feng, estava também presente e comunicou ao presidente Mao Tsé-tung que os lados chinês e egípcio tinham alcançado um «completo entendimento» nas suas conversações em Pequim.

M.E.S. apoia Otelo para a Presidência

«Estamos certos de que vamos eleger deputados», afirmou esta manhã, durante a conferência de Imprensa na Gulbenkian, Augusto Mateus, membro do Comité Central do M. E. S., ao referir-se ao acto eleitoral do próximo dia 25.

Considerando que o M. E. S. está nas eleições «para organizar a resistência popular» e que é «a única força da esquerda que tem defendido consequentemente a unidade» aquele dirigente fez um violento ataque ao P. C. P., acusando-o de «dividir os trabalhadores» e afirmou ainda que o seu partido é que «defende a autêntica independência nacional».

Disse ainda que o M. E. S. fará na Assembleia da República «vigilância activa» e que vai «apresentar projectos de lei e vai ser «porta-voz do poder popular e da unidade dos trabalhadores para fazer frente ao capitalismo e ao fascismo».

Augusto Mateus anunciou ainda que o seu partido apoiará a candidatura do major Otelo de Carvalho para a Presidência da República.

P. R. P.

TAMBÉM APOIA

Isabel do Carmo, pelo P. R. P., também expressou o apoio deste partido à candidatura do major Otelo Saraiva de Carvalho à Presidência da República. Diz o dirigente do P. R. P.:

«Há cerca de dois meses, no decorrer do último plenário de responsáveis do P. R. P., o partido decidiu, por unanimidade, apoiar a candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho, como defensor do programa do Copcon e do poder popular. Esta é a alternativa revolucionária para fazer a unidade de todos os revolucionários à volta de um programa comum e provocar um confronto claro entre o proletariado e a burguesia.»

Isabel do Carmo pensa que a candidatura do major Otelo Saraiva de Carvalho tem condições de se assemelhar com o que foi a candidatura do general Humberto Delgado, no plano antifascista, com a diferença que esta, de Otelo, tem a mais o carácter anticapitalista.

Campanha para ilibar o casal Rosenberg

BERLIM ORIENTAL, 20 (R) — O filho mais velho do casal norte-americano Ethel e Julius Rosenberg trouxe a Berlim-Leste a sua campanha para ilibar os pais.

Robert Meeropol, que aqui chegou para uma visita de vários dias a convite do Conselho da Paz Alemão-Oriental e da Comissão Paul Robeson, declarou numa conferência de Imprensa que o caso devia ser levantado novamente, segundo anunciou a agência noticiosa ADN. Jornalistas ociden-

tais não foram convidados para a conferência de Imprensa.

Os Rosenberg foram executados em 1953 por alegada conspiração para transmitir segredos atômicos norte-americanos à União Soviética. Robert e seu irmão Michael foram adoptados por Abe e Ann Meeropol.

Robert Meeropol declarou que os promotores da campanha exigem que o Governo dos Estados Unidos faculte ao público os documentos do julgamento — acrescentou a ADN.

Os estudantes franceses procuram obter o apoio da classe trabalhadora

PARIS, 21 (R) — Estudantes e pessoal docente das universidades de França iniciam hoje uma campanha de acção, de três dias, contra reformas de ensino, preconizadas pelo Governo, convidando o público em geral a ir às suas faculdades.

O objectivo do «dia aberto» dos estudantes é o de conseguir o apoio da classe trabalhadora para os seus protestos contra planos governamentais de tornar cursos universitários mais orientados para o preenchimento de empregos.

A classe trabalhadora e os sindicatos não tiveram, até agora, um papel activo na agitação, embora os estudantes e professores contem com o apoio caloroso de todos os partidos políticos da esquerda.

O primeiro-ministro Jacques Chirac reafirmou ontem, a noi-

te, que o Governo não desistiria dos seus planos para introduzir novos cursos, após consulta com o patronato.

O Governo pretende pessoas que se licenciem de forma a preencher melhor os empregos disponíveis.

Os estudantes, apoiados pela maioria dos reitores das 75 universidades de França, afirmam que a reforma traria empregos para uma elite minoritária e desemprego para os restantes.

As reformas, na opinião dos estudantes, ameaçariam também o princípio sagrado em França de que qualquer pessoa, com as classificações necessárias, tem o direito de frequentar cursos universitários.

Representantes estudantis de toda a França reunir-se-ão em Paris, amanhã, enquanto o

pessoal docente das universidades efectua as suas próprias greves e manifestações.

Os três dias culminarão, na sexta-feira, com uma marcha gigantesca através das ruas de Paris. Poder-se-ão juntar ao desfile professores e alunos de escolas secundárias.

Uma marcha de 50 000 manifestantes em Paris, na quinta-feira passada, originou actos de violência remanescentes da revolta dos operários e estudantes, em Maio de 1968.

A única indicação concreta de que toda a população universitária de 800 000 almas não apoia inteiramente o movimento de protesto será conhecida amanhã quando comissões contra a actual greve nos estabelecimentos de ensino superior efectuarem um desfile nos Campos Elísios, em Paris.

Programa para uma ditadura da maioria na Etiópia

ADIS-ABEBA, 21 (R) — O Governo Militar Provisório da Etiópia divulgou hoje um programa político detalhado com o objectivo final de criar uma «República Democrática Popular» sob a chefia do proletariado.

O primeiro passo foi a notícia da criação de um «Centro Provisório de Organização Popular», dirigido por uma comissão de 15 elementos, «para ajudar a criar as noções neces-

sárias para a fundação da República Democrática Popular, que garanta a ditadura da maioria das massas».

Não foi fixado um calendário para o programa, que inclui uma promessa de apoio governamental a todos os partidos democráticos com objectivos antiféudais e anti-imperialistas.

O programa diz: «O Governo dará auxílio especial à vanguarda da Revolução, que é um partido da classe operária porque somente quando um partido organizado e forte da classe trabalhadora estiver em situação de ser a vanguarda da Revolução se consolidarão as vitórias da Frente Revolucionária Unida».

O documento prossegue: «Apoio incessante do Governo será alargado a partidos revolucionários cuja luta vise a criação de um partido da classe trabalhadora imbuído da ideologia socialista».

«O apoio moral e material será também estendido a todos os partidos democráticos que desejem continuar a luta contra objectivos antiféudais e anti-imperialistas, desde que tais partidos constituam uma força de apoio positiva e contribuam para o fortalecimento da luta comum revolucionária das massas».

O programa nota que «é óbvio que várias secções das grandes massas se devem organizar e participar continuamente na luta para a criação da Frente Revolucionária Popular».

«Quando as grandes massas estiverem organizadas e estabelecida uma Frente Revolucionária Popular, o povo elegerá num escrutínio livre e secreto, os representantes daqueles partidos e organizações que participaram na luta revolucionária».

«Esses elementos serão eleitos para a Assembleia Revolucionária Popular que constituirá o mais alto organismo político do Governo».

«De acordo com a Constituição que será aprovada pelos representantes do povo, a República Democrática Popular será fundada sob a chefia do partido da classe trabalhadora» — continuava o programa.

«Um Centro Provisório de Organização Popular é criado, desde já, para coordenar a disseminação da filosofia socialista e do programa antiféudal, antiburocrático e capitalista e anti-imperialista, assim como para facilitar os esforços das massas para se organizarem e da sua luta para formarem uma Frente Revolucionária Popular» — conclui o documento.

Caleidoscópio

CLEVELAND, 21 (R) — O sindicato dos operários da borracha dos Estados Unidos declarou-se às primeiras horas de hoje em greve contra a Firestone, Goodyear, Goodrich e a Uniroyal — as quatro maiores fábricas de borracha do país — e a paralisação envolve 70 000 trabalhadores em toda a nação.

WINDSOR (INGLATERRA), 21 (ANOP) — O primeiro-ministro britânico James Callaghan, recusou o convite da rainha Isabel II para assistir à festa do seu quinquagésimo aniversário, celebrada até às primeiras horas de hoje no castelo de Windsor.

ROMA, 21 (R) — Um director de petróleo italiano foi ferido a tiro hoje quando o seu automóvel aguardava a mudança de sinais de tráfego numa hora de grande movimento em Roma — declarou a polícia.

Giovanni Theodoli, presidente da Chevron Oil Company em Itália, foi alvejado por um indivíduo em outro veículo que sacou uma pistola e disparou através da janela do carro.

NOVA DELI, 21 (R) — A Índia apresentou um protesto ao Bangla Desh devido ao tiroteio registado na sua fronteira comum, e salientou que o chefe da força de segurança fron-

teira indiana esteve debaixo de fogo.

BERNA, 21 (ANOP) — A Suíça limitou ontem as importações de moeda estrangeira, numa medida destinada a proteger o franco suíço contra efeitos maléficos do recente afluxo de capitais italianos.

O Governo suíço anunciou que, a partir de hoje as pessoas que entrem na Suíça só podem ser portadoras de um máximo de 20 mil francos suíços.

ROMA, 21 (R) — O dirigente do Partido Democrata-Cristão italiano, Benigno Zaccagnini, deveria avistar-se

hoje com os dirigentes socialistas, numa tentativa final para evitar eleições gerais que poderiam conduzir ao poder um Governo dirigido por comunistas.

MELBOURNE, 21 (R) — Seis bandidos, armados com metralhadoras ligeiras, assaltaram hoje um clube desportivo em Melbourne, quando corretores de apostas efectuavam pagamentos dos prémios de corridas de cavalos, durante a Páscoa, e roubaram entre 1,5 a três milhões de dólares australianos (entre 59 000 a 118 000 contos), segundo a polícia.



CASINO ESTORIL

VEGETA DA RADIO E TV INGLESA

LYN PAUL

DUO LANKA

NATALINA JOSE

RAUL SILVA e NOBRE COSTA

The FINNAN'S FOLIES

POLI TRIO and DANA ADAMS

"MOZAMBEATS"

ORQ. CASINO ESTORIL dirigida por Ferrer Trindade

LES MILFRED

"STRIP-SHOW" SOWONDER BAR

SALA RESTAURANTE às 23,30 (não aconselhável a M/L)

WONDER BAR a 1,00 (interdito a M/L)

Consumo mínimo, Sábado e Domingo Restantes dias 120\$00 (taxas e impostos incluídos)

MATINÉE aos DOMINGOS às 17 horas

Chá completo, 70\$00 (taxas e impostos incluídos)

Espectáculos

O DIREITO AO TEATRO

CARLOS PORTO

Depoimento de "A Comuna"

Após a apresentação da peça de Béatrice Tanaka, «O Circo Imaginário de Super-Basilio», alguns actores que faziam parte do grupo Os Boneiros Teatro-Laboratório de Lisboa abandonaram o grupo e formaram um outro a que chamaram Comuna. Esses actores, Manuela de Freitas, João Mota, Carlos Paulo, Melim Teixeira, Francisco Pestana, etc., vieram a constituir uma equipa extremamente homogénea que apresentou, numa linha de teatro ritualista, alguns dos melhores espectáculos do teatro português, espectáculos que tem levado com grande êxito a vários festivais internacionais. Já depois de termos recebido a resposta às nossas perguntas, o grupo estreou um espectáculo intitulado «Fogol». Eis as respostas do Grupo Comuna:

1) No momento em que iniciámos este inquérito, tivemos conhecimento da estreia do vosso primeiro espectáculo desta temporada. Por esse motivo, agradecemos os seguintes esclarecimentos:

a) Deve-se esse atraso a razões exteriores ao grupo (problemas de subsídios; problemas de instalação; problemas de constituição do elenco, etc)?

b) Outras razões.

Resp. — 1) A Comuna desde a sua formação — 1.º Maio

de 1972 — nunca apresentou os seus espectáculos datados de «dentro ou fora» de épocas teatrais, por um motivo simples: sempre elaborámos o nosso trabalho com o tempo necessário que entendemos para cada espectáculo, especificamente, sem preocupações de preenchimento de datas oficialmente estabelecidas, como demarcação de anos teatrais. Assim, tanto estreámos espectáculos dentro do calendário de épocas («Para Onde Is?», Outubro 1972) como fora dessas demarcações («Brincadeiras», Julho 1973). Pelo mesmo motivo, até agora, nunca estabelecemos férias fixas para o grupo, que tanto podem acontecer repartidas em vários dias durante o ano, como não as ter, como geralmente tem acontecido.

1.-a) A resposta anterior pode caber também nesta pergunta, mas como até Outubro de 74 nunca a Comuna foi subsidiada por nenhuma entidade governamental, habituámo-nos a garantir a nossa subsistência, a partir do produto do nosso trabalho prático, não nos permitindo por isso cumprir «épocas teatrais» mas sim um ano total de trabalho muitas vezes só assegurado de mês a mês, sem futuros longos, do diverso material técnico necessário, luzes, publicidade, venda e distribuição de bilhetes, etc.

6 — A formação e desenvolvimento da Pró-Frente dos Artistas Populares e Intelectuais Revolucionários — FAPIR — que já conta hoje com cerca de 40 aderentes, e à qual a Comuna pertence colaborando o que nos obrigou sempre a uma programação imediata, e por vezes rápida no tempo da preparação dos espectáculos.

b) Não consideramos, portanto, atraso a estreia do nosso 10.º espectáculo em Janeiro de 76. O nosso trabalho não se limita somente a apresentar espectáculos de tempos em tempos, mas também:

1 — Funcionamento do Centro Cultural, com programas de teatro, cinema, música, reuniões, debates etc.

2 — Animação da Casa da Criança, com tardes infantis durante a semana, organização de outros espectáculos infantis de circo, palhaços, filmes, pinturas, aulas etc.

3 — Trabalhos técnicos diários de preparação e aprofundamento dos actores do grupo, para lá do trabalho específico da criação dos espectáculos.

4 — Trabalhos de reconstrução e reparação da casa que ocupamos (pinturas das paredes, electrificação, arranjo do soalho, janelas, etc.).

5 — Trabalhos técnicos de montagem das várias realizações levadas a efeito no Centro Cultural e Casa da Criança, como feitura e arranjo

também na programação, difusão, estabelecimento de contactos externos, reuniões, realização de espectáculos em vários pontos do país, etc.

Todos estes pontos anteriores estão ligados directamente com a vida da Comuna, e por eles se responsabilizam os seus 15 elementos, para além da apresentação regular dos seus espectáculos ou a criação de novos. Mesmo assim, entre Outubro de 75 (início da temporada) e Dezembro de 75 a Comuna realizou cerca de 35 espectáculos em várias zonas do país, além de deslocações à Polónia e à Itália.

2) Sabemos que os subsídios foram aumentados em relação às temporadas anteriores: Gostaríamos de saber: a) Qual o montante mensal que o grupo está a receber; b) Se consideram esse subsídio suficiente e, em caso negativo, quais as razões dessa insuficiência.

Resp. — A Comuna recebe mensalmente 148 contos. Houpe, portanto, um aumento mensal de 48 contos em relação aos últimos 9 meses da época anterior, em que recebeu 100 contos mensais, pois nos três primeiros meses da mesma recebemos somente 80 contos.

Foi-nos atribuída exactamente a verba que pedimos para o grupo de teatro, por isso consideramo-la suficiente para o funcionamento do mesmo. Foi também despachado a atribuição a pedido do grupo de uma carrinha para 20 pessoas que facilite o transporte dos seus elementos nas digressões que realiza, anualmente, mas até este momento não a recebemos. Aguardamos, pois, a atribuição real da carrinha, essencial ao programa de descentralização do grupo.

3) Quantos espectáculos apresentará a Comuna na temporada 1975/1976?

Quais? Resp. — É-nos impossível responder a esta pergunta, pois geralmente o nosso trabalho é feito a partir da criação de textos colectivos do grupo, e muito raramente baseado em textos já existentes. Por isso, depende muito do tempo necessário à criação de cada espectáculo desse tipo, e da exploração normal dos espectáculos estranhos. De qualquer modo, tentaremos manter a média geral de apresentação de 3 espectáculos por ano, que tanto podem ser para adultos como para crianças.

4) a) Quais as relações que o grupo mantém com as organizações de base da zona em que se integra? b) Quais as iniciativas que o grupo prevê para ampliar o público dos seus espectáculos? c) O que foi feito, ou não, no sentido, de uma promoção mais efectiva e eficaz dos espectáculos, com utilização dos meios de comunicação social (TV, Rádio, Imprensa), cartazes, montras, etc?

Resp. — a) As mais estreitas possíveis, dentro do pouco tempo de existência de ambos, na zona em que a Casa se situa. A nível de iniciativas infantis a relação tem sido mais facilitada e regular, começando agora, desde o início deste ano uma maior interligação com as Comissões de Moradores e de Trabalhadores, não só através da realização de espectáculos, como do início de cursos de alfabetização, reuniões com animadores culturais, passagem de filmes sobre temas pedidos por esses órgãos, além da animação e colaboração

com as iniciativas por eles efectuadas.

b) A procura directa do público, sempre que possível nos próprios locais de trabalho e zonas de habitação, além de digressões mais frequentes e regulares em zonas determinadas, mantendo uma assistência regular através de contactos mais profundos, e primordialmente atendendo a lutas e movimentações que mobilizem as pessoas desses órgãos.

Na sala da Comuna, em Lisboa, além de um contacto regular com as Comissões de Moradores, e de Trabalhadores através da distribuição de senhas que dão direito ao ingresso gratuito para todas as actividades do Centro Cultural, e uma incidência maior de informação das nossas actividades nos bairros circundantes através desses órgãos, e na tentativa de programação de temas que possam interessar mais directamente as zonas que abrangemos.

c) A nível oficial foi-nos comunicado pelo Ministério da Comunicação Social uma proposta de estudo para a divulgação conjunta dos grupos subsidiados, nos jornais estatizados e restantes órgãos de comunicação social, mas aquela está ainda em fase de lançamento e de prospecção. A nível particular, continuamos a utilizar nalguns jornais diários a publicação de anúncios pagos pelo grupo ou de notícias de «favor» publicadas gratuitamente, mas que muito dependem da orientação desses jornais, para os quais nós somos ou «filhos» ou «enteados», e daqui depende a publicação ou não dessas notícias.

Outro tipo de publicidade é a distribuição directa de prospectos na rua, estações de metro, de comboios, centros comerciais, além da colocação de cartazes em sindicatos, liceus, colégios, comissões de moradores, trabalhadores, empresas, etc. Só muito raramente utilizamos as montras comerciais para a distribuição de cartazes.

5) Como se sabe, a orientação oficial do teatro português parece ter voltado aos processos anteriores ao 25 de Abril. Suspensa a actividade da Comissão Consultiva para as Actividades Teatrais que apesar de tudo, mantinha alguns vínculos entre a cúpula e as bases, a orientação da actividade teatral parece confinada a directrizes oficiais de carácter cupulista. No caso de não concordarem com esta situação, que medidas propõem para que seja superada?

a) A constituição de uma nova Comissão, embora obedecendo a esquemas mais representativos?

b) Diligências no sentido de ser criado imediatamente o Instituto Português do Teatro de cuja direcção devem fazer parte representantes dos trabalhadores?

c) A organização urgente de um Congresso Nacional de Teatro para debater estes e outros temas?

d) Outras propostas. Resp. — A situação actual atinge as fronteiras do ridículo e do absurdo, continuando o teatro entregue ao oportunismo ou à ignorância de meia dúzia de pessoas divorciadas dos reais problemas dos trabalhadores deste sector, agrupadas em sociedades artísticas ou cooperativas.



Em ALCOBACA o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na Tabacaria de José Narciso da Costa, Suc. Praça dr. Oliveira Salazar, 54

Continua na pag. 15

S.  R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Palmela em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/56672, arquivo 4, para o estabelecimento de uma linha aérea a 15 kV com 670 m. do apoio n.º 17 da linha da Sociedade de Construção de Fibras (Vale de Craveiras) ao Posto de Transformação de Craveiras, em Craveiras, Freguesia da Quinta do Anjo concelho de Palmela.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 8 de Abril de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S.  R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho da Moita, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/57420, arquivo 4, para o estabelecimento de uma linha aérea a 30 kV com 1555 metros, do apoio n.º 33 da linha Coima-Montijo ao Posto de transformação (PT MT 54) em Barra Cheia da Federação de Municípios do Distrito de Setúbal.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 8 de Abril de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S.  R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/57080, arquivo 4, para o estabelecimento no concelho do Seixal, freguesia de Amora, de uma linha aérea a 15 kV com 64 metros, do apoio n.º 29 da linha Sobreda-Fogueiro ao Posto de Transformação Miguel.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 8 de Abril de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

Televisão

Hoje



«O Soldado e Eu»

I PROGRAMA

- 19.00 Abertura e **Formação** — os enfeites — rubrica apresentada pelo Departamento de Programas Infantis e Juvenis.
- 19.25 **Magazine do Norte** — auto medieval pelo povo de Vilarinho — Vila Verde. Transmissão dos Estúdios do Porto.
- 19.50 **Educação Permanente**
- 20.05 **Vamos Jogar no Totobola** — prognósticos para o próximo concurso.
- 20.30 **Telejornal** — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
- 21.00 **Campanha Eleitoral** — Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (M.R.P.P.); Partido Popular Democrático (P.P.D.); Partido da Democracia Cristã (P.D.C.).
- 21.40 **Programa do Estado-Maior-General das Forças Armadas**
- 22.05 **«Scriabiniana»** — ballet (2) — nesta segunda série de cinco miniaturas coreografadas por Kasperian Goleizowski e com música de Alexander Scriabine, teremos novamente oportunidade de apreciar alguns dos mais famosos bailarinos do Teatro Bolshoi como Ekaterina Makimova, Vera Bocharova, Maria Gorodskaja e Alexander Laurenink. Realização de Yuri Aldokhine. Uma apresentação do D.P.M.R.
- 22.30 **O Voto das Mulheres**
- 23.30 **Telejornal** — 3.ª edição
- 23.50 **Fecho**

II PROGRAMA

- 20.00 Abertura e **«O Soldado e Eu»** — série filmada.
- 20.30 **As Pedras e o Homem** — Elvas.
- 20.55 **«Pesquisa»** — série filmada.
- 21.45 **Expedição**
- 22.15 **Telejornal** — em diferido a edição transmitida no I Programa às 20 e 30.
- 22.45 **Fecho**



Amanhã

I PROGRAMA

1.º Período: 13.15: Abertura e Telejornal — 1.ª edição; 13.30: Campanha Eleitoral; 13.40: Série Filmada — «Gruta das Fadas»; 14.05: Lodo à Noite; 14.15: Cartaz dos cinemas e teatros de Lisboa e Porto e dos programas da RTP; 2.º Período: 19.00: Abertura e Ver e Pensar — rubrica apresentada pelo Departamento de Programas Juvenis e Infantis; 19.35: «A Flecha Negra» — série filmada baseada na conhecida obra literária de Robert Louis Stevenson; 20.00: Noticiário do País e do estrangeiro; 21.00: Campanha Eleitoral; 21.35: «Jane Eyre» — série baseada no conhecido romance de Charlotte Brontë; 22.20: Roosevelt; 22.45: Telejornal — 3.ª edição; 23.00: Fecho.

II PROGRAMA

20.00: Abertura e «Grutas das Fadas»; 20.30: Premiação Itália — «A Deus Infância» uma obra de Hugh Whitmore; 22.05: Telejornal; 22.30: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV

SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 722786-834271

Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Centro de Cultura de Évora prepara programa de Maio

O Centro Cultural de Évora prepara, para Maio, uma série de realizações de carácter musical. Do programa consta, no dia 1, apresentação do Coro Misto Thalia, da R.F.A. e Coro dos Mineiros de Aljustrel; dia 22, Grupo «Os Metais de Lisboa» e Octeto de Madrigalistas; dia 29, 4.º Festival dos três

coros, com o Coro da Academia dos Amadores de Música, Coral Phydellius, de Torres Novas e Coral D. Pedro de Cristo, de Coimbra; e no dia 30, pianista Manuela Gouveia.

Está também marcado para o dia 5 de Junho um concerto e o dia 5 de Junho um concerto e por Andrio Swinerto (oboé).

"A Comuna" depõe sobre teatro

Continuação da pag. 14

a) É urgente a criação de uma nova Comissão escolhida democraticamente pelos trabalhadores do teatro profissional agrupados em sociedades artísticas ou cooperativas, além de mais alguns representantes de confiança desses mesmos trabalhadores, ligados a outros sectores da actividade como a Associação Portuguesa de Críticos, a Sociedade Portuguesa de Autores, a Associação Portuguesa de Teatro Amador, o Sindicato de Espectáculos, etc. Mas essa comissão só terá interesse em ser criada desde que passe a ter funções deliberativas para que deixemos de assistir aos atropelos usuais sempre seguidos de «convencionais desculpas» dos responsáveis dos organismos oficiais que regulam o ramo teatral, por ignorância do assunto ou desfasamento em relação aos assuntos que surgem e que provocam indesculpáveis atrasos em relação à actividade dos trabalhadores de teatro. Porque só a estes compete a responsabilidade pela reestruturação do seu ramo profissional e serão estes que têm que ser ouvidos em 1.º e último lugar para todo o tipo de modificações que lhe queiram introduzir. E já vai sendo tempo...

b) O Instituto Português de Teatro deve ser criado desde que avancemos na estruturação do mesmo, sem esperarmos indefinidamente por despachos oficiais, porque a prática já nos ensinou que «quem espera pouco alcança»...

Também para a criação do IPT deveriam ser os trabalhadores ouvidos e exigir a sua permanência activa no mesmo.

c) Que venha o congresso para que possamos discutir todos estes problemas e outros, para que tomemos nas nossas mãos e nos responsabilizemos totalmente pelo teatro, mas que ao mesmo tempo os grupos desenvolvam cada vez mais as suas actividades, não arranjando como desculpas as faltas oficiais, para que o congresso venha a ser um recolher de etapas positivas e de respostas concretas e não um encontro frustrado de sonhos por realizar.

d) Tanta coisa teríamos a acrescentar e a dizer: queremos um teatro considerado serviço público, queremos uma classe consciente e capaz de acompanhar as lutas dos trabalhadores deste País, tanta coisa que preferimos responder pela prática, sem receitas asfixiantes e com a consciência cada vez maior de que estamos vivos e ter dúvidas e de que duvidar é muito perigoso.

PUB

Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Setúbal

ADMISSÃO DE PESSOAL DE ENFERMAGEM

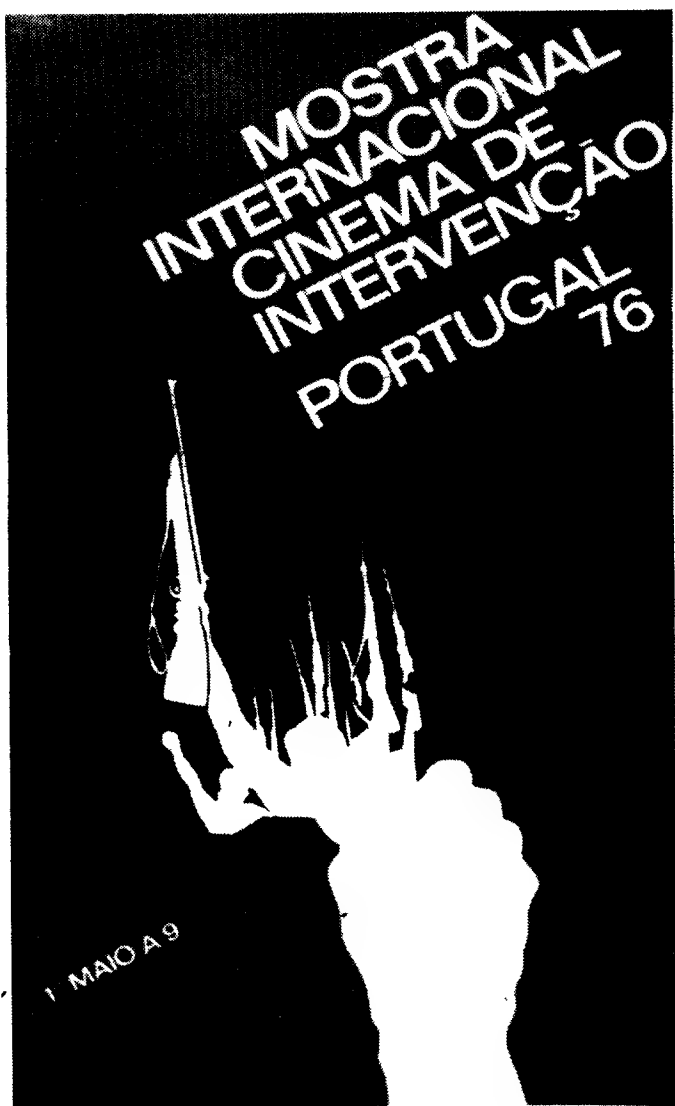
Informa-se que se encontra aberto concurso documental, no período de 15/4 a 5/5, para provimento de vagas existentes no quadro do pessoal abaixo indicado:

Enfermeiro/subchefe, Enfermeira Especializada em Obstetrícia, Enfermeiro e Auxiliar de Enfermagem ou Enfermeiro de 3.ª Classe.

Para mais esclarecimentos devem os interessados contactar com a Secção de Pessoal de Enfermagem (Acção Médico-Social da Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Setúbal), Tel. 28041/4 — Ext. 40 sita na Av. General D. Luís de Sousa — Prolongamento — Prédio Fiat, Setúbal.

A Comissão Administrativa da A. M. S.

Em ALVERCA o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA FERREIRA Rua Manuel Maria Vieira.



"A vitória é certa" e "Nô Pincha!"

— Angola e Guiné-Bissau na Mostra Internacional do Estoril

Os filmes «A vitória é certa», de Per Sandém e Rudi Spee, e «Nô Pincha!» (Avante) de Tobias Engels e René Lafont, representarão Angola e Guiné-Bissau na Mostra Internacional de Cinema de Intervenção que decorrerá no Estoril de 1 a 9 de Maio.

De Angola veremos ainda «Angola's second war of liberation», de Herbert Riz, «Guerre du peuple», de Bruno Muel, «Week-end a Soso», de Bruno Muel e Theo Robichet, «Festa» e «Geração».

A Guiné-Bissau apresentará apenas «Nô Pincha!».

Entretanto, a Argélia estará presente com «Algérie en flam-

mes», de René Vautier, «J'ai huit ans» de René Vautier, «La voie», de Slim Riad, «La bataille d'Alger», de Gillo Pontecorvo, «Chronique des années de braise», de Mohamed Lakhadar-Hamina e «Techniquement si simple», de René Vautier.

O Sara apresentará «Independência ou genocídio», um filme que Theo Robichet, Miguel Ibarrondo e Bruno Muel realizaram sobre a luta da Frente Polisário.

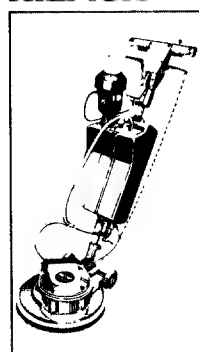
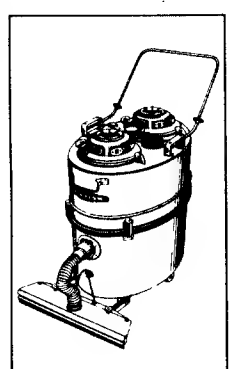
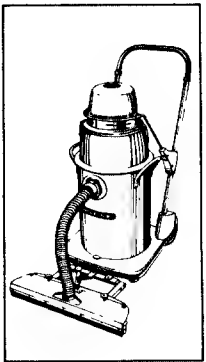
A Mostra Internacional, conforme temos noticiado, é organizada pelo Centro de Informação Cultural e decorrerá no Palácio dos Congressos, antigo Casino do Estoril.

ASPIRADORES INDUSTRIAIS NILFISK

NA HIGIENE INDUSTRIAL E INSTITUCIONAL

- DAS INSTALAÇÕES
- DAS MÁQUINAS
- DOS MOVEIS
- DOS PRODUTOS

UTILIZE NILFISK



NO ESTUDO DAS SOLUÇÕES

CONSULTE

NILFISK

ASPIRADORES INDUSTRIAIS E DOMÉSTICOS, LDA.

LISBOA R. FELIX CORREIA, 8 TEL. 78 83 31/78 99 55
PORTO RUA DA CONSTITUIÇÃO, 2371 - TEL. 69 34 23

Desporto

PUB

Sindicato dos Trabalhadores de Vestuário, Lavandarias e Tinturarias do Distrito do Porto *comunicado* nova jogada no caso **CORONADO**

AOS TRABALHADORES DO VESTUÁRIO! A TODOS OS TRABALHADORES!

CAMARADAS:

1. — Iniciou-se ontem nova fase na farsa do caso «Coronado». Como é já do conhecimento geral o senhor ministro do Trabalho tomou sobre a suspensão das 37 trabalhadoras da «Coronado» a posição que o PATRÃO reaccionário há muito desejava!

O senhor ministro do Trabalho, colaborando com o PATRÃO, entrou deliberadamente na fantochada que foi montada à volta da suspensão abusiva de 37 trabalhadoras. Voltando atrás com decisões anteriores ou mais grave ainda, dando o dito por não dito, nomeia um inquiridor para «resolver» este problema que é um exemplo do que o capital é capaz.

É da máxima importância saber-se, senhor ministro, quando deu à empresa 48 horas para reintegrar as 37 trabalhadoras, pois caso contrário USARIA DE TODA A SUA AUTORIDADE:

- Tinha intenção de obrigar a empresa a reintegrar efectivamente as 37 trabalhadoras ou se apenas foi uma jogada para ganhar tempo?
 - Entendia que TODA A SUA AUTORIDADE se limitava a escalar um funcionário para determinado serviço, ou se a sua autoridade não seria o poder-dever de garantir, sem margem para dúvidas e recorrendo às medidas necessárias. O DIREITO AO TRABALHO?
 - No fundo se teve intenção de resolver de forma séria, uma situação reveladora da mais profunda exploração capitalista, ou se apenas quis mentir aos trabalhadores?
- A saída que o senhor ministro arranjou é um índice seguro de que apenas quis:
- ganhar tempo
 - sem ter em causa o sagrado DIREITO AO TRABALHO.

II. — Na sequência do despacho do senhor ministro do Trabalho inicia-se hoje a farsa do inquérito aos acontecimentos da «Coronado».

E dizemos tratar-se de uma farsa já que:

- Nada há a inquirir, pois tudo foi em devido tempo devidamente esclarecido, tal como aliás já foi afirmado pelo delegado do Ministério do Trabalho no Porto.
- O inquérito apenas visa mascarar a comprovada incapacidade do Governo e a sua constante demissão (ou cumplicidade) sempre que se torne necessário combater os patrões e seus aliados.
- Aqueles factos levaram o ministro do Trabalho a proter a solução, para depois das eleições, provavelmente pensando já na sua continuidade em futuros Governos.
- Finalmente o inquérito é o resultado de disputas entre 2 partidos representantes no Governo, para quem os seus interesses, estão acima dos reais interesses do Povo trabalhador.

CAMARADAS:

LUTAR CONTRA A TRAIÇÃO, LUTAR CONTRA O OPORTUNISMO, LUTAR CONTRA OS «VENDILHÕES DO TEMPLO», LUTAR CONTRA A REPRESSÃO TERRORISTA DO CAPITAL, LUTAR CONTRA OS GOVERNOS DA BURGUESIA.

É A ÚNICA GARANTIA QUE TEMOS DE CONSTRUIR

UMA SOCIEDADE JUSTA
UMA SOCIEDADE SEM EXPLORADORES
UMA SOCIEDADE ONDE O DIREITO AO TRABALHO NUNCA SEJA POSTO EM CAUSA

CAMARADAS:

DEMONSTREMOS O NOSSO REPÚDIO INTRANSIGENTE PERANTE A ACTUAÇÃO DO MINISTRO DO TRABALHO

CAMARADAS:

DEMONSTREMOS O NOSSO REPÚDIO INTRANSIGENTE PERANTE A ACTUAÇÃO DO MINISTRO DO TRABALHO

CAMARADAS:

DEMONSTREMOS A NOSSA SOLIDARIEDADE PARA COM AS 37 TRABALHADORAS SUSPENSAS UNIDAS E ORGANIZADAS, CONSTRUAMOS A SOCIEDADE SOCIALISTA.

A DIRECÇÃO

Em Julho e Agosto

Juvenis portugueses vão estagiar no Sarre

Correia da Cunha e Fernando Moreira, homens ligados, e há muitos anos a esta parte, ao atletismo, e nessa condição com responsabilidades federativas — para além das que lhes competem no incremento, aperfeiçoamento e intercâmbio internacional —, expuseram ontem aos representantes dos órgãos da Comunicação Social, no Jâmor, as razões da permanência em Portugal de jovens atletas da Alemanha Ocidental de uma equipa da região do Sarre.

Fernando Moreira, servindo de intérprete nas intervenções dos atletas e dirigentes germânicos, pôs a tónica nos contactos socioculturais e desportivos daqueles elementos das imediações do Sarrebrücken onde, no ano findo, estagiaram onze atletas portugueses. Começaram aí, se esquecermos que há cinco anos Carlos Sustelo vem fazendo parte da sua preparação em Darmstadt, os contactos entre portugueses e germânicos que levaram a que, comonoticiámos oportunamente, os atletas germânicos que se encontram em Portugal e já visitaram Braga, Guimarães e Coimbra, participassem, em provas extra, na jornada do Estádio Nacional do último domingo.

Aqueles dois dirigentes desportivos afiantaram, também, que Erwin Weyers é grande amigo de Portugal, salientando o facto do mesmo chefear a comitiva germânica, e que o «Desporto serve para aproximar as pessoas», observou aquele director, «e nunca para acirrar antagonismos e ódios». Foi também afirmado que o referido grupo de atletas visitará o Algarve antes de partir para o seu país, porque também o turismo, uma das «especialidades» de Erwin Weyers, está no sangue de todos os desportistas que integram esta caravana.

PORTUGUESES NA ALEMANHA

Em resposta a Correia da Cunha, Weyers afirmou que a

embaixada germânica se deslocara a Portugal, o que acontecia pela primeira vez, com saudações muito especiais das entidades desportivas da sua região, como a que a seguir se transcreve do ministro da Educação, Cultura e Desportos eo Sarre, sr. Werver Scherer: «Aprovo os esforços do S. V. Saar 05 no sentido de intensificar as suas relações desportivas com os atletas de Portugal. A visita dos desportistas portugueses ao Sarre no ano passado constituiu o ponto de partida esperançador e promissor para a realização do objectivo de ambas as partes estabelecendo um contacto duradouro entre a juventude, tanto no sector desportivo como do convívio humano. Desejo, pois, que a actual visita dos desportistas do Sarre a Portugal também satisfaça as esperanças postas neste encontro. Com estes votos transmito as minhas saudações cordiais à parte

portuguesa, organizadora deste intercâmbio.»

Adiantou (Erwin Weyers) também que os atletas portugueses serão convidados para um estágio na sua região entre 17 de Julho e 2 de Agosto, que na maioria dos clubes alemães preside o eclectismo (pelo menos entre 70 a 80 por cento), e que o Governo do seu país subsidiaria, em parte, esta deslocação (um terço das despesas são pagas pelos atletas e dirigentes).

E, antes de referirmos que se poderão estabelecer contactos entre o basquetebol e a natação portugueses com idênticas modalidades alemãs, conforme sublinhou Correia da Cunha, num plano intercâmbial tendente a valorizar o desporto português, assinala-se que através desta delegação ficamos a saber que o Saar tem três mil sócios, e que cada um paga cerca de 10 marcos por ano de quota.

César Grácio foi denunciado?

César Grácio e o dr. António Marques, este tesoureiro da Federação, informaram pormenorizadas sobre a forma como se terá processado a detenção do secretário-geral da F.P.F. António Marques adiantaria, na reunião com os jornalistas, que as suas palavras constituíam uma posição pessoal, e não deviam ser entendidas como, para já, ponto de vista da federação.

Sublinhou o transcendente papel desempenhado pelo embaixador de Portugal em Roma, dr. Virgílio Armando Martins, bem como do cônsul em Milão e até dos próprios dirigentes da Federação Italiana. Da conjugação destes esforços foi possível conseguir a libertação imediata de César Grácio, que foi condenado a oito meses de prisão suspensa

e multa de 1.206 contos. Foi um acto de generosidade da justiça italiana não ter sido exigido o depósito de qualquer caução.

Mais adiante referiu que os trinta mil dólares (antes de afirmar estar convicto que a detenção, no aeroporto de Malpensa, se pode ficar a dever a denúncia de um dos funcionários do hotel onde, em Turim, a equipa portuguesa se alojou, talvez «despeitado pelo facto de César Grácio não lhe ter dado gorjeta») ficaram retidos à ordem do Governo Italiano e só ficarão perdidos se o Supremo vier a confirmar a sentença, face ao recurso que está a ser elaborado pelo advogado da Federação Italiana, dr. Sordillo, hipótese em que a pena terá de ser cumprida e a multa liquidada, caso César Grácio volte depois disso a Itália. Até lá é livre de visitar aquele país como qualquer pessoa. Realçou, também, e que o processo poderá arrastar-se por quatro anos, com a esperança de que a lei que condenou César Grácio seja revogada.

No atinente aos trinta mil dólares foi garantido pela Federação Italiana que será estudada uma forma de a F. P. F. ser reembolsada do seu «cachet», o que poderá vir a ficar assente quando do Congresso da F.I.F.A., em Julho no Canadá, onde os representantes das duas Federações voltarão a encontrar-se.

Foi ainda esclarecido que, no caso de a sentença ser confirmada, César Grácio não corre o risco de ter de cumprir a pena (desde que não volte a Itália), uma vez que para delitos de natureza fiscal não existem leis de extradição. De qualquer modo espera-se que o caso venha a ter desfecho satisfatório.

BENFICA E SPORTING EM PONTA DELGADA

Encarnados e leoninos já se encontram em Ponta Delgada, onde hoje, a partir das 16 horas, se defrontarão na inauguração do Estádio Municipal daquela cidade da ilha de S. Miguel. Os doze mil lugares do campo estão vendidos, como noticiámos ontem em serviço especial recebido de Ponta Delgada. As equipas devem constituir conforme ontem adiantamos, e o facto de Dama ser hoje titular parece surpreender os especialistas do couro e muitos adeptos do futebol.

Futebol em parada

CRISPIM DEIXA O ACADÉMICO

Crispim deixará o Académico no final da época. É ponto assente desde anteontem, que o actual técnico da «Briosa» e capitão da equipa durante muitos anos confirmou ontem a um nosso colega da Imprensa desportiva.

A escassa disponibilidade de tempo poderá estar na origem da decisão tomada por Crispim, havendo já técnicos na agenda dos dirigentes conbricenses para a sua vaga. Mas nada está totalmente definido, e o abandono, no termo da temporada, das actividades que neste momento Crispim desempenha ao serviço do Académico, afastam desde já, e para evitar quaisquer especulações, aquilo a que se convencionou tratar de «chicotada psicológica».

SALVADOR EM BRAGA?

Em busca de reforços credenciados para a sua equipa, os dirigentes do Braga parecem estar interessados em Salvador. Para o efeito, prosseguem as negociações, aliás

Portugal-U.R.S.S.:

Intercâmbio e cooperação no Desporto

MOSCOVO, 21 Portugal e a União Soviética assinaram, em Moscovo, um acordo de cooperação no desporto anuncia a agência Tass.

O acordo prevê para este ano o treino de estudantes portugueses no Instituto de Cultura Física, seminários para treinadores e restante pessoal, que poderão estudar o movimento desportivo na U.R.S.S. E os desportistas soviéticos irão, por seu turno, a Portugal, a fim de participar em competições e efectuar um intercâmbio de conhecimentos durante sessões de treino.

Um dos principais grão-mestres do xadrez realizará ainda simultâneas, além de dar conferências em Portugal.

O secretário de Estado português do Desporto e Juventude, António Silva Graça, declarou, entretanto, a um correspondente da agência Tass, que o acordo será de grande importância para o desenvolvimento da cultura física em Portugal.

Portugal acrescentou — encontra-se numa das fases mais importantes do estabelecimento dos desportos e deseja utilizar os métodos dos países socialistas no desenvolvimento da cultura física e dos desportos de massas. (ANOP-Tass).

Nacionais de futebol

Jogos antecipados devido às eleições

A jornada do próximo domingo, relativamente aos Nacionais da II e III Divisões, além dos Nacionais de Juniores e Juvenis, bem como da prova de Iniciados, foi antecipada para sábado, uma vez que em 25 de Abril, como no pretérito ano, teremos eleições, embora as de Domingo sejam para a Assembleia da República.

Há, no entanto, encontros da Nacional da II Divisão que foram transferidos para quarta-feira (28), como adiante consta, enquanto para a I Divisão, e porque assim o determina o regulamento da prova, não são permitidas mais alterações, uma vez que não faltam mais que três jornadas para o termo do campeonato.

Vejamos, portanto, as antecipações:

Sábado — II Divisão — Feirense-Fafe, às 21.30 horas; Espinho-Alba, em Oliveira de Azeite; União de Leiria-Sintrense, em Vieira de Leiria.

III Divisão — Bombarralense-Alcanenense, em Peniche.

Juniores (II Divisão) — Benfica-Leixões, às 16 horas.

Juniores (II Divisão) — Penafiel-Chaves, em Lixa, às 17 horas.

Taça Nacional de Juniores — Sporting-Odivelas, campo de treinos de Alvalade, às 11 horas.

Iniciados — Chaves-Abambres, às 9.30 horas; Avintes-Leixões, às 9.30; Castelo Branco-U. Santarém, às 16; Sporting-Belenenses, no campo de treinos de Alvalade, às 9.30; CUF-Sesimbra, às 9.30.

Quarta-feira, dia 28 — II Divisão — União de Lamas-Riopele, às 16 horas; Varzim-Salgueiros, às 18; Oriental-Esp. de Lagos, às 16; Torres Novas-Marítimo, às 18.30; Lusitano-Sesimbra, em Montemor-o-Novo, às 16 horas.



Nacional

POR UMA POLÍTICA DE DESANUVIAMENTO

Membros do C.P.P.C. visitaram Moscovo

Esteve em Moscovo uma delegação do Conselho Português para a Paz e Cooperação Económica constituída pelo prof. dr. Carrington da Costa, coronel Monteiro dos Santos, Alcina Bastos, padre Teles Sampaio e Laura Lopes.

Na visita feita ao Instituto Central das Relações de Economia Mundial e das Relações Internacionais da Academia da U.R.S.S., o prof. Proektov, especialista em Segurança Europeia, salientou o esforço feito pelo povo soviético no sentido da consolidação da Paz e Cooperação entre os povos. Textualmente: «O Acordo de Helsínquia e o Acordo sobre a Alemanha Ocidental são considerados como actos muito importantes no domínio da paz e cooperação».

«Na realidade — prosseguiu o prof. Proektov — o Acordo de Helsínquia facilitou os contactos com os países da Europa, podendo dizer-se, sem exagerar, que nunca houve acordo tão importante para a Europa».

Sobre os resultados positivos do acordo de Helsínquia em que o Presidente Costa Gomes esteve presente, sublinhou o professor soviético: «Tanto na esfera política como na militar e científica, a cooperação está em franco desenvolvimento. Há uma tendência nítida de abrandamento nas relações internacionais».



Membros do CPCC estiveram em Moscovo. A delegação era constituída pelo coronel Monteiro dos Santos, prof. Carrington da Costa, dr. Alcina Bastos, dr. Laura Lopes e padre Teles Sampaio

«As divergências que ainda existem — acentuou — serão ultrapassadas não por soluções militares mas por relações cordiais».

Pensamento expresso pelo prof. Proektov, este clima político criou também um novo clima para o desarmamento, apesar de haver forças no Mundo Moderno que não querem abandonar a «guerra fria».

Em presença da delegação portuguesa, salientando que

não há objectivo mais elevado do que a luta pela paz, o professor soviético, especialista em Segurança Europeia, comentou no entanto, haver ainda milhares de pessoas que participam no fabrico de armas e mais de 12 milhões e meio de cientistas a trabalhar em armas de guerra.

«Apesar de tudo — pesou o prof. Proektov — foram já conseguidos acordos para desarmamentos parciais».

Apelando para que todos os países independentemente do seu tamanho trabalhem para a paz, sublinhou que os «cientistas soviéticos e o Governo estão confiantes em que a política do desanuviamento triunfará e a Humanidade ficará sem medo de novas guerras. Para isso é necessário esclarecer os povos acerca do conteúdo dos Acordos de Helsínquia para que possam compreender o seu sentido progressista».

Lei sobre estrangeiros causa

preocupações entre emigrantes

PARIS (especial para o «DL») — «Portugal pode e deve ser um País de asilo», afirmou o ministro Melo Antunes, ao semanário «O Jornal». Para os emigrantes portugueses, ex-refugiados em França, esta declaração foi recebida com simpatia, dadas as notícias que ultimamente têm chegado sobre as dificuldades e as medidas de regularização de que têm sido objecto os «refugiados políticos» em Portugal.

O decreto-lei tornado público a 2 de Março, permitindo a expulsão dos «estrangeiros», foi sentido entre os diversos círculos da emigração como uma ofensa para todos aqueles que tiveram de se refugiar no estrangeiro durante o fascismo.

As medidas legislativas relativas aos «estrangeiros que tiverem atentado contra a segurança nacional», não visam impedir a acção de agentes de potências estrangeiras. Os agentes da CIA não têm problemas de «regularização». Se não merece dúvida que num processo como aquele que se vive em Portugal, certos «profissionais do exílio» passeiam nas «regiões onde se passam coisas», isto não justifica medidas repressivas contra a totalidade dos refugiados vítimas,

na sua grande maioria, dos regimes de terror da América Latina.

Um grupo de emigrantes lançou uma petição onde afirma que o decreto-lei é uma medida perigosa para os próprios portugueses porquanto, «os governos dos países onde se encontram os dois milhões e meio de portugueses que, constringidos a emigrar são hoje «estrangeiros» em todos os continentes do globo, não deixarão passar a ocasião de opor às nossas justas reivindicações o exemplo que lhes é dado pelo Governo do nosso País».

Os signatários perguntam: «Como pode um país — que é talvez, proporcionalmente, o maior «produtor de estrangeiros» do mundo — permitir-se rigores em relação aos estrangeiros? Assim é antes de mais em «legítima defesa» que manifestamos apreensão enérgica e radicalmente, perante uma tal medida (...) Não queremos deixar de denunciar desde já o uso que poderá ser feito deste decreto contra os refugiados políticos que procuram asilo em Portugal depois do 25 de Abril, e que hoje conhecem a sorte que ainda ontem, durante o período fascista, conheceram milhares de exilados portugueses».

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa a que se refere o processo 8/57460, arquivo 4, para o estabelecimento em Dois Moinhos, freguesia de Melides, concelho de Grândola, de uma linha aérea a 30 kV com 337 metros do apoio n.º 132 da linha Santiago-Melides ao posto de transformação n.º G-26 da Federação de Municípios do Distrito de Setúbal em Dois Moinhos.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 8 de Abril de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/56494, arquivo 4, para o estabelecimento nos concelhos de Paredes e Valongo, de uma linha aérea a 15 kV, com 4220 metros, da subestação de Valongo ao apoio n.º 12 da linha Rebordosa-Recarei da Eléctrica Duriense, Ld.º.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral ou nas Secretarias daquelas Câmaras Municipais, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 8 de Abril de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/57503, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Santo Isidro, concelho do Montijo, de uma linha aérea a 15 kV com 20 m, do apoio n.º 12 da linha para o posto de transformação de Anacleto Silva Valente ao posto de transformação da Federação de Municípios do Distrito de Setúbal n.º MJ-38 no lugar de Foros do Trapo.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 8 de Abril de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Moita em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa a que se refere o processo 8/57421, arquivo 4, para o estabelecimento no lugar de Brejos da Moita, freguesia e concelho da Moita de uma linha aérea a 30 kV com 687 metros do apoio n.º 8 da linha para o posto de transformação de Barra Cheia ao posto de transformação de Brejos da Moita (posto de transformação MT 53) da Federação de Municípios do Distrito de Setúbal.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 6 de Abril de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/32669, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Santo Isidro, concelho do Montijo de uma modificação da linha aérea a 15 kV para o posto de transformação de Anacleto Silva e Valente, sem aumento de comprimento, introduzindo dois novos apoios.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 8 de Abril de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa a que se refere o processo 8/57464, arquivo 4, para o estabelecimento na Venda da Caveira, freguesia de Melides, concelho de Grândola, de uma linha aérea a 30 kV com 105 metros do apoio n.º 14 da linha para o posto de transformação da Colónia Penal Pinheiro da Cruz ao posto de transformação n.º G-22 da Federação de Municípios do Distrito de Setúbal em Venda da Caveira.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 8 de Abril de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

Geral

Padre de A Ver-o-Mar protesta contra Arcebispo

O padre Ângelo de Faria da Venda, pároco de A Ver-o-Mar (Póvoa de Varzim) continua a exigir ao arcebispo de Braga, D. Francisco Maria da Silva, que ordene a anulação da pena de excomunhão que lhe aplicou e dê, assim cumprimento a uma determinação de 2 de Outubro de 1975, da Sagrada Congregação do Clero, de Roma.

Mas, numa carta enviada ao pároco de A Ver-o-Mar, o arcebispo de Braga não deixa de manifestar estranheza pela resolução superior (que não cumpre) e tece considerações sobre «o estado de alma» em que o sacerdote de encontra.

O acidente da Puerta de Hierro

Apenas quatro dos portugueses feridos no acidente de Puerta de Hierro se encontram ainda internados, três no hospital clínico da Cruz Vermelha e um na Clínica Concepción. São eles, Carolina Gomes, Olimpia da Conceição Gonçalves, Albertina Maria e Amadeu Joaquim Gonçalves. Maria Lúcia Simões, uma das pessoas que sofreu lesões de maior gravidade, foi transferida entretanto para Lisboa.

O nome desta vítima do acidente claramente indicado nos telegramas que recebemos de Madrid não consta, porém da lista dos funcionários da Sacor que seguiu na excursão, nem figura na lista dos passageiros da Agência Abreu que a organizou.

Educação em Angola

Continuação da pag. 10

gestão como seu privilégio; eles devem conjuntamente com todos os trabalhadores participarem na mesma».

Nesta ordem de ideias, «A Escola deverá promover, acompanhar a implantação do poder popular, a sua ligação cada vez mais profunda com as comissões de trabalhadores, sindicatos, comissões populares de bairros, frentes de Kimbos e Libates e os órgãos de poder popular de escalão superior que forem surgindo».

Finalmente deverá instituir-se no seio da Escola (o princípio da crítica e autocritica, o princípio da liberdade de discussão prévia, da submissão à vontade da maioria depois da tomada de decisões, que se traduz na prática pela obrigação de todos, mesmo aqueles cuja opinião foi derrotada, levarem à prática com o máximo de esforços as resoluções tomadas pela maioria. Também o princípio da submissão dos organismos inferiores aos organismos superiores e da eleição da base ao topo podem e devem ser adaptados e aplicados na Escola».

BARES • BOITES

DANCINGS

NINA — Dancing com atrações. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859/368197. Rosy Strip-teaseuse

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264946

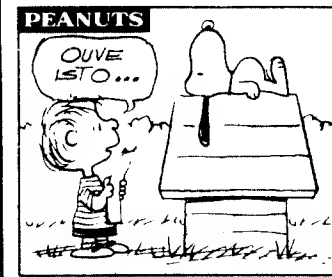
Para cuidar do «seu próprio estado de alma» é a resposta do pároco de A Ver-o-Mar que lembra a desobediência àquela Santa Congregação por parte de D. Francisco Maria da Silva.

Mas não é só com o pároco de A Ver-o-Mar que o arcebispo de Braga está em conflito. Também o cônego António Luis Vaz e os padres Júlio Vaz Carlos Salgado Vaz, Manuel Magalhães dos Santos e António Sousa Fernandes já recorrem para o Papa da sentença que o Supremo Tribunal da Signatura Apostólica confirmou. Estes cinco sacerdotes foram acusados de alimentar «uma campanha permanente contra a autoridade da Igreja e a unidade eclesial». Tudo começou com declarações conjuntas prestadas ao jornal «A Capital» em Dezembro de 1972. Os cinco sacerdotes acusam, por sua vez, o arcebispo de Braga de ter prestado falsas declarações às instâncias eclesiásticas superiores.

TIMOR: ESPERADA PARA HOJE A DECISÃO DA O.N.U.

NAÇÕES UNIDAS, 21 (FP e R) — Poderá ser apresentada hoje no Conselho de Segurança da O.N.U. uma resolução pedindo à Indonésia que retire «sem mais demoras» as suas forças de Timor-Leste. Os trabalhos, interrompidos ontem, depois de uma breve sessão, começam hoje às 15.30 (16.30 de Lisboa). A proposta deve ser apresentada pela Guiana e Tanzânia e possivelmente por vários outros Estados membros. A resolução pediria também ao secretário-geral da O.N.U., Kurt Waldheim, que mantivesse a missão de paz em Timor-Leste do seu representante, Winspeare Giucciardi.

Fontes diplomáticas afirma-



Ponta de cigarro ateou um fogo em Vila Real

PORTO, 21 — Ontem de madrugada, pouco depois das 2 horas, manifestou-se incêndio num prédio de rés-do-chão e dois andares, do largo dos Bombeiros Voluntários, em Vila Real, onde se encontra instalada a Direcção Escolar e, ainda, a sede do C.D.S. e o Sindicato dos Professores daquele distrito.

O sinistro, que teve origem no segundo andar onde se encontra a Direcção Escolar, destruiu todo o recheio deste departamento.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado, o vento era fraco e havia neblina em várias regiões

TEMPERATURAS EXTREMAS

RÉGUA
Máxima 19,5°
PENHAS DA SAÚDE
Mínima 0,8°

PREVISÃO GERAL ATE AS 24 H. DE AMANHÃ

Períodos de céu muito nublado; vento fraco, ocorrência de alguns aguaceiros que poderão ser acompanhados de trovoadas durante a tarde nas regiões do interior

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H
PORTO 14°
P. DOURADAS 14°
COIMBRA 14°
PORTALEGRE 9°
LISBOA 13°
FARO 15°
FUNCHAL 15°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR
9.54 3,3 m
22.18 3,3 m
Dia 22
BAIXA-MAR
3.10 1,6 m
15.35 1,8 m
Dia 23
5.43 1,6 m
18.03 1,7 m

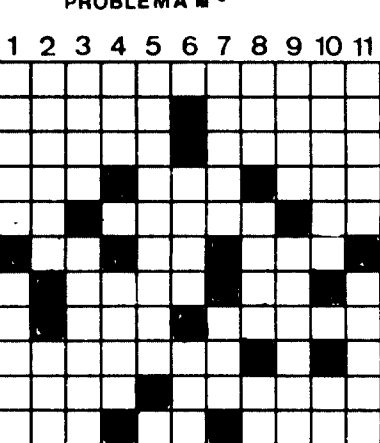
AMANHÃ
NASCER ÀS 6.51
OCASO ÀS 20.21
DIA 21 DIA 29 DIA 7 DIA 13

palavras cruzadas

COM PROVÉRBO

HORIZONTAIS:

- Fixáramos.
- Aproximavam. Em excesso.
- Velho. Castigos.
- Pequena bigorna de aço sem hastes. Regra. Apellido.
- Sufixo que designa estado. Tornos. Seguir.
- Antes de Cristo. Batráquio. Corcovo.
- Vila e sede de concelho (Portalegre). Pronome pessoal.
- Hora canónica correspondente às quinze horas. O Arão da Bíblia.
- Assassinamos.
- Paixão. Certo jogo de cartas.
- Isolados. Bário (s.q.). Tempo do verbo ser



VERTICAIS:

- Com intensidade. Furtas com subtilidade.
- Caminhar. Patrão.
- Apelido. Ângulos.
- Cabelos brancos. Explodir.
- Achatar.
- Das avós de alguma coisa em voz alta. Escava.
- Ateu. Sua Senhoria.
- Cidade da Alemanha. Ocultar.
- Jazigo (de minerais). Desculpa.
- Gênero de mamíferos pinípedes do Pacífico e dos mares do Sul. Quinhentos e um em romano.
- Pessoa muito parecida com outra. Atravessar

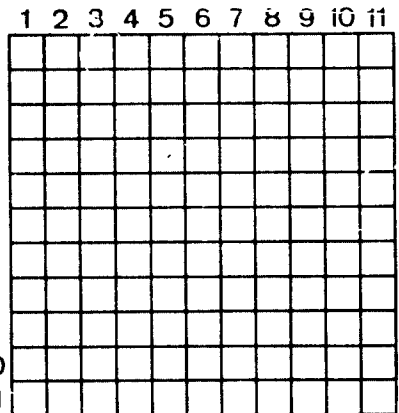
Resolheu completamente este problema? Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º

HORIZONTAIS:

- Cobarde
- Esquadras.
- Seiscentos em romano. Cidade da Colômbia Fedor (Bras).
- Larva das feridas dos animais. Recusa.
- Sobra. Ri sem ruído.
- Dê mios. Preposição e artigo definido. Escudeiro.
- Circulem Pronome pessoal.
- Confusão. Campeão.
- Em a. Madrugadas.
- Grande mar (pl).
- Passes grandes dificuldades (Bras). Percebe.



VERTICAIS:

- Rio de França. Bengalas
- Cidade de Itália.
- Batráquio. Agarrar. Língua antigamente falada ao sul do rio Loire.
- Donzela de Orleans. Errado
- Magnetizo. Da parte de cá.
- Guarda segredo. Fetesai.
- Detestável. Cada uma das partes dissociadas pela corrente eléctrica.
- Palavra latina pela qual começam muitos documentos pontifícios de interesse para Portugal.
- Golfo também chamado Xeros.
- Golfo também chamado Xeros.
- Nome de mulher. Pega.
- Versos.
- Tempos. Catedral.

HORIZONTAIS:

- Fiada Lacar.
- Artur Anote
- Irma Amo
- DUIRO MC Ela
- Alia. Moa
- Ma Cairo. DE
- Carroca
- Cro Così Or
- Aaz Orca
- Siem Dosear.
- Aar. Pesaria

VERTICAIS:

- Fardam Casa.
- Ir Uba Raia.
- Atira COZER.
- DURO Ca
- Arm Marco
- Amor DE
- La Caros. Os.
- Ana Ociosa
- COMER Rer.
- Atol. Ocai.
- Re Aterrara

VERTICAIS:

- Sas Porca.
- Apolo Aviar
- Laparo Agia.
- Arau Clamo
- Da Rego.
- Assacar Mad
- An Ale
- Sc. Assim Im
- Aans Odioso
- Dr. Assaltar
- Oasis Soara.

HORIZONTAIS:

- Salada. Sado.
- Aparas Cara
- Sopa. Se
- Laura Asai.
- For Ecas SS.
- Gansos
- Pa. Cor. Idas.
- Oval. M-lo.
- Riga Ma Ota.
- Caim Alisar.
- Arau. Demora.

PROVÉRBO. DURO DE COZER. DURO DE COMER

Comunicado da O.U.A. Auxílio da O.N.U. a refugiados angolanos é manobra de Petrória

ADIS-ABEBA, 21 (ANOP)

A Organização da Unidade Africana (O. U. A.) pediu ao alto-comissário da O. N. U. para os refugiados que renunciem à sua intenção de conceder auxílio aos chamados «refugiados de Angola» — revela um comunicado ontem divulgado por aquela Organização na capital etíope, onde a O. U. A. tem a sua sede. O comunicado sublinha que a SWAPO (movimento de libertação da Namíbia, reconhecido como tal pela O. U. A.) condena igualmente a decisão de auxílio aos refugiados de Angola, porque a considera uma manobra por detrás da qual se encontra o regime racista da África do Sul.

O comunicado lembra que o facto de o alto-comissário ter decidido o auxílio aos refugiados de Angola na forma como o fez constitui o reconhecimento do regime ilegal sul-africano na Namíbia, visto que essa decisão foi tomada por efeito de um pedido nesse sentido apresentado pela representação sul-africana em Genebra. Por fim, o comunicado condena o

facto de tal decisão ter sido tomada sem consultar a O. U. A. nem o Conselho da Namíbia.

VAAL NETO EM LISBOA

Hendrick Vaal Neto, militante de cúpula da F. N. L. A. e antigo secretário de Estado no Governo de Transição de Angola, encontra-se desde ontem em Lisboa — segundo revela a ANOP. Em declarações a esta agência, Vaal Neto sublinhou o carácter não oficial da sua deslocação a Lisboa, onde se encontra «em trânsito», segundo disse. «Mas» afirmou «não quis deixar perder esta oportunidade de contactar com alguns irmãos, dos milhares refugiados de Angola.» Afirmando que dentro de uma semana regressaria «ao interior de Angola», negou que o recente congresso da F. N. L. A. tivesse decidido o afastamento de alguns dos mais destacados membros da F. N. L. A., e declarou que ainda sobrevivem relações de cooperação entre o seu movimento e a U. N. I. T. A.

Teatro e Cinema

LISBOA

TURNO I-1

ATÉ ÀS 22 HORAS

AJUDA
Lopes Ribeiro, R. do Cruzeiro, 117 (T.633288)

ALTO PINA
Pais, R. Abade de Faria, 22-A (T.723965)

ALTO DE S. JOÃO
Oriente, R. Lopes, 120 (T.8433881)

AREIRO
Galeno, Av. Oscar Monteiro Torres, 38-A (T.774920)

ARROIOS
Pancada, R. Rebelo da Silva, 9 (à R. Pascoal de Melo) (T.43340)

BAIRRO ALTO
Barreto, R. do Loreto, 24-30 (T.327284)

BAIRRO DA ENCARNÇÃO
Zira, P. Casas Novas, lote 66 (T.310172)

BENFICA
Marques, E. de Benfica, 648 (T.700096)

CAMPO DE OURIQUE
Urbano de Freitas, R. Silva Carvalho, 1-9 (T.662838)

GRAÇA
Silva, C. de Santo André, 16 (T.862074)

LUMIAR
Alameda, Al. das Linhas de Torres, 201-B (T.790942)

PENHA DE FRANÇA
Zema, R. General Justiniano Padrel, 21 (à C. dos Barbadiños) (T.832580)

S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Sagres, Av. Luís Bivar, 69 (T.47213)

TURNO I-2

TODA A NOITE

ALCANTARA
Lealdade, R. do Olival, 226 (T.663441)

ALTO PINA
Eusil, R. Barão de Sabrosa, 104 (T.841012)

ALVALADE
Libia, Av. da Igreja, 4-B (T.711681); Chinde, R. Agostinho Lourenço, 6-B (T.710331); Aguiar, Av. Colúmbano Bordalo Pinheiro, 98-A (T.768343/764629)

ANJOS
Intendente, L. Intendente Pina Manique, 50 (T.47838)

AVENIDAS NOVAS
Cosmos, Av. João Crisóstomo, 44-C (T.40592)

BAIRRO DA LIBERDADE
Salutar, R.B., 75-A/B (T.683694)

BAIXA
Unifa, R. da Vitória, 21 (T.323793)

CAMPOLIDE
Gomes, R. Rodrigo da Fonseca, 101-A (T.682333)

CAMPO DE OURIQUE
Findor, R.D. Maria Pia, 514 (T.687949)

RESTELO

Higilux, R. do Pedrouços, 50 (T.610280)
XABREGAS
Madre de Deus, R. da Margem, 15-B (ao Bairro do Grilo) (T.382470)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS

Almeida Nifo, Av. C.G. Guerra, 64 (T.2112070)

PAÇO DE ARCOS
Pargana, Av. Eng. Bonneville Franco (T.2435147). Até às 22 horas

OEIRAS
Oeiras, L. Henrique Paiva Couceiro (T.2430485). Toda a noite

NOVA OEIRAS
Leal, Até às 22 horas

CARCAVELOS
Central, Toda a noite

S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboim, 29-B (T.260085). Até às 22 horas

PAREDE
Grincho, Av. da República, 87 (T.2471204). Toda a noite

AMOREIRA
Amoreira, Até às 22 horas

ESTORIL
Parque, Arcadas do Parque, 3 (T.260191). Toda a noite

CASCAIS
Cascais, R. Conde de Monte Real, B. das Caixas (T.282407). Até às 22 horas; Misericórdia, R. Regimento 19, 41 (T.280141). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA

Dias, Av. Marquês de Pombal, 9 (T.934589); Campos, R. Elias Garcia, 185 (T.930072); Clabel, R. António Sardinha, 23-D (T.938551)

DAMAIA
Confiança, E. Militar, lote D (T.9710231)

VENDA NOVA
Girassol, R. Elias Garcia, 17-C (T.974161)

QUELUZ
Queluz, Av. Miguel Bombarda, 123-A (T.951841)

CACÉM
Rodrigues Garcia, Av. dos Bons Amigos, lote 5-D

MEM MARTINS
Quimã, E. de Mem Martins, 285 (T.2910012)

S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)

SINTRA
Simões, Estefânia (T.2930832)

COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE

Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (T.234100)

ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (T.204020)

ALMADA
Central, R. de Oliveira, 11-B (T.2750504)

BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E. Nacional, 178-B (T.2040302)

BARREIRO
Higiene, R.D. Manuel I, 178 (T.2073017)

COVA DA PIEDADE
Louro

MOITA
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T.239025)

MONTJO
Moderna, R. Bulhão Pato, 60 (T.2310156)

SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T.2233471)

SETUBAL
Lisboa, R. Dr. Paulo Borba (T.22248); Saião, Av. Portela (T.22709)

SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (T.2218560)

PORTO

TURNO 27

ATÉ ÀS 22 HORAS

Martino, Sucr., P. Marquês de Pombal, 122. Pombeiro, Campo dos Martires, da Patria, 152. Prelada, R. Central de Francos, 316. Ameal, R. do Ameal, 1227. Campo Alegre, R. do Campo Alegre, 723. Peninsular, R. Chã, 100. S. Lazaro, Av. Rodrigues de Freitas, 297

TODA A NOITE

Melo Taveira, R. Alcide Faria, 77. S. Roque da Lameira, R. de S. Roque da Lameira, 1111. Sa da Bandeira, R. de Sa da Bandeira, 236. Ferreira da Silva, R. dos Martires da Liberdade, 150

COIMBRA

Montes Claros, R. Dr. António José Almeida, 69. 91.25904; Viegas e Coelho R. da Sofia, 19 (T.22089)

cinemas

CASTIL

T.530194 15.30, 18.30, 21.15

Int. a men. 18 anos

Catherine Deneuve, Bernadette Lafont

NOITADAS DE PARIS

(Zig Zag)

IMPÉRIO

T.555134 15.15-18.30 e 21.15

Estreia 21.15

Lando Buzzanca e Bulle Ogier EU e ELE

Colorido e extraído do livro homónimo de Alberto Moravia

Não acons. a menores de 18 anos

As 18.30 Sessão Clássica O BEIJO

Interdito a menores de 18 anos

POLITEAMA

T.326305 14.15, 16.30, 19 e 21.30

Não acons. a menores de 18 anos

Em continuação de estreia

DECAMERON N.º 2

Sexualmente é uma grande audácia

VOX

T.720808 14.15, 16.30, 19.00, 21.15

4.ª Semana

DECAMERON N.º 2

Os Contos Eroticos de Boccaccio

ROMA

T.727778 14.00, 16.00, 19.00, 21.15

Para todos

OS DOIS MISSIONÁRIOS

c/ Bud Spencer-Terence Hill

2.ª Semana

BIBLIOTECA NACIONAL

As 18.30, 21.30

Preço 10\$00

RIO SEM REGRESSO

River of no Return

PALÁCIO FOZ

As 15.00, 18.00, 21.00

IMAGES

A Sombra do Duplo Amante

Realização de Robert Altman (Estados Unidos, 1972)

Interpretação de Susannah York e René Auberjonois

Um filme que não tem outra mensagem que não seja a de ser um filme...

Interdito a menores de 18 anos



1.º Programa

15.00: Pánel da tarde; 18.00: Música portuguesa; 19.00: Campanha eleitoral; 20.30: Melodias; 21.00: Pánel da noite; 00.00: Último jornal; 00.30: Retrospectiva; 01.00: Saída e encerramento dos Paradaísos do Porto, Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, Viseu, Ponta Delgada e Horta - música na noite; 02.00: Música na noite.

2.º Programa

16.00: Sonatas; 16.45: Árias de óperas; 17.15: Música de Boccherini e Mozart; 18.00: Pequenas obras de grandes compositores; 18.30: A Serenata em do maior, op. 48, de Tchaikovsky; 19.00: Música do século XX; 20.00: A cravista Egida Giordani Sartori; 20.20: Música de câmara; 21.00: Cantata cênica «A Lua», de Orff; 22.15: Uma suíte para dois pianos; 22.40: Música sinfónica; 23.00: Mudança do MF 2 de Mono para Estéreo - intercâmbio musical; 23.29: Canções do ciclo «Via gem de Inverno», de Schubert, sobre poemas de Wilhelm Müller; 23.53: Música sinfónica, de Tchaikovsky; 00.38: 3 Prelúdios e Fugas, do 1.º Caderno do «Cravo Bem Temperado», de Bach; 01.00: Fecho.

3.º Programa

16.00: Emissão nacional - ela por elas; 16.30: Vamos ao médico, com o dr. José Matildes (repetição); 18.00: Emissão regional - contacto - teatro trágico, dos Paradiantes de Lisboa; 20.15: Folhetim: «A Queda de um Anjo» (repetição); 21.00: Música, som música; 21.30: Quando o telefone toca; 23.00: A música e as vozes.

4.º Programa

16.00: Música variada; 17.00: Canções; 18.00: Apenas música; 19.00: Em órbita; 20.00: Orquestras; 21.00: Concerto; 22.00: Auditório; 24.00: Prisma; 02.00: Fecho.

CALEIDOSCÓPIO

T.795093 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Para todos

UM DIA NAS CORRIDAS

Com fabulosos, os únicos, IRMÃOS MARX um filme de Sam Wood

EDEN

T.320768 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Para todos maiores de 6 anos

OS DOIS MISSIONÁRIOS

Um filme de Franco Rossi

Bud Spencer-Terence Hill

O Espectáculo do ano!

2.ª semana

ODEON

T.326283 15.15-18.15 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

2.ª Semana de sensação

lotações esgotadas

AS NOITES LOUCAS

DO HOTEL LUI MEL

c/ Isabella Biaggini e Ninello Davoli

Segredos sexuais revelados por um huraco escondido

APOLO 70

T.763319 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Não acons. a men. de 13 anos

A HISTÓRIA DE FERNÃO

CAPELO GAVOTA

17.ª Semana

Hoje às 24 H. Grupo D M. 18 anos

LUA VERMELHA

De Roy Word Baker

CASINO ESTORIL

T.264621 17.00, 21.15

Int. men. 18 anos

KERMESSE EROTICA

S. JORGE

T.54153/4 15.15, 18.15, e 21.15

De novo o inspector Clouseau

O REGRESSO DA PANTERA

COR-DE-ROSA-

Com Peter Sellers

Para Todos

RESTELO

T.610375 21.00

Não acons. a menores de 13 anos

INICIAÇÃO SEXUAL

DE CASANOVA

AVIS

T.47163 Estreia às 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

O ÚLTIMO BEIJO

Não acons. a menores de 13 anos

2 RAPARIGAS NUM PIJAMA

ESTÚDIO

15.30, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

A INGLESA ROMANTICA

um filme de Joseph Losey

7.ª semana

ESTÚDIO 444

T.779095 14.30, 16.45, 19.00, 21.15

Interdito a men. de 18 anos

TODA A NUDEZ SERÁ CASTIGADA

3.ª semana

c/ Darlene Gloria

MUNDIAL

T.538743 Hoje às 21.15

Noite de estreia

Não acons. a menores de 18 anos

Um filme de grande actualidade

RESGATE

Enrico Maria Salerno e Lee J. Cobb

Em ALHOS VEDROS o DIÁRIO DE LISBOÁ vende-se na TABACARIA MODERNA

UNIVERSAL

T.774402 15.00, 19.00, 21.00

Não acons. a menores de 13 anos

às 15 h. 19 h., 21 h.

(N. acons. men. 13 anos)

CHINA VIZINHA

00.30 h.



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 18, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDAÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 41
TELEF. 321154/5, 320211/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DÍGUA TELEF. 12363
LISBOA-PORTUGAL

Kaunda e Machel discutem libertação da Rodésia

Após um dia de conversações com o presidente Samora Machel, de Moçambique, o presidente zambiano Kenneth Kaunda foi ontem à noite obsequiado com um banquete oficial. Kaunda — o segundo chefe de Estado africano depois de Julius Nyerere da Tanzânia a visitar oficialmente Moçambique após a independência deste país — havia chegado ao Moputo na manhã de ontem, tendo sido recebido no aeroporto da capital por Samora Machel.

É convicção generalizada que a questão rodésiana e o problema do auxílio aos movimentos de libertação da África Austral estão no centro das negociações entre os dois presidentes, considerando-se que esta semana será crucial para os destinos da Rodésia.

Kenneth Kaunda, que ainda há bem pouco tempo e nomeadamente em relação a Angola

assumiu posições pró-imperialistas, afirma-se agora decidido a dar todo o seu apoio aos movimentos de libertação e aprovou recentemente uma declaração de Julius Nyerere, da Tanzânia, o qual afirmou que a única saída existente para a libertação da Rodésia é a luta armada. A igual conclusão chegou um grupo de membros do Comité Especial da O.N.U. sobre Descolonização, que recentemente se deslocou à África Austral. O presidente do Comité, que chefiou o referido grupo, Salim Ahmed Salim, da Tanzânia, declarou em Dar-Es-Salaam que a luta armada era a única solução para a Rodésia. Replicando a estas declarações, um informador da O.N.U. em Nova York afirmou que qualquer decisão sobre se a O.N.U. deve ou não apoiar a luta armada contra o Governo monitório branco da Rodésia tem de ser decidida pelo Conselho de Segurança.

Enquanto isto, o jornal britânico «Daily Express» (conservador) anunciava em primeira página que centenas de toneladas de armas soviéticas estão a ser embarcadas há, pelo menos, um ano para a África Oriental, via portos britânicos. As armas estavam a ser enviadas sob o disfarce de «maquinaria agrícola». As fontes indicadas pelo jornal são «notícias de agentes de navegação experientes em África».

Por seu lado, o ministro dos Negócios Estrangeiros do «gabinete sombra» (isto é, do gabinete da oposição conservadora), Reginald Maulding, pediu que o Governo de Londres protestasse contra o ataque de guerrilheiros que anteontem cortou as principais vias rodoviárias e ferroviárias de ligação da Rodésia à África do Sul.

O ataque — o primeiro grande ataque no Sueste da Rodésia fez surgir em Salisbury o receio de que a tática dos guerrilheiros nacionalistas seja agora a de causar o estrangulamento económico do país, mediante o encerramento das únicas ligações importantes que a Rodésia mantém com o Mundo. O certo é que quarenta e oito horas depois desse ataque — reivindicado pela facção N'Komo do Conselho Nacional Africano — ainda se encontra encerrada a estrada principal da Rodésia para a África do Sul, embora tenha já recomeçado o tráfego ferroviário.

O bispo Abel Morozewa, dirigentes da facção exterior do Conselho Nacional Africano, em declarações prestadas ontem em Lusaka condenado entretanto a próxima viagem do secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, a África, denunciando-a como uma tentativa de salvar o «imperialismo americano» no continente. O bispo atacou igualmente o seu rival, N'Komo, e declarou que se recusará a avistar-se com Kissinger.

Referindo-se ao ataque dos guerrilheiros rodésianos, declarou ter sido obra de um grupo composto de elementos de facções até agora rivais.

Jorge Campinos ao "D.L."

Continuação da pág. 1

P.S. A viragem teve lugar quando da visita do Mário Soares, que foi agredido pelos extremistas de direita com ovos e tomates, com insultos e ameaças físicas. As populações do Funchal e da Madeira reprovaram estes acontecimentos e a partir daí começaram a dar maior apoio ao P.S. Hoje em dia é frequente ver-se na cidade pessoas com emblemas do P.S., sem medo.

No entanto, e independentemente desta modificação, a campanha eleitoral aqui não é fácil. Ainda anteontem à noite

fui a uma certa localidade para fazer uma sessão de esclarecimento na escola dessa aldeia, que tinha sido anteriormente posta à disposição do P.P.D. e do C.D.S. e que foi recusada ao P.S.

Imagino que se os outros partidos de esquerda se apresentarem nessa mesma escola, a sala lhes será recusada pela professora.

DL — Jorge Campinos, para terminar, pretende fazer mais alguma declaração?

JORGE CAMPINOS — Eu quero agradecer a possibilidade de que me é oferecida pelo

«Diário de Lisboa», dado que infelizmente os órgãos de Comunicação Social não dão a meu ver cobertura suficiente ao que se passa na Madeira. Essa cobertura era tanto mais importante quanto é certo que os partidos democráticos e progressistas não dispõem de uma imprensa local.

Entrevista
de J.CÂNDIDO
DE AZEVEDO

Manuel Serra (F.S.P.)

A F.S.P. não tenciona desistir da sua candidatura — afirmou Manuel Serra ontem à tarde numa conferência de imprensa dada pela sua organização na Gulbenkian. «A F.S.P. pensa ir até à boca das urnas para dar possibilidades de opção às massas populares, às massas trabalhadoras».

Serra teria palavras duras para os «partidos que alienam e enganam o povo, defendendo os interesses estrangeiros no nosso País» — «Nos temos — diria — consciência de que, ao

Ir até à boca das urnas

realizar-se no coração do capitalismo o projecto revolucionário português, é muito importante. Portugal pode ser o despoletador de uma nova época na Europa».

O que a campanha eleitoral tem sido para a F.S.P. — disse-o o seu principal dirigente: «nem sempre tem corrido em situação de plena liberdade, em virtude de em muitas regiões os partidos fascistas e fascistas terem, utilizado muita da liberdade dada pela jovem democracia de 25 de

Abril para provocarem os partidos de esquerda, os partidos ligados à classe trabalhadora». Citou dois partidos em questão: o C.D.S. e o P.P.D.

Lembradas as eleições de há um ano: «Foi uma tragédia para o processo revolucionário português o acto eleitoral de 75 — disse Serra — Não porque o nosso povo seja reaccionário ou apoie os partidos que o exploram, mas porque foi enganado julgando votar nos seus defensores, quando votava nos seus algozes».

Andrade e Silva em Lisboa

O capitão Andrade e Silva encontra-se já em Lisboa para apuramento do sucedido no Funchal na madrugada do dia 18 do corrente: um tiro, por ele disparado, tirou a vida ao madeirense José Oscar Vasconcelos.

Eis, em resumo, o incidente: aquele oficial, no restaurante «Avião Novo», foi, a certa altura, provocado por quatro indivíduos. Esses indivíduos cobriram de insultos a ex-Polícia

Militar — e quando Andrade e Silva se encontrava já na rua aconteceu que os quatro indivíduos o começaram a perseguir.

Andrade e Silva, completamente isolado, puxou da arma e por três vezes disse aos perseguidores que se continuassem com os seus intentos dispararia. Os quatro continuaram com as suas invectivas — e, então, o oficial disparou. E Oscar morreu.

Imediatamente Andrade e Silva foi detido, sendo-lhe dito que os autos correriam em Lisboa. Recorde-se aqui que Andrade e Silva teve um papel preponderante em Vendas Novas, no Regimento ali localizado, quando da eclosão, do 25 de Abril de 1974. Mais tarde, quando colocado em Évora, foi um grande auxiliar da Reforma Agrária, conquistando a admiração dos trabalhadores agrícolas.

Garante o P.S.

Criança anavalhada por militantes do C.D.S.

Uma criança foi ferida à navalhada por um elemento do C.D.S. Ocorreu em Vieira do Minho e anteontem. A denúncia vem do gabinete de Imprensa do P.S.

«Elementos de um partido (o C.D.S.) que é dos que mais fala de paz, amor, concórdia e felicidade, agrediram com navalhas um grupo de crianças, uma das quais, ao defender-se de um dos assassinos em potência que a procurava atingir no pescoço, foi atingida numa das mãos, ficando ferida» — diz o texto do P.S.

«Sem compreenderem a sã e homicida dos homens do C.D.S., as crianças, pelo instinto de defesa, fugiram para uma casa vizinha onde foram perseguidas pelos agressores, valendo-lhes a intervenção do proprietário que susteve os sanguinários de arma aperrada».

Ainda segundo a informação (e veemente protesto) do P.S., tudo se passou porque «a criança, na sua ingenuidade, saudou de punho cerrado» a caravana do C.D.S., que passava.

C.C.T. da Previdência

Rui Machete aceita proposta da Comissão Negociadora

Ontem à tarde Rui Machete acedeu a satisfazer as exigências da Comissão Negociadora da Contratação Colectiva de Trabalho da Previdência. Entre os pontos mais significativos em que os trabalhadores se vêem contemplados salientam-se: o acesso do pessoal do quadro complementar ao administrativo só a partir de 1977 dada a necessidade de organizar os cursos de aptidão; o fim dos cursos selectivos passando dos escalões nos escriturários a ser estipulados

por antiguidade na Previdência com diuturnidades de três em três anos até aos 15 anos de Previdência.

A tabela salarial aceite é exactamente a mesma que a Comissão Negociadora entregara ao MAS, salvo nos mínimos que, para os serventes são fixados em 5.300 escudos e para os continuos em 6.100 escudos. A contratação é susceptível de revisão. Quanto ao leque salarial dos escriturários ele vai de 7.500 escudos a 10.800.

B.B.C.: mais duas demissões

LONDRES, 21 — (ANOP) — Segundo informações fidedignas, apresentaram a sua demissão os mais antigos assistentes de programas que actualmente se encontram em serviço na Secção Portuguesa da B. B. C.: Manuela d'Oliveira e Paulo David, cujo serviço de vários anos deve assim terminar no próximo Verão.

A confirmarem-se estes afastamentos, fica praticamente destruída a equipa de assistentes de programas existente ao tempo do 25 de Abril de 1974: Joaquim Letria e António Bor-

ga foram ocupar novos cargos em Lisboa ainda nesse ano; António Cartaxo e Jorge Ribeiro foram demitidos em 1975 (tendo ainda um litígio pendente com a B. B. C.); José Judice regressou a Portugal há poucas semanas. Manuela d'Oliveira e Paulo David estarão agora a preparar-se para o fazer.

O mais antigo elemento do actual quadro que se manterá na secção será Carlos Alves, que na altura do 25 de Abril de 1974 era um membro suplente.

MUDAM-SE OS TEMPOS

«Não, não, não à falsa informação» e «abaixo a reacção» foram dois slogans bastante gritados junto às instalações de «O Comércio do Porto», no último sábado à noite. Era uma pequena multidão de militantes do P.S. que, acabado o comício realizado no palácio de Cristal, desceu à Avenida dos Aliados.

Alguns tipógrafos daquele matutino portense responderam ao entusiasmo dos vocalistas.

Já lá vão os tempos em que, apesar de ser bem patente o primarismo anticomunista dos plúmiros, daquele jornal, milhares de socialistas, à mistura com o desfralde das bandeiras do C.D.S., P.P.D. e P.P.V., gritavam «Comércio amigo o P.S. está contigo».

Já lá vai o tempo em que Mário Soares considerava aquele jornal um dos poucos exemplos da «imprensa livre» deste país.

Foi em Setembro, em Outubro, em Novembro.

Já a vaga anticomunista se tinha agigantado. Muitas figuras da Revolução iam sendo «abatidas». Várias sedes de partidos de esquerda eram destruídas. O 25 de Novembro ainda não tinha chegado.

Os tempos mudaram. Antes tarde que nunca.

BOATOS

Há pessoas que passam o tempo espalhando boatos para desprestigiar os grandes democratas que nesta hora difícil choram a perda das colónias, da Índia, do cravo e da pimenta, e tentam salvar o País desses agentes da opressão internacional que são os trabalhadores de mãos calejadas e cheiro a suor.

O general Galvão de Melo, o primeiro democrata e católico independente do C.D.S., tem sido uma das grandes vítimas.

Agora, explorando a sua paixão pelos cavalos, um documento acessível que esses trabalhadores podem praticar, até andam para aí a espalhar que ele tinha um cavalo a meias com o filho do Marcello Caetano, embora não digam se já comprou a outra metade.

Mas isto deve ser tudo mentira porque a acreditar num outro boato o general nem sequer precisava de entrar nesta «vaquinha» de cavalos pois, segundo os mesmos incorrigíveis boateiros, o seu vencimento como administrador da multinacional FINA era superior a 100 contos por mês e em 1973 foi colectado sobre cerca de 1.300 contos para efeito de pagamento do imposto complementar.

Raul Rego

teve hoje alta

PORTO, 21 — Nos Serviços de Traumatologia do Hospital de Santo António, onde dera entrada no passado dia 3, teve alta esta manhã o dr. Raul Rego, director do jornal «A Luta».

SALDOS DE LIVROS

GRANDE VARIEDADE DE LIVROS NACIONAIS E ESTRANGEIROS



LIVRARIA
BERTRAND

RUA ANCHIETA, 17

DL

eleições

O OUTRO ABRIL

A liberdade

Tivemos ontem ocasião de recordar nesta coluna uma questão que gastou muita saliva e fez correr muita tinta na campanha eleitoral de 75: a do socialismo com ou sem liberdade (como a ginjinha: com ou sem ela). Os ecos das polémicas desencadeadas a este respeito ainda não se extinguíram, e por isso achámos conveniente ensaiar hoje um tratamento mais aprofundado do tema da liberdade, tentando desembrulhá-lo, com os nossos leitores, do pacote muito bem feitinho onde o meteram os prosélitos inflamados do sistema nem-nem (nem ditadura de esquerda, nem de direita, mas «liberdade» e «democracia»).

Idealizar a liberdade, isolá-la na esfera jurídica e constitucional, separada das suas bases históricas reais, é manobra ilegítima a que a reacção sempre recorre nos períodos de grandes transformações económicas e sociais; a esse poço foi o fascismo buscar água para o seu moinho, quando desencadeou os primeiros ataques contra as liberdades verdadeiras: tratava-se de defender a «liberdade» futura, ameaçada de destruição bárbara e total por parte do «bolchevismo». Importante, na perspectiva científica desta problemática, é nunca esquecer que a conquista de «liberdades» novas pressupõe quase sempre a supressão de «liberdades» antigas. A «liberdade» de cobrar rendas, décimas ou portagens, por exemplo, foi abolida (ou pelo menos fortemente limitada) pela «liberdade» de vender e comprar, de fazer circular livremente as mercadorias, assim como a «liberdade» de escravizar trabalhadores foi substituída pela «liberdade» de assalariar operários. Em 1917, os capitalistas russos protestaram energicamente contra o que consideraram um atentado às «liberdades» fundamentais: os soviets aboliram as antigas e respeitáveis «liberdades» da acumulação de capitais privada e da posse dos meios de produção por entidades privadas, substituindo-as por uma liberdade nova: a da propriedade e usufruto comuns dos meios de produção e distribuição. Na verdade, as «liberdades» dos exploradores e dos explorados não coincidem ou coexistem: a afirmação de cada uma passa pela supressão da outra, e esta coisa tão simples pode ser vista por toda a gente capaz de ver, menos por alguns políticos, os quais, ao insistirem na idealização formal da «liberdade», pura e absoluta, separada de qualquer substância económica e social, mais não fazem do que defender, reforçar e consolidar, com alibis hipócritas, privilégios de classe.

Antes e depois do 25 de Abril, nada mudou no discurso de muitos dos nossos plumitivos políticos, de feição «democrática», a não ser o entusiasmo e a agressividade, outrora inexistentes, com que vêm a público defender as «liberdades ameaçadas» pelo curso do processo revolucionário que está a transformar este país. Quanto ao resto, são os mesmos esquemas, as cadências costumadas, o mesmíssimo estilo inspirado em verdades reveladas. O valor dos homens e da sua vida deduzem-no estes «clerics» a partir de tautologias no vácuo, com soberana indiferença pela verdade, isto é, pelo dever de justificar o nexos existente entre pensamento e acção, iluminado por uma noção concreta dos limites e da eficácia da acção dos homens na sua vida social.

E.S.

PONTO
POLÍTICO
EM TEMPO
ELEITORAL

Alvaro Cunhal responde hoje ao «DL».

As declarações do secretário-geral do Partido Comunista Português surgem na sequência de outras já publicadas com Sottomayor Cardia, do PS, e Sá Carneiro, do PPD, todas elas subordinadas ao tema geral «Ponto Político em tempo eleitoral».

«DL» — Como considera, na perspectiva do seu partido, a presente fase do curso político pós-25 de Abril de 1974?

Alvaro Cunhal — Atravessamos uma fase de defesa e consolidação de um regime democrático caracterizado por amplas liberdades e por reformas de carácter económico e social de alcance histórico, em que se destacam as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário. A situação continua entretanto a caracterizar-se também por greves diferenciações políticas regionais e por grande instabilidade. Impõe-se que a democracia chegue a todos os pontos de Portugal, pondo-se fim à ocupação reaccionária de vastas zonas e aos numerosos casos de poder local fascista que nem obedece às leis nem respeita a ordem democrática. Urge assegurar em todo o território nacional o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos. Não é de aceitar que exista democracia na capital e fascismo nos Açores ou em Bragança. A Constituição que vai entrar em vigor é para vigorar em todo o território e o dever de qualquer governo e de todas as autoridades civis e militares é fazer respeitá-la.

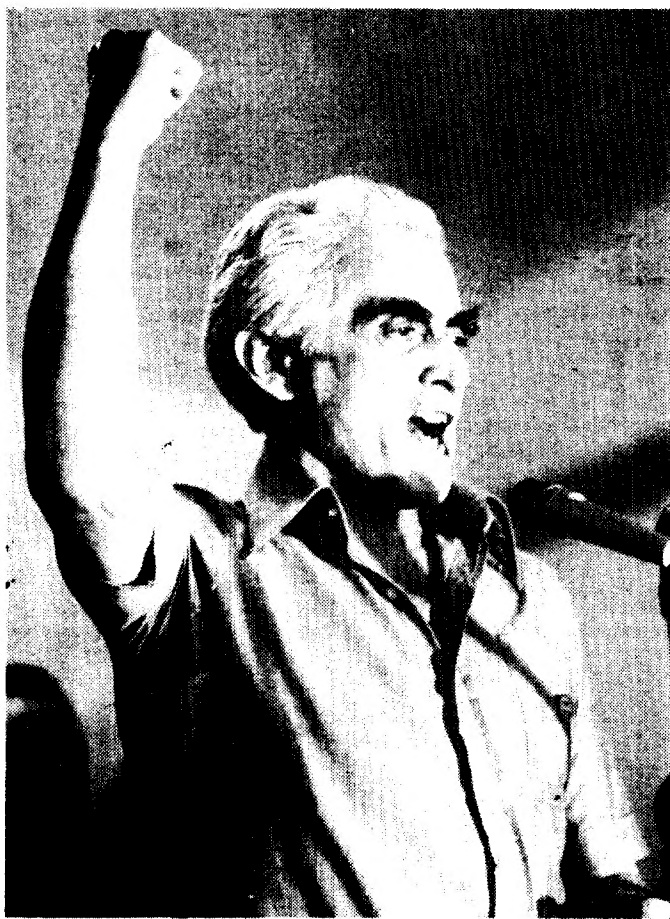
«DL» — A experiência política e administrativa do VI Governo Provisório poderá ser valorizada como tendo obtido resultados positivos, em relação aos anteriores governos provisórios? E no caso afirmativo sob que aspecto? Em que planos?

A. C. — Como se sabe o PCP apoiou os esforços feitos para a formação do VI Governo Provisório, porque a alternativa na altura era de um governo de direita abertamente reaccionário. Como se sabe, também foi elaborada, aprovada e divulgada uma plataforma, a nosso ver aceitável no essencial. O mal foi que se instalou no VI Governo uma certa hegemonia PS-PPD, designadamente na política económica, financeira e social, que se afastou da plataforma aprovada. Consideramos muito negativa a política de congelamento de salários e do aumento de preços e numerosas medidas de recuperação capitalista. O tardio reconhecimento do Governo da República Popular de Angola é também um erro colossal que atinge profundamente os interesses nacionais e que põe uma mancha escura na acção política dos partidos que provocaram tal atitude.

«DL» — As eleições de 25 de Abril de 1975 representam...

ALVARO CUNHAL AO «DL»

“O PCP é uma força decisiva para a defesa e consolidação da democracia”



das massas populares.

O regime definido na Constituição é um regime democrático e progressista. Há que defendê-lo, consolidá-lo e prosseguí-lo.

«AS NACIONALIZAÇÕES FORAM INDISPENSÁVEIS»

«DL» — Como encara o problema das nacionalizações? Como encara o problema dos custos sociais das nacionalizações? Poderá o Estado suportar os défices das empresas nacionalizadas?

A. C. — No processo revolucionário português as nacionalizações foram indispensáveis e inevitáveis. O domínio económico dos grupos monopolistas, a manter-se, seria a curto prazo seguido pela recuperação do Poder político pelos mesmos grupos. Em Portugal poder dos monopólios significa necessariamente ditadura reaccionária. Além das suas consequências económicas e sociais, as nacionalizações foram também medidas de defesa da democracia.

Quanto aos défices são na maior parte superáveis. Para isso é necessária uma nova dinâmica na produção, que pode alcançar-se, não sob a constante ameaça da recuperação capitalista, mas na perspectiva de socialismo.

«DL» — Como encara a realização da Reforma Agrária? Qual o significado político que lhe atribui?

A. C. — A Reforma Agrária é uma das maiores senões a maior realização da revolução portuguesa. Desmentindo toda a campanha de calúnias, a Reforma Agrária transformou já num sentido positivo a fisionomia social e económica de uma extensa zona do País. Desaparece a injustiça secular dos grandes senhores dispondo de imensas extensões de terra em grande parte abandonadas, coincidindo com uma população trabalhadora, sem um palmo de terra e condenada ao desemprego e à miséria. Com a Reforma Agrária, a agricultura recebeu um impulso radical. Desapareceu praticamente o desemprego, trabalha-se mais, produz-se mais e abrem-se já amplas perspectivas de desenvolvimento agrícola.

A importância política da Re-

ram, globalmente consideradas, um voto maciço a favor da democracia e do socialismo. Admite que os resultados das próximas eleições legislativas possam assinalar uma modificação sensível da opinião pública portuguesa?

A. C. — Nas condições actualmente existentes em vastas regiões onde não existem liberdades, os resultados das eleições não poderão traduzir verdadeiramente a opinião pública. A não ser rectificadas imediatamente a situação, nos Açores, na Madeira, no distrito de Bragança e em numerosos concelhos de numerosos distritos não haverá eleições dignas desse nome.

Se estivesse assegurada em todo o território uma situação democrática, a modificação global nos resultados eleitorais seria no sentido da esquerda.

Haveria sem dúvida em qualquer caso um voto mais nítido na direita reaccionária fascista, precisamente porque esta aparece já hoje com a sua ver-

que sucedia um ano atrás. Mas haveria também um voto mais claro e numeroso, uma opção socialista entendida não como uma expressão usada demagogicamente, mas como a real perspectiva de uma sociedade libertada da exploração do homem pelo homem.

«DL» — Parece-lhe que o texto constitucional, na parte já aprovada, corresponde aos objectivos do 25 de Abril de 1974 ou que os excede? Parece-lhe que a futura Constituição consagra as conquistas fundamentais alcançadas pelo Povo Português durante este período histórico?

A. C. — A Constituição aprovada não corresponde ao projecto defendido pelo PCP e contém algumas ambiguidades que bem seria não terem ficado. Mas, no fundamental, consagra os resultados da Revolução do 25 de Abril, entendida, como se tem necessariamente de entender, como o processo resultante da conjugação do levantamento militar dirigido pelo Povo Português

Continua na página três



O Partido Popular Democrático empenha-se na apresentação de propostas concretas de resolução dos problemas que afligem o Povo Português. Entendemos que a política é uma resposta concreta aos problemas concretos do Povo Português. Ao delinear os traços principais da nossa resposta — a social-democracia, tal como a entendemos possível no Portugal de 1976 até 1980 —, garantimos ao Povo Português a nossa firme disposição de pôr cobro ao delírio ideológico, ao improviso desordenado e à inoperância permanente, e que, se para tal recebermos mandato, governaremos e agiremos eficaz e resolutamente.

O nosso programa de governo tem três objectivos principais:

— Consolidar a democracia política e edificar o Estado democrático;

— Vencer a crise económica e relançar a economia;

— Construir uma sociedade mais justa, livre e igualitária, pela via social-democrática;

Programa político — Entendemos que é necessário tomar todo um conjunto de medidas imediatas para que os portugueses sintam que Portugal é um Estado democrático. Para isso propomos um conjunto de providências, que evitem definitivamente que possa haver entre nós exilados e presos políticos, cidadãos de primeira e cidadãos de segunda. Propomos, do mesmo passo, a assegurar, por leis justas e pela aprovação quotidiana, os direitos fundamentais dos portugueses, que tão violados foram ao longo dos últimos 50 anos, e propomos toda uma série de critérios de acção que permitirão prestigiar as instituições representativas — designadamente o Governo e a Assembleia da República — de modo que possam governar com eficácia ao serviço do povo.

Portugal encontra-se hoje à procura de uma identidade. Nessa busca tem lugar de relevo a definição de uma nova dimensão da Nação Portuguesa. Propomos, em primeiro lugar, linhas de acção para uma ampla e progressiva autonomia dos povos dos Açores e da Madeira.

Apresentamos, por outro lado, uma nova política de emigração na qual se considere efectivamente o emigrante como um elemento integrante da Nação portuguesa. Propomos, enfim, na acção prioritária, activa e muito concreta, o apoio e integração dos emigrantes que vieram de Portugal.

Um dos objectivos principais do PPD é a prossecução intransigente de uma política de independência nacional, com abertura e interdependência face aos outros povos do mundo e reforço progressivo dos laços com a Europa. Propomos uma política de defesa nacional virada para a paz e segurança internacionais, com respeito pelos compromissos assumidos por Portugal.

Enfim, definimos linhas muito concretas para a coo-

Programa eleitoral do PPD (resumo)

peração especial a estabelecer com os novos Estados de Língua Portuguesa e a defesa intransigente dos direitos e interesses de Portugal e dos portugueses.

Entendemos que não há verdadeiro Estado democrático sem uma informação verdadeira e livre (isto é, despendida de censuras ou outros condicionamentos externos, e pluralista). A nossa proposta contém uma série de medidas concretas tendentes a assegurar a qualidade, liberdade e pluralismo da Informação e a iniciar um projecto de reestruturação dos órgãos estatizados que tenha em conta os interesses da generalidade do Povo Português.

Uma Administração Pública eficiente e participada é condição fundamental da construção de um Estado democrático: rejeitando o basismo, mas incentivando a participação; rejeitando a burocracia e o centralismo, mas assegurando a eficácia e as garantias de defesa contra o arbitrio e o partidismo da Administração.

Destacamos, em especial, as medidas a tomar relativamente à situação dos trabalhadores da função pública, que nos últimos anos têm sido injustamente desfavorecidos.

No sentido de prestigiar a justiça e os tribunais, propomos uma série de medidas pelas quais nos batemos na Assembleia da República. Do mesmo passo apresentamos um conjunto de projectos de acção tendentes a criar condições de defesa da ordem democrática e da tranquilidade pública, face à onda de criminalidade que se tem propagado nos últimos tempos.

Um Estado e uma sociedade mais justos — na linha social-democrática — que sempre tem sido a nossa — implicam uma acção em profundidade no sentido de reformar profundamente a sociedade.

Para criar uma sociedade mais equilibrada, propomos a aplicação efectiva de medidas para uma correcta política de ambiente, de ordenamento do território e de desenvolvimento regional.

Na linha de uma defesa da igualdade — particularmente atento em todo o nosso programa económico e social — propomos medidas de promoção da igualdade entre o homem e a mulher, e de promoção familiar.

Enfim, cremos que só haverá verdadeira democracia se houver participação de todos os níveis. Nesse sentido, pronunciamos-nos pela execução de um programa concreto de criação de quadros participativos na sociedade. Rejeitamos, por igual, a anarquia e o dirigismo. Destacamos o papel dado ao poder local enterrando de vez o colonialismo de Lisboa; pela reforma da empresa, defendendo uma equilibrada participação assente sobretudo na prática da associação democrática do trabalhador à empresa através da co-gestão; e pela criação de novas unidades de produção, através de uma acção intensiva, mas não dirigista, de fomento do cooperativismo.

Política económica — Delimitação e organização do sector público — Entende o PPD que devem fazer parte do sector público as principais instituições financeiras, as principais empresas dos sectores-chave da energia, dos transportes de claro interesse colectivo, das actividades ligadas à defesa nacional. Todas as pequenas e médias empresas directamente nacionalizadas

e não pertencentes aos sectores-chave devem passar aos sectores privado ou cooperativo.

As empresas públicas devem estar submetidas a centros de coordenação nos ministérios respectivos, mas conservar cada uma a sua autonomia de gestão e a responsabilidade dessa gestão.

Participação do sector privado — O Partido Popular Democrático não propõe, no seu programa de governo, o alargamento do sector público através de novas nacionalizações, não esquecendo, todavia, a competência específica reservada constitucionalmente à Assembleia da República. Reconhece o PPD que sem o concurso da iniciativa privada não é possível o relançamento da economia nacional.

Preconiza-se também o fomento do sector cooperativo nas suas mais diversas formas.

Sabendo que igualmente carecemos de importar equipamento e tecnologia e conquistar mercados externos, o PPD propõe um código de investimentos estrangeiros realista para atrair esses investimentos e salvar a independência nacional.

Responsabilidade e controlo de gestão — Entende o Partido Popular Democrático que deve redefinir-se o poder de gestão e a sua inerente responsabilidade.

O controlo de gestão por parte dos trabalhadores deve ser fomentado em termos de todos participarem na tomada de decisões e na sua responsabilização pelos efeitos subsequentes.

Nas empresas privadas deve ser prevista a participação dos trabalhadores nos resultados da exploração, de forma a desenvolver a co-propriedade.

Indemnizações — O PPD propõe-se dar pronto cumprimento ao compromisso assumido sobre as indemnizações a conceder pelas nacionalizações de empresas e propriedades.

Acumulação de dívidas — JO endividamento de muitas empresas ao sistema bancário ou entre si é tal que as impede de se lançar em qualquer investimento mais intenso.

A fim de sair deste impasse e dar condições futuras de viabilidade às empresas públicas e privadas, importa consolidar os créditos, transformando-os nos casos viáveis e de acordo com os devedores, em participações do Estado. Planificação democrática — Propõe-se o PPD proceder à rápida montagem dos mecanismos de planificação tanto ao nível nacional como ao nível regional.

Do mesmo modo se devem instituir os mecanismos de participação das organi-

zações representativas dos trabalhadores, dos vários interesses socioprofissionais, das autarquias, etc.

Política fiscal — Entende que neste capítulo há que proceder a uma ampla remodelação da máquina administrativa.

A estrutura dos impostos deve assentar basicamente no imposto único e progressivo sobre o rendimento pessoal que engloba os rendimentos possíveis das propriedades mobiliárias não exploradas.

Política de crédito — Atendendo ao grau de descapitalização das empresas, na maior parte dos casos será difícil a concretização de investimentos de reconversão ou de expansão sem um apoio creditício muito forte.

Continuando com a política de taxas, o PPD entende ainda praticar uma política de baixas taxas de juro.

Política de Emprego — A criação de postos de trabalho é o objectivo prioritário do PPD. O lançamento de programas descentralizados de construção de alojamentos (inclusive para os refugiados) é um meio de produção.

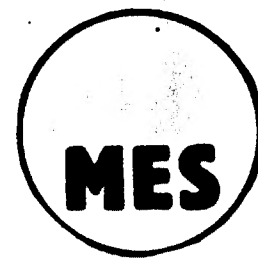
Também se fomentará a procura solvente desses alojamentos através de crédito bonificado e tornando insusceptíveis de penhora as casas de habitação própria.

O lançamento de programas de saneamento básico, de comunicações e transportes, da rede de frio e de armazenagem, constituem outros tantos meios de criação de empregos.

Como se não pode promover, demagogicamente, abolir rapidamente o desemprego, há que generalizar o seguro de desemprego. Política de rendimentos e anti-inflacionista — O Partido Popular Democrático tentará o estabelecimento de um acordo social entre sindicatos, empresas públicas, associações patronais e Estado, no sentido de estabelecer uma plataforma, por dois anos, sobre ritmos e condições de reavaliação de salários que atenda às necessidades de crescimento e de combate ao desemprego.

Reforma Agrária — O PPD defende a revogação dos diplomas que fixam as pontuações para as terras agrícolas expropriáveis e a que regulamenta as expropriações.

Entende que a diversidade regional deve ser atendida para a determinação da propriedade máxima de exploração. A Reforma Agrária deve ter a participação fundamental dos agricultores e assalariados agrícolas e orientar-se para a formação de explorações familiares correctamente dimensionadas e apoiadas numa forte estrutura de cooperação, e beneficiando de uma rápida integração de pleno direito na Segurança Social.



Activis

lomena Aguilar.
Suplentes: Ana Maria Vaz Pato, Rui Manuel Mourinha.

CASTELO BRANCO

Efectivos: Valter Martins Diogo, Francisco José dos Reis Alves, Ludgero Vicente Barroso, Manuel de Jesus Carrilho Peixoto, João Carneiro de Meireles, Carlos Alberto Barroso Marques e José Manuel Pires Ribeiro.

Suplentes: Aníbal Antunes de Almeida, João Carlos Trindade Mendes Guerra, José Martins Lucas.

COIMBRA

Efectivos: Celso Cruzeiro, João Baptista, António Marques, Paulo Bárcia, Eduardo Castelo Branco Fonseca, José Bento Freitas, Elísio Oliveira Loureiro, Pio de Abreu, Virgílio Gaspar Ventura, Vítor Rocheta, Joaquim Torres e Silvério Reves.

Suplentes: Jorge Marques, Luís Miranda, Manuela Veríssimo, Henrique Prior.

ÉVORA

Efectivos: Afonso de Barros, Senhorinha Franco, Carlos Salgado, Amílcar Canoa, Inácio Grazina.

Suplentes: José Serra, José Manuel Varge, Joana Rabasqueiro.

FARO

Efectivos: José Manuel Raimundo, João da Mota Ferreira Luz, Noélia Correia Mateus da Costa Ventura, António Armando dos Santos Raimundo, Hernâni Vidal Azevedo, Nelson Augusto Correia, Humberto José de Brito dos Santos Quaresma, Manuel João de Jesus, Joaquim Lamy Rocha.

Suplentes: António da Silva Poloto, Vítor Manuel Pereira do Carmo, José Sérgio Carmo Sobral.

AVEIRO

Efectivos: Fernando Sousa, António Moreira dos Santos, Álvaro Cabral, Carlos Mendonça, Jacinto Delfim Ferreira Martins, Ernesto Campos Angelo Brandão, Francisco Soares Resende, Bernardino Martins António, Manuel Pinho Rocha, Maria Manuela Seica Neves, Vítor Manuel Dias Moreira, Serafim Bastos de Sousa Pinto e Vítor Manuel Pereira.

Suplentes: António Almeida Brandão, Elias Fernandes Cardoso, António da Silva Oliveira.

BEJA

Efectivos: António Digo Moreira, António Francisco João «Pires», Joaquim Carrasco Abrasos, Maria da Palma Francisco, Maria Custódia Gomes da Silva, Carlos Manuel Inácio Figueiredo.

BRAGA

Efectivos: Alberto João Coraceiro Castro, Joaquim de Oliveira Santos, José da Silveira Domingues, José Manuel Peixoto Bastos Machado, Américo Pereira de Faria, Custódia da Silva Domingos, António Gualberto Oliveira Pereira, Armando Jorge Oliveira Alves, João Macedo Lourenço, António Faria Alves, Manuel Fernandes Coelho, José Carlos Oliveira Peixoto, Maria Nisete dos Reis Sousa Mourato, Luís da Costa Abreu, Fernando de Oliveira Correia.

Suplentes: Manuel Gonçalves Marques Vaz, Zeferino Marques Peixoto.

BRAGANÇA

Efectivos: Manuel Silveira Ramos, António Jorge Nunes, Fernando Pereira da Silva, Fi-

ÁLVARO CUNHAL (P.C.P.)

Continuação da pagina um

forma Agrária é imensa. As tentativas da liquidação da Reforma Agrária são ao mesmo tempo tentativas de liquidação das

liberdades e da democracia portuguesa. A defesa, consolidação e construção de uma democracia em Portugal é inseparável da defesa, consoli-



A CAMPANHA NA RÁDIO E NA TELEVISÃO

... Radiodifusão Portuguesa: 19 — P. P. D.; 19 e 10 — U. D. P.; 19 e 20 — P. S.; 19 e 40 — P. C. de P. (m-l); 19 e 50 — P. P. M.; 20 — F. S. P.; 20 e 20 — U. D. P.

Rádio Renascença: 10 e 10 — P. S.; 10 e 20 — A. O. C.; 10 e 30 — P. S.; 23 — P. D. C.; 23 e 10 — F. S. P.; 23 e 20 — L. C. I.; 23 e 30 — C. D. S.; 23 e 40 — P. R. T.; 23 e 50 — C. D. S.

Radiotelevisão Portuguesa: 13 e 30 — P. C. de P. (m-l); 21 — M. R. P. P.; 21 e 10 — P. P. D.; 21 e 20 — P. D. C.

O riso eleitoral

Por BAAR

NÓS DO CDS
SOMOS CONTRA
A CONSTITUIÇÃO!



MAS... SE FORMOS
GOVERNO...



CUMPRIREMOS
ESCRUPULOSAMENTE
A CONSTITUIÇÃO!!



NÃO É
FORMIDÁVEL???



listas sindicais nas listas do MES

FUPCHAL

Efectivos: Eduardo Alberto de Oliveira Allen, António Manuel Alves Martins, Maria Emilia Leal Pereira de Moura, Maria Isabel Cabral Cordovil, Luis Maria Sousa da Cruz e Silva e José Manuel Macedo da Silva.
Suplentes: Luís Manuel Triunfo Cortes Pereira, Pedro Jorge Duarte Gonçalves.

GUARDA

Efectivos: Luís Martins, Fernando Camilo Ferreira Queiroz, Luís Moura Pinto, Norberto Severino e José Veiga.
Suplentes: José Relvas, Maria Emilia Bidarra e Maria Emilia Cruz Nunes.

SEIRA

Efectivos: Rogério de Jesus, Adelino Leitão, António Machado, António Rodrigues, Felisberto Matos, José Constantino, Luís Borges da Gama, Maria Júlia Abrantes, Maria Manuela Silva, Ramiro Pinto, Vitorino Pereira.
Suplentes: António José Caçao, Luís Filipe Frazão.

LISBOA

Efectivos: Nuno Teotónio Pereira, Eduardo Graça, Augusto Mateus, Manuel Pires, Cândido Rana, Agostinho Roseta, José Ganhão, António Machado, José Martins, Manuel Pereira, João Grácio, António Bernardo, Luís Milhano, Carlos Lopes, Francisco Almeida, João Luís, Estrela Carvalho, António Pinto Rasto, Eduardo Duarte, Luisa Jo, Manuel Pedroso Lima, Pedro Barroso, António Castanheira, João Cordovil, Eduardo Miranda, João Félix, Margarida Guimarães, José Teixeira Dias (Pepes), José Mota Vieira, Raquel Reis, José Alves, António Narino, Miguel Alarcão, Adelalde Jesus, José Manuel Silva Vitorino Lemos, António Pinto, Manuel Rã, Adelaide Silva, Justino Cerejo, Joaquim Arre-nega, António Freire, Lúcia Mo-

rais, Constantino Tomé, Rosário Costa, António Pais, José António Silva, Jorge Miranda, Fernanda Reis, Vítor Roque, António Silva, Valdemar Moreira, Carlos Maria Leal, Carmo Nunes, Políbio Mascarenhas.
Suplentes: Carlos Achemann, Júlia Ribeiro Ferreira, Diamantino Reis, Faustino Ferreira.

PONTA DELGADA

Efectivos: Eduardo Pontes, José Maria Matias, José Raposo Ricardo.
Suplentes: Vítor Medina, Maria do Carmo Encarnação.

PORTALEGRE

Efectivos: Júlio Martinho, Edmundo Martinho, Manuel Bagina, Joaquim Carrapiço, José Papafina, Domingos Buxo.

PORTO

Efectivos: Alberto Martins, António Jacinto Rodrigues, Francisco Vieira, Joaquim Viana, Rosa Ribeiro, Auspício Fernandes, Laura Loureiro, Manuel Vitorino, Manuel Cunha, Abílio Sampaio, João Gomes António, Manuel Geraldes, Armando Almeida, Amílcar Alfaia-te, Agostinho Rafael, Rodrigues Bastos, António Barros, António Cêa, Paulo Sampaio, António Boaventura, Joaquim Camarão, Diamor Santos, Jorge Bateira, José Andrade, António Peres, José Leitão, Jorge Ivo, José Domingos, Maria Gabriela Ribeiro, José Augusto Vieira, José Alberto Lemos, Francisco Fernandes Lopes, Jorge Campos, Maria Adelina Sousa, Joaquim Alves de Azevedo e José Nunes.
Suplentes: Albino Alves, Maria Luís Pinto.

SANTARÉM

Efectivos: Vítor Wengorovius, Edilberto Moço, Manuel Ferreira, Joaquim Maria das Neves, Augusto Marques, Aníbal Joaquim, Maria Júlia

dos Santos, José Henriques, Maria José Vieira da Silva, João Albano Ferreira, Abílio Cipriano, António Dias, Júlio Mourão.
Suplentes: Vítor José, Ana de Jesus Costa.

SETÚBAL

Efectivos: Manuel Francisco Farrica, Eduardo Ferro Rodrigues, Carlos Cabral, António Cortes Simões, Raul Artífice, João Casimiro, Maria Fernanda Cardoso, José Matos Cunha, Maria de Fátima Pais, Fernando Pais, Manuel Neto, Fernando Revez, Inocência Seita Coelho, João Mário Bárbara, António Manzoni de Sequeira e Margarida Leão.
Suplentes: Joaquim Cabral Rolo, José Alberto Inácio.

VIANA DO CASTELO

Efectivos: Manuel Luís Brito, Domingos Bastos, Eugénio Silva Passos, Armando Gomes, José Barbosa Braga, Abílio Passos.

Sob o lema «Unir o Povo! Contra o Fascismo! Pelo Poder Popular», o M.E.S. concorre às eleições para a Assembleia da República em todos os círculos eleitorais, à excepção do círculo da Horta. Nas suas listas onde há 21 independentes e 36 mulheres, apresentam-se a sufrágio 23 dirigentes e delegados sindicais, 24 membros de comissões de trabalhadores e 22 de comissões de moradores.

Entre as profissões e ocupações dos candidatos propostos, distinguem-se os operários industriais (80) e os trabalhadores rurais (4), que constituem 28 por cento do total de candidaturas. Os quadros médios, que totalizam 135 trabalhadores (entre os quais 44 empregados de escritório e 29 professores), estão representados nas listas na proporção de 45 por cento. Há ainda 31 quadros superiores (9 advogados, 2 médicos, 12 engenheiros, 2 psicólogos, 4 professores uni-

versitários e 2 economistas), 28 estudantes, 1 doméstica, 1 empregado de limpeza, 1 poeta popular e vendedor ambulante, 2 desempregados, 1 cabeleireiro e 14 não especificados.

Divulgamos a seguir a composição das listas apresentadas pelo M. E. S.:

ANGRA DO HEROÍSMO

Efectivos: Alberto Azevedo e Leonel Carvelo.
Suplentes: Sérgio Alves e Maria Inês Cordovil.
Suplentes: José Miguel Couceiro, Joaquim da Silva Lopes, Abel de Barros, José Jorge Rodrigues.

VILA REAL

Efectivos: José Dias, Hermínio Botelho, José António Maldonado, Hernâni Pinto, Gaspar do Rego, Vítor da Conceição Silva.
Suplentes: Maria Fernanda Rodrigues, Celestino Paiva

Chaves, João Moura Rodrigues.

VISEU

Efectivos: Carlos Alberto Magalhães, João Soares Lopes, José Guilherme de Abreu, José Galamba de Oliveira, António Pinto, José Orlando Rodrigues, Cassiano Guedes, António Pinto, Jorge Manuel Oliveira, Fernando Figueiredo.
Suplentes: Adriano Guerra, João Rodrigues, Frederico Gomes.

XXII EMIGRAÇÃO (EUROPA)

Efectivos: António Maria de Sousa.
Suplentes: Maria Filomena Correia de Sousa.

EMIGRAÇÃO (OUTROS CONTINENTES)

Efectivos: Carlos Henrique de Brito Mendes.
Suplentes: Maria Guiomar Silveira Ramos.

Ex MES, FSP e LUAR na base do Movimento Socialista Unificado

Movimento Socialista Unificado (sigla MSU) é o nome de mais uma organização na cena política portuguesa: há algum tempo anunciada, apresentou-se ontem aos órgãos de Informação numa reunião da Casa da Imprensa. Formada fundamentalmente por dissidentes de algumas organizações de esquerda (designadamente o MES, a FSP e a LUAR), foi decidida em plenário nos dias 10 e 11 do corrente.

Objectivos — define-os um texto ontem divulgado: «Lançar as bases de um movimento político que permita a superação de esquemas organizativos que a própria prática das massas vem repudiando e tem repudiado», os seus promotores e militantes «pretendem garantir o pleno desenvolvimento da capacidade de in-

tervenção política dos militantes e respectivas estruturas, a sua diversificação, regional com autonomia ordenada à escala nacional».

«A criação dum partido, entendido como força política hegemónica no seio do Movimento Operário, não surge por decisão voluntarista mas sim do próprio desenvolvimento do processo, do enraizamento e maturação política dos revolucionários, do aprofundamento da sua inserção no seio da classe, do grau de consciência de classe e do enriquecimento da sua memória teórica» — diz o texto de lançamento.

Ainda esta semana, e a inaugurar uma actividade que se promete interventiva e crítica, o MSU deve divulgar um texto sobre a sua posição perante o acto eleitoral.

P.) AO "DL"

dação e completa realização da Reforma Agrária.
«DL» — Qual a solução que propõe para os múltiplos problemas da agricultura nas re-

giões de pequena e média propriedade, em relação a categorias do campesinato como os rendeiros e seareiros?

A. C. — Em primeiro lugar não se deve tocar num palmo de terra de pequenos e médios proprietários e pelo contrário, deve seguir-se uma política que permita que libertem as suas terras de hipotecas que são sempre uma séria ameaça e uma fonte de encargos. Quanto aos arrendamentos nas suas várias formas, defendemos a aplicação imediata da Lei do Arrendamento Rural. A concessão de crédito barato, o aligeiramento dos impostos, a garantia de preço e de escoamento dos produtos agrícolas são também problemas de capital importância que exigem urgente solução. Impõe-se ainda a simplificação dos circuitos comerciais com o desaparecimento dos grandes intermediários que impõem ao produtor preços não compensadores e ao consumidor preços in-comportáveis. A extinção dos foros e da colónia e a restituição dos baldios às populações devem ser imediatamente levados à prática.

UMA PERIGOSA SITUAÇÃO FINANCEIRA

«DL» — Qual a sua opinião sobre a situação financeira do País?

A. C. — É muito difícil fazer uma ideia rigorosa sobre a situação financeira, porque o Ministério das Finanças não dá informações indispensáveis. Não podemos aceitar a política de segredo do Ministério das Finanças. O País tem o direito de conhecer todas as condições de empréstimos contraídos ao estrangeiro. É também necessário que seja explicada a política seguida em relação às reservas de ouro. Se, como muitos factos parecem indicar, se estão a vender vultosas quantidades de ouro e se garantem com ouro das reservas empréstimos externos muito discutíveis, isso corresponde a uma política que, a prosseguir, conduziria à ruína nacional e à submissão ao imperialismo.

Portugal está numa perigosa situação financeira. O caminho para reduzir e liquidar défices existentes não pode ser o agravamento da exploração dos trabalhadores, o aumento dos preços, o congelamento dos salários. O caminho é um vigoroso impulso à produção e o corte corajoso dos consumos escandalosos das camadas parasitárias.

«DL» — O recurso aos empréstimos externos e investimentos estrangeiros, a importação de produtos alimentares e produtos de consumo corrente não poderá contrariar o objectivo tantas vezes proclama-

do de uma política de independência nacional?

A. C. — Contraria directamente. Os empréstimos estrangeiros para pagar produtos alimentares essenciais conduzem à falência e à ruína. Os créditos concedidos pelos Estados Unidos com condição de Portugal comprar aos Estados Unidos, trigo, milho e até sebo, são no fim de contas, não um favor feito a Portugal, mas um belo negócio para os Estados Unidos e mais um elo de dependência do nosso país ao imperialismo norte-americano. A actual política de empréstimos exteriores, é em si, uma política de dependência em relação ao imperialismo e de cedência a condições ditadas por potências estrangeiras. Afecta pois a independência nacional.

«DL» — Qual é o seu prognóstico quanto à campanha eleitoral? Os militares parecem preocupados; e o seu partido?

A. C. — Além das conspirações contra-revolucionárias, o principal motivo de preocupação quanto às eleições é a situação antidemocrática que existe em numerosas regiões, onde foram praticamente liquidadas as liberdades. A não ser rapidamente modificada a situação, nessas zonas não haverá eleições dignas desse nome, mas mascaradas eleitorais próprias dos tempos de Salazar e Caetano.

O PCP insiste em que as au-

toridades tomem as necessárias medidas para pôr fim ao terrorismo e assegurar o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território nacional. É uma condição essencial para que as eleições possam considerar-se livres e democráticas.

O ÚNICO VOTO SEGURO

«DL» — Que será adiantar uma hipótese sobre os resultados das próximas eleições legislativas?

A. C. — Se fossem rectificadas essas situações antidemocráticas regionais, os partidos reaccionários sofreriam estrondosa derrota. De qualquer forma, os nossos esforços desenvolvem-se com os objectivos de impedir um resultado favorável aos partidos da direita reaccionária (CDS, PPD, PPM, PDC), o que significaria a curto prazo uma nova ditadura, e de criar condições para a formação de uma maioria de esquerda na Assembleia Legislativa. Uma condição essencial para que isso seja possível é uma grande votação no PCP, que é no momento actual uma força decisiva para a defesa e a consolidação da democracia.

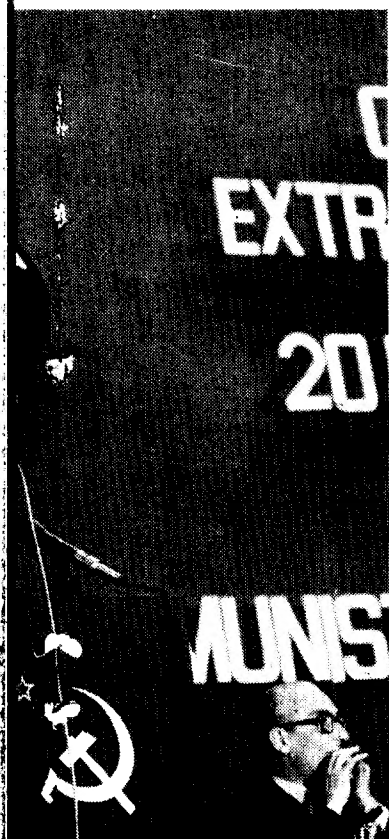
«DL» — Qual será a política de aliança do seu partido no caso de não alcançar uma mai-

oria que lhe permita governar só?

A. C. — É evidente que, nas condições presentes, o PCP como aliás qualquer outro partido, não alcançará uma maioria que lhe permita governar sozinho. Todos os antifascistas, democratas, progressistas devem agir para evitar, em primeiro lugar, uma maioria dos partidos da direita reaccionária e, em segundo lugar, uma aliança PS-PPD que conduziria ao mesmo resultado.

A única maioria democrática possível envolve a necessidade de uma aliança de comunistas e socialistas, mas infelizmente, os dirigentes do PS não querem esclarecer quais são as alianças que se propõem realizar depois das eleições. Assim, votando PS, o eleitor não sabe ainda se votará para a formação de um governo da direita com o PPD, ou para a formação de uma maioria de esquerda. Daí resulta a extraordinária importância de uma grande votação no PCP. E assim se explica a nossa afirmação de que o voto no PCP é o único voto seguro e certo.

Em ALBUFEIRA, o DIÁRIO DE LISBOA encontra-se à venda no Largo Eng.º Duarte Pacheco (António Santos Labisa)





HOJE

CARTAZ ELEITORAL

C.D.S.

Distrito de Leiria: Tornada (Salão Apolonar); Colmeias (Junta de Freguesia); Moinhos Carvide (Escola); Ervedeira (Escola); Pedrógão (Casino Pôr-do-Sol); Colmeias (Escola); Ados-Pretos (Escola); Serra Porto d'Urso (Escola); Póvoa (Cds) (Clube da Póvoa); Benedita (Escola); Olho Marinho (Salão Paroquial); Figueiró dos Vinhos, comício (P. José Malhoa), todas às 21 horas. **Viseu:** S. João da Pesqueira; Desejoso; Lugar de Belfe; Trouquela; Ferreirim; Escorquela; S. Miguel do Mato; Rio de Moinhos; Torredeita; Vil de Soito; Travanca Tavares. **Viana do Castelo:** Sago (Escola); Germil (Escola); Santiago (Escola); Ponte da Barca (Sede F.A.) (Escola); Ninho do Açor (Escola); Póvoa de Rio de Moinhos (Escola); Salgueiro do Campo (Escola); S.º André Tojeiras (Escola), todas às 21 horas. **Portalegre:** Nisa (Cine-Teatro); Casa Branca (Casa do Povo), ambas às 21 horas. **Braga:** S. Cristóvão de Selho (Escola), às 21 horas. **Vila Real:** Joo; S. Lourenço, ambas às 21 e 30. **Madeira:** Caniço (L. da Assumada), às 19 e 30. **Aveiro:** Senhorinha (Escola), às 21 horas; Eixo (Casa de Espectáculos); Espinho (Cine-Teatro S. Pedro), ambas às 21 e 30. **Guarda:** Parrotas (Escola); Souropires (Escola); Freinada (Escola); Longroina (Escola); Poço do Canto (Escola); Marialva (Escola), todas às 21 horas. **Santarém:** Alvagar, às 19 e 30; Almeirim, às 21 e 30; Boleiros, às 22 horas; Alvega; S. Miguel do Rio Torto; Correios, todas às 21 horas. **Bragança:** Arbandres; Avidagos, ambas às 21 horas. **Faro:** Monchique (Casa do Povo); Vila Real de Santo António (Praça de Touros), ambas às 21 horas. **Coimbra:** Paão; Anã; Arozede; Vila Nova de Poiares (Casa do Povo), todas às 21 e 30. **Porto:** S. Tomé de Negrelos (Escola), às 10 e 30; Ariz (Escola), às 21 horas; Maia (Pavilhão Gimnodesportivo), comício com o eng. Adelino Amaro da Costa; Paredes (Salão dos Bombeiros); Porto (Liceu Rodrigues de Freitas; Manhado (Escola); Malta (Escola); Tougues (Escola); Lustosa (Escola), todas às 21 e 30.

F.S.P.

Distrito de Setúbal: Barreiro (Grupo Recreativo Quinta da Lomba); Coia (União Recreativa e Cultural); Senes (Instituto de Obras Sociais), todas às 21 e 30. **Lisboa:** Mem Martins (Progresso Clube), com Marinela Coelho; S. Domingos de Rana (Estudantina Recreativa); Lisboa (Liga de Cegos João de Deus, R. de St.ª Marta, 46), todas às 21 e 30. **Faro:** Montes de Alvor (Clube local), às 21 horas. **Leiria:** Embrá (Marinha Grande) (Sport Clube Marinhense), às 21 horas. **Viseu:** Barragem da Aguiar (Refectório), às 20 horas; Penede (Escola Primária), às 21 horas. **Guarda:** Gouveia, às 21 horas. **Castelo Branco:** Fundação (Associação Desportiva do Fundão), às 21 horas. **Viana do Castelo:** Caminha (Teatro), às 21 horas. **Vila Real:** Vila Pouca, às 21 horas.

L.C.I.

Distrito do Porto: Porto (Palácio de Cristal), comício às 21 e 30. **Distrito de Setúbal:** Comício, Almada (Academia Almadense). **Distrito de Leiria:** Comício, Amoreira (Alcobaga) (Bombeiros), às 21 e 30.

M.E.S.

Distrito de Lisboa: Comício, Alverca (Bombeiros), com Augusto Mateus, às 21 e 30. Sessões, Linda-a-Pastora; Porto Salvo; Loures, às 21 e 30; Oeiras (Cantina da Câmara), às 16 horas; Venda Nova (Bertrand), às 18 horas; C.U.F., às 17 e 30. **Distrito de Aveiro:** Assequeira (Águeda) (Salão do Cabo), às 21 e 30; Couto de Cucujães (Escola), às 21 e 30; Ilhavo (Fábrica da Vista Alegre), às 18 horas. **Distrito de Beja:** Aljustrel; Montes Velhos, às 21 e 30. **Distrito de Castelo Branco:** Castelo Branco, às 21 horas. **Distrito de Coimbra:** Comício, Figueira da Foz, às 21 e 30. Sessões, Figueiró do Campo (Escola Primária); Condeixa-a-Velha (Clube), ambas às 21 e 30. **Distrito de Évora:** Évora-Monte (Casa do Povo); Ciborno, ambas às 21 horas. **Distrito de Guarda:** Comício, Guarda, às 21 e 30. **Distrito de Leiria:** Mira d'Aire (Cine-Teatro), às 21 e 30; Gaias (Sociedade Recreativa), às 21 horas. **Distrito de Portalegre:** Comício, Portalegre, às 21 horas. **Distrito do Porto:** Valongo (Junta de Freguesia do Campo); Ramalde (Cooperativa de Ramalde); Arcozelo (V.N. de Gaia) (Eden Clube); Padrão da Língua (Matosinhos) (Padrense Futebol Clube); S.º Ildefonso (Porto) (Inatel), todas às 21 e 30. **Distrito de Santarém:** Alcancões, às 21 e 30. **Distrito de Setúbal:** Montijo (Sociedade Recreativa Progresso Afocetense); Lousal (Casa do Povo), ambas às 21 e 30. **Distrito de Viana do Castelo:** Alvarães (Escola Primária), às 21 e 30. **Distrito de Vila Real:** Pensalves (V. Pouca de Aguiar), às 21 e 30. **Distrito de Viseu:** Vila Nova de Paiva, às 21 e 30. **Distrito da Madeira:** Machico (Funchal) (Cinema), às 18 horas.

P.C.P.

Distrito de Lisboa: Olhalvo; Parede, ringue de patinagem; Zambujal; Mato-Cheirinhas; Lourinhã; Cadaval; Odivelas; Castanheira; Arrifana; Porto Salvo, todas às 21 e 30; Cascais, na J. Pimenta; Porto Salvo na J. Pimenta, às 17 e 30; Algueirão, Adreta Plásticos, às 17 e 45; Lisboa, Inatel, 18 e 30; Alverca, fábrica de Nitratos, às 21; Venda Nova, Sorefame, às 18 e 30; **Santarém:** comício em Torres Novas, Cineteatro Virgínia, às 21 e 30; Benavente, cinema, às 21 e 30; Lapa; Andrus; Chouto; Rio Maior; Foros de Benfca — todas às 21 e 30; **Porto:** S.ª Mamede de Infesta; Amorim; Azeiteira; Gondomar, escola da Carvalho; Covelo; Gondomar, Associação Recreativa Valverde; Gondomar, escola da Vinha; Fornelo; Modivas; Arvore; Alfena; Arcozelo; Massadude; Seixezelo; Paredes de Massadude; Moutivos; Milheirões; Cêpe; S. Romão de Coronado; Santo Tirso; Longra; Vilar de Andorinho, todas às 21 e 30; Leça da Palmeira, Sacor/Petrogal, às 18 e 30; Porto, fábrica Autosuco, às 18; Porto, Hospital Rodrigues Semide, às 15 e 30; **Setúbal:** Almada, Pavilhão da Escola António da Costa, com Álvaro Cunhal, às 21 e 30; Alcácer, cineteatro; praia do Sado; Barreiro, SFUA; Chiquilho do Lavradio, às 21; Almada; Barracão da Romeira, com Álvaro Cunhal, às 18; Palma, visita à Coop. Monte Novo, às 18; Alcochete, às 17; Azinheira de Barros; Pegões-Santa Cruz; Alcochete; Bairro das Arcas; Palmela; Atalaia; Arrentela; Cabeça de Cabra, Sines, Casinha, todas às 21; Lagameças, às 21 e 30; Santiago, às 20; Poial, às 20; **Castelo Branco:** Proença-a-Nova;

S. Vicente da Beira; Vila de Rei; Unhais da Serra; Canhoso; Paul, todas às 21 e 30; **Leiria:** Bombarral; Ansião; Fanhais; S. Gregório, todas às 21 e 30; **Beja:** comício em Ferreira do Alentejo, às 21; S. Brissos; Barrancos; Sobral da Adiga; Serpa; S. Pedro de Solis; Selmes; Neves; Castro Verde; Peroguarda; Safara; Cicalho; Albomoura, todas às 21; **Guarda:** Pinhel, às 21; **Viseu:** Mangualde; Tendais; S. Pedro do Sul; Arcozelo das Mais-Vila Chã; Granja; **Portalegre:** Fronteira; Ponte de Sôr; Gavião; Ribeira de Niza, todas às 21; **Évora:** Santiago Maior; Igrejinha; Gafanhoeira; S. Manços; Granja; Pardais, todas às 21; **Aveiro:** Aveiro, Teatro José Estêvão, às 21; **Braga:** Barcelos, às 21 e 30; Vilar da Veiga; Pevidém; Brufe; Vermoim; Cabreiros, todas às 21 e 30; **Viana do Castelo:** Arcosa; Careço; Parada Monte Lindoso; Anha; Ancora; Arcozelo; Meadela; Darque, todas às 21 e 30; Castelo de Neiva, às 12; Viana fábrica de boinas Caneni; Viana, Caixa de Previdência, ambas às 18; **Faro:** Silves, cinema; Alcantarilha; Faro, Escola S. Luís; Lagoa; Rogil; Conceição de Faro; Santa Bárbara; Almansil; Alte; Lareanes; Odeleite; Boavista; Alvor, todas às 21 e 30; **Coimbra:** Condeixa; Lages; Adémia; Casa Branca; Zona da Alta; Alhadas de Baixo; Lares; Penacova; Covas, todas às 21 e 30; Coimbra, Hospital da Universidade, às 17; Ereira; Liceta, ambas às 21.

P.D.C.

Distrito de Aveiro: Mealhada, no liceu, às 21 e 30; **distrito de Faro:** comício — Faro, às 21.

P.P.D.

Distrito de Coimbra: comício em Coimbra, no Pavilhão dos Olivais, às 21 e 30, com Sá Carneiro; **Lisboa:** comícios — Queluz, com Pinto Balsemão, António Rebelo de Sousa e Brito Correia; Amadora, com Magalhães Mota; em Pago de Arcos, todos às 21 e 30; sessões — Alvide (Cascais); Restelo, na Esc. Prep. Paula Vicente; Campo de Ourique, na «Padaria do Povo»; Alfés, no teatro 1.º Acto; Turcifal (T. Vedras), todas às 21 e 30; Rua Marechal Saldanha (C. G. D.), com Nandim de Carvalho e Bomb. Vol. Lisbonenses, ambas às 18 e 30; **Évora:** Igrejinha; Borba e Monsaraz, todas às 21; **Castelo Branco:** comício — Vila Velha de Ródão, com Pedro Roseta e Sêrvulo Correia, às 21; **Portalegre:** Sausel; St.º Ant. das Arcas; Marvão; Vila Boim, Elvas, todas às 21; **Guarda:** Seia; Alverca da Beira; Sobral do Pichorro; Melo; Minde, todas às 21 e 30; **Faro:** comício — Olhão, com Marcello Rebelo de Sousa, às 21 e 30; **Vila Real:** comício — Pedras Salgadas, às 21 e 30; **Leiria:** Ados-Francos-Caldas da Rainha; Relvas-Caldas da Rainha; Barreira-Sismaria do Monte Redondo Carreira, Sismaria do Monte Redondo Amor-Sismaria do Monte Redondo; Telheiro-Sismaria do Monte Redondo; Serra del Rei, Peniche; Pera, Pedrógão; A-dos-Negros-Obidos, todas às 21 e 30; **Porto:** S. Pedro da Cova; Felgueiras; Ludares; E. P. Lousada; Nogueira; Senhora da Hora Matosinhos; Balasar (E.P.) Póvoa de Varzim; Ferreira V. do Conde; Canelas-V. Nova de Gaia; Escola de Asprela Sermande-V. Nova de Gaia; Gupelhães-V. Nova de Gaia, todas às 21 e 30; **Aveiro:** Espinhel-Águeda; Albergaria; Famalicão-Anadia; S. Miguel de Arouca; Quinta do Gato-Arouca; Glória; Real-Castelo de Paiva; Taramos-Espinho; S. Silvestre; Arada-Ovar; Vale de Cambra; Gafanha Boa Hora; Arrifana-Vila da Feira; Nogueira-Vila

da Feira, todas às 21 e 30; Sela do Lado-Arouca, às 16; **Bragança:** comício — Carazeda de Ansiães, às 21 e 30; **Santarém:** Cartaxo, com Furtado Fernandes; Palarrão-T. Novas; Matat. Novas; Alqueidão-T. Novas; S. Jorge-Oure; **Viseu:** Pinheiro-Castro d'Aire; Pretarouca-Lamego; Cobelhado do Mato-Mangualde; Barracão-Mortágua; Vale de Remigio-Mortágua; Carvalho Redondo-Nelas; S. João da Serra-Oliveira de Frades; Antas-Penedono; Vila Maior-S. Pedro do Sul; Fráguas-V. N. Paiva; Campia-Vouzela; Parada-Castro d'Aire; Couto do Mosteiro-St.ª Comba; Vilar-Tondela, todas às 21; **Setúbal:** Alcochete, Soc. Imperial 15 de Jan. 1898; Almada, Clube Recreativo os Falcões; Pinhel Novo, Palmela; Paio Pires, Seixal; Monte de Caparica, no Clube Atlético, todas às 21 e 30.

P.P.M.

Distrito de Aveiro: Cesar, na escola Primária; S. João da Madeira, ambas às 18.30; Costa do Valado, no Salão Paroquial; Sangalhos, no Sangalhos Sport Club, ambas às 21.30. **Beja:** Vidigueira, na Casa do Povo, às 21. **Bragança:** Alfandega da Fé, às 21.30. **Castelo Branco:** Fundão, no cinema Gardunha, às 21. **Évora:** Glória, às 16; Estremoz, às 21.30. **Guarda:** Almeida, Codovia; Freixo de Numão; Vila Nova de Fozcoas; todas às 16. **Leiria:** Carvalhal (Bombarral), na Soc. Filarmónica, às 21.30; Maceira (Leiria), na Casa do Pessoal; Roliça (Bombarral), na escola primária; ambas às 21. **Lisboa:** No teatro de Variedades com Gonçalo Ribeiro Telles. **Portalegre:** Elvas, na Soc. Recreativa de Boa Fé, às 21. **Vila Real:** Chaves, às 21.30. **Viseu:** Ferreiros (Castro Daire); Nelas; Oliveira de Frades; Ribei-rádio (Oliveira de Frades); todas às 21.

P.S.

Distrito de Aveiro: Louro (Albergaria), na escola primária; Mogofores (Anadia), na escola primária; Chave (Arouca), na escola primária; Beduino, na escola primária; Moutinhos, na escola primária; Rai-va (Oliveira Arda), na escola primária; Antes no Clube Recreativo; Ovar, comício no Pavilhão Ovarense; Paços Brandão, comício, no cinema; Sanguedo, no salão paroquial; Mala, na escola primária; Fermentelos, no cinema; Valongo do Vouga, na casa do Povo; todas às 21.30; Vale Cambra, na escola primária, às 21. **Vila Real:** S. Tomé de Castelo; Faveiros; Outeiro Seco; Faiões; todas às 21. **Braga:** Passos S. Julião, na escola primária; Arentim, na escola primária; Aveleda, da escola primária; Ruilhe, na escola primária; Priscos, na escola primária; Sequeira, na escola primária; Lamasões, na escola primária; Este-S. Pedro, na escola primária; Campo (Bouro), na escola primária; Círbões, na escola primária; Travassos; Guilhofrei, todas às 21.30; **Viana do Castelo:** Vitorino de Peães; Refoios de Lima; Vitorino das Donas; Ruvíães; todas às 21. **Bragança:** Stuaes, às 21. **Portalegre:** Figueira e Barros, na Casa do Povo; Avis, na Casa do Povo; Gafete, na sociedade; Caia, no salão; todas às 21. **Évora:** Vera Cruz; Amieira; ambas às 21. **Santarém:** Tramagal; Pedreira; Parceiros da Igreja; Entroncamento; Portela de Santarém; Vaqueiros; Tremez; Pinheiro Grande; Benfca do Ribatejo; todas às 21; Salvaterra de Magos, comício com Mário Soares, às 22. **Faro:** Barão de S. João, às 17; Guerreiros do Rio, às 18; Castro Marim, às 21; Ma-

nueleite; Alferce; Loulé; Armazão de Pera; todas às 21.30. **Castelo Branco:** Sertã, às 15; Cernache; Unhais da Serra; Belmonte; todas às 21. **Setúbal:** Torrão, na sociedade 1.º de Janeiro, comício; Santiago do Cacém, na casa do povo da Abela; Cercal, Casa do Povo; Amora, Soc. Fil. Amorense; Barreiro Grupo União Paivense; Almada, Clube Recreativo Piedense; Almada, Sociedade Recreativa Pragalense; Moita, Soc. Fil. União Seixalense, Setúbal, Pavilhão de Tróia — todas às 21. **Guarda:** Vilar Formoso, às 18; Almeida, às 21.30; Coujeira; Ramela; Águas Belas, Sabugal; Aldeia da Ribeira, Sabugal — todas às 21. **Leiria:** Monte Redondo; Cacém, Marinha Grande; Maceira; Pataias; Cela — todas às 21; **Coimbra:** Lousã; Côja; Avô, Oliveira do Hospital; Condeixa; Lourosa; Aldeia das Dez; S. Paio de Gramagos; Taveira; S. Pedro d'Alva; Ceira; Poiares; Ameal; Verride; Espanadeira; Tábua; Lajes; Cantanhede; Pampilhosa da Serra; Ravaçal; Espinho; Rebolia, Tralhão, Eirás — todas às 21.30; Ideal das Malhas, às 18; Instituto Materno Infantil, às 16.30; CP, estação velha, às 18.30; Cidra, às 13; Fecoli, às 18.30. **Bragança:** Vimioso, Torre de D. Chama; Samba-de; **Lisboa:** Outeiro da Cabeça; A-dos-Cunhados; Vila Chã; Pereira de Palha Cana; Póvoa da Galega; Miragaia; Aldeia Gavinha, todas às 21.30.

U.D.P.

Sessões com intervenções dos candidatos do P.C.P. (R): Prodac e Sanitas, Carnaxide, às 21.30; TAP e SIPE, às 17.30; Mercedes, às 18.30; Fábrica Portugal, às 21. **Distrito de Aveiro:** Albergaria-a-Velha, nos Bombeiros; Maceira da Câmara, na escola; Maceira de Sarnes, no salão paroquial; Alquebim; todas às 21.30. **Beja:** Comício no Teatro Pax Júlia, às 21.30. **Braga:** Adaufe, na escola da Aldeia do Rio; Sequeira, no salão paroquial; Vieira do Minho, na escola primária, São Simão de Novais (Famalicão); todas às 21.30; Oliveira de Santa Maria, comício na escola primária, às 15.30. **Castelo Branco:** Idanha-a-Nova, às 21. **Coimbra:** Miranda do Corvo; Coimbra, comício na Av. da Palmeira; ambas às 21. **Évora:** Montemor, às 21. **Faro:** Cpnção de Faro; Távira; Manta-Rota; Olhão; Nora-Silves; Cumeada-Silves; Loulé; Vila do Bispo; Montinho-Castro Marim; todas às 21.30; S. Brás de Alportel, às 21. **Funchal:** Funchal, no Jardim Municipal, comício às 19; B.º St.º António, às 20. **Lisboa:** Campolide, no Bairro da Liberdade, na Colectividade; Cascais, no Bairro de Lata do Fim

do Mundo, ambos às 21; Algés, no Clube Recreativo Atlético, às 21.30; Serpa Pinto, às 18.30; Algueirão Velho, no Recreio Desportivo; Catugal, na Soc. Recreativa, ambos às 21; **PRO-DAC** (Bairro Chinês), às 21.30; Madragos, no convento, às 21; CP (Santa Apolónia), às 17.30; Carnaxide, na escola; Ribas de Baixo; Ericeira, todas às 21 Brando, no Pavilhão Polivalente, às 21.30; ICESA (Póvoa de Santa Iria), às 18; Mucifal, na sociedade; Idanha, no Grupo dos Bandolinistas, às 21.30; LAB. Sanitas, no Clube Atlético 7 Moinhos, às 20; Alenquer, às 21; Fábrica UCAL (Lousas), às 17.30; Liceu D. Pedro V; Bairro do Calhau (Benfca), ambos às 21.30; TAP/DGAC (Anfiteatro da DGAC), Vila Franca (Câmara); Fábrica VIG; todas às 17.30; Torres Vedras na escola técnica, às 21.30; A.M. Almeida, às 18.30; MEIC, no Ginásio do Instituto Comercial às 18; ICESA (Cacém), às 21.30; Massamá, às 21; Carcavelos, Bairro Olive; Benfca, na sede da U.D.P., ambos às 21.30; Fábrica Precix (Camarate), às 18; Musgueira-Norte, às 21.30. **Portalegre:** Arronches (Assunção), na Casa do Povo; Terrugem; Póvoa; Meadas; todas às 21. **Porto:** Felgueiras, na Casa do Povo de Maceira de Lixa; Gondaga; Lousada, na Junta de gandra; Lousada, na Junta de Freguesia de Lousada; todas às 21; Maia, nos Bombeiros Voluntários de Pedras Rubras, às 21.30; Marco de Canavezes, no Clube do Pessoal da CPE — (Carrapateiro), às 21; Matosinhos, na escola Senhora da Hora, na Escola Primária Praia de Anguinas; Bombeiros de Leça do Balio e comícios festa na Escola Comercial e Industrial, todas às 21; Paredes na Associação Cultural e Recreativa de Reverdosa, às 21; Penafiel no Salão Paroquial de Rio Mau, às 21; Porto, Futebol Clube da Lapa, Centro Cultural e Recreativo do Bairro Pinheiro Torres; todas às 21; Fábrica Alumina, às 18.15; Sport Clube Vitória; Junta de Freguesia de S. Nicolau; Escola Primária de Santo Ildefonso; Escola Primária Fernão de Magalhães, todas às 21; Escola Primária da Fé, às 21.30; Póvoa de Varzim, na escola central A-Ver-o-Mar e Casa do Povo de Valongo, ambas às 21; Gaia, no Grupo Dramático Oliveirense; Bemposta das Pedras; Mafamosa; às 21. **Setúbal:** Lardia, na esplanada; Seixal; Almada, na Academia Almadense, comício; Moita, na Soc. Capricho; Palmela, Lagos da Palha Campo Desportivo; Setúbal, Bairro Hospital, no Grupo Desportivo; Todas às 21.30; Grândola, na escola primária; Sines, ambas às 21; Barreiro, no Ginásio da CP, às 18. **Viana do Castelo:** Teatro de Sá de Miranda, comício às 21.30. **Vila Real:** Chaves; Abrantes; Varosa; todas às 21.30. **Viseu:** Oliveira do Conde (Carregal do Sal), às 21.30.

PENICHE

PESCADORES DEFENDEM VOTO NA ESQUERDA

«Só um Governo de esquerda, de coligação entre o P.C.P. e o P.S., que vença as divergências que entre eles existem e promova a unidade de todos os trabalhadores, será possível manter e desenvolver a cooperativização na pesca e defender os interesses de todos os outros trabalhadores», afirma-se num comunicado das Cooperativas de Pesca de Peniche, dirigido a todos os trabalhadores.

O comunicado sublinha que os «pescadores não podem ficar indiferentes perante o acto eleitoral que se avizinha» e defende que «só a votação maciça nos grandes partidos da esquerda permitirá assegurar um futuro de paz, justiça e progresso».

Noutro ponto do comunicado os pescadores avisam: «Votar à direita é regressar ao fascismo. Votar à esquerda é garantir a liberdade e o socialismo».

